



Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária

Polo III: UFCG / Sumé

**Crislene Rodrigues da Silva Moraes
Lenilde Mérgia Ribeiro Lima**

RDS
EDITORA



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
E ECONOMIA SOLIDÁRIA

POLO III - SUMÉ

Governo Federal
Presidenta Dilma Rousseff

Ministério da Educação
Henrique Paim

**Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão**
Macaé Maria Evaristo dos Santos

Universidade Federal de Campina Grande
José Edílson de Amorim

Coordenação de Material Didático
Crislene Rodrigues da Silva Morais
Layse Kyriac Felix da Costa Moura

Coordenação Pedagógica
Norma Maria de Oliveira Lima - Campina Grande
Marta Maria da Conceição - Cuité
Lenilde Mérgia Ribeiro Lima - Sumé
Rosalva Dias da Silva - Patos
Juliana Fernandes Moreira - Pombal
Vorster Queiroga Alves - Souza
Edinaura Almeida de Araújo – Cajazeiras

Coordenação Operacional
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários - IUEES/UFPG

Técnicos de Apoio
Arlyson da Cunha Morais
Alderiza Veras Albuquerque
Layse Kyriac Felix da Costa Moura

Crislene Rodrigues da Silva Morais
Lenilde Mérgia Ribeiro Lima
(Organizadoras)

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

POLO III - SUMÉ

Lenilde Mérgia Ribeiro Lima
Luiz Antonio Coêlho da Silva
Maria da Conceição Gomes de Miranda
Robson Fernandes Barbosa
Sônia Maria de Lira Ferreira



Campina Grande – Paraíba
2015

Direitos Reservados © 2015
Universidade Federal de Campina Grande

Avenida Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário
CEP: 58429-900 – Campina Grande (PB)

Impresso no Brasil

Texto de Apresentação

Crislene Rodrigues da Silva Morais

Concepção da Capa

Raíssa Gonçalves Cavalcanti
Crislene Rodrigues da Silva Morais

Impressão

RDS Gráfica e Editora Ltda.
Rua Carlos Câmara, 1048 – Gentilândia
60.020-150 – Fortaleza (CE) – rds1048@gmail.com

Morais, Crislene Rodrigues da Silva

Educação de jovens e adultos e economia solidária – Polo III - Sumé / Crislene Rodrigues da Silva Morais, Lenilde Mérgia Ribeiro Lima. – Fortaleza, CE: RDS Editora, 2015.
138p.

ISBN: 978-85-7997-136-5

1. Economia. 2. Economia Solidária. 3. Educação. 4. Educação de Jovens e Adultos.
I. Morais, Crislene Rodrigues da Silva. II. Lima, Lenilde Mérgia Ribeiro. III. Título.

CDD 330

Sumário

A importância da matriz pedagógica do MST: um estudo de caso sobre a inserção das mulheres nas políticas públicas no Assentamento Zé Marcolino..... 13

Antonio Lindonberto Batista da Silva

Sônia Maria de Lira Ferreira

A inovação como um instrumento para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos solidários no semiárido paraibano..... 19

Allyson da Silva Prata

Luiz Antonio Coêlho da Silva

Análise da política pública do “Programa Água Doce” na Associação das Tilápias em Amparo-PB25

Aurenice Batista de Souza Dias

Maria da Conceição Gomes de Miranda

Análise da relação entre Educação e Economia Solidária no Assentamento Fazenda Mata em Amparo-PB32

Antonio Josinaldo Soares Silva

Luiz Antônio Coêlho da Silva

Análise da viabilidade econômica e social com práticas de Economia Solidária na Associação de Apicultores de Sumé-PB.....38

Jorge Lucena de Souza Silva

Luiz Antonio Coêlho da Silva

Análise das práticas associativistas e solidárias na Associação de Pescadores do Município de Sumé-PB.....43

Arthur Antunes Neves da Silva

Lenilde Mérgia Ribeiro Lima

Análise do perfil socioeconômico das mulheres artesãs da Associação de Pescadores Art’s Pesca do Município de Sumé-PB49

Rute Batista dos Santos

Lenilde Mérgia Ribeiro Lima

A relação entre Etnomatemática e a Economia Solidária no contexto de uma associação em Sumé-PB 55

Rosimere da Silva Bezerra

Maria da Conceição Gomes de Miranda

Características socioeconômicas dos agricultores da Associação Amuabas, Sumé-PB, no cultivo de horta orgânica.....62

Juliane Lucena Vilar

Lenilde Mérgia Ribeiro Lima

| | |
|--|------------|
| Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Prata-PB: ferramenta utilizada para o fortalecimento da Economia Familiar e incentivo à Economia Solidária..... | 68 |
| <i>Rosimere Carmem Melo de Queiroz</i> | |
| <i>Lenilde Mérgia Ribeiro Lima</i> | |
| Contribuições da educação para a promoção da participação da mulher nas práticas de Economia Solidária..... | 74 |
| <i>Fabiana do Nascimento Araújo</i> | |
| <i>Maria da Conceição Gomes de Miranda</i> | |
| Criação produtiva da caprinovinocultura leiteira no Cariri: identificando elementos da Economia Solidária..... | 79 |
| <i>Marizelna Leite Neves</i> | |
| <i>Luiz Antonio Coêlho da Silva</i> | |
| Diagnóstico do conhecimento acerca das práticas de Economia Solidária: estudo de caso nas turmas da EJA em escolas do município de Sumé-PB | 85 |
| <i>Jaqueline Monteiro da Silva</i> | |
| <i>Robson Fernandes Barbosa</i> | |
| Economia Solidária e o consumo ético: um estudo comparativo do tipo de consumo praticado por alunos(as) da EJA de duas escolas municipais do Cariri paraibano | 89 |
| <i>João Paulo de Melo Chagas</i> | |
| <i>Robson Fernandes Barbosa</i> | |
| Educação e trabalho emancipado: um estudo sobre a Aassociação de Pescadores de Camalaú-PB (APESCA) | 96 |
| <i>Ezequiel Sóstenes Bezerra Farias</i> | |
| <i>Maria da Conceição Gomes de Miranda</i> | |
| Experiências de Economia Solidária: um estudo sobre a Associação Comunitária Duas Serras 2-PB | 102 |
| <i>Carlos Henrique de Andrade</i> | |
| <i>Robson Fernandes Barbosa</i> | |
| O teatro do oprimido como mediação pedagógica em turma da EJA: desafios e possibilidades para a formação em Economia Solidária..... | 108 |
| <i>Ivandro Batista de Queiroz</i> | |
| <i>Luiz Antonio Coêlho da Silva</i> | |
| Percepção dos estudantes da EJA sobre Economia Solidária | 114 |
| <i>Amanda da Silva Prata</i> | |
| <i>Luiz Antonio Coêlho da Silva</i> | |

Perfil socioeconômico dos agricultores da Associação dos Produtores Agroecológicos do Município de Monteiro-PB120

Augusta Roberta Santa Cruz Carvalho

Lenilde Mérgia Ribeiro Lima

Perfil socioeconômico dos moradores do Sítio Pitombeira-PB: usuários de água do açude público de Sumé-PB 125

Robéria Carmen Melo De Queiroz

Lenilde Mérgia Ribeiro Lima

Práticas educativas e trabalho associado da Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé-PB (ACCS).....131

Damião dos Santos Lopes

Maria Conceição Gomes de Miranda

Apresentação

A Economia Solidária (ES) vem ganhando espaço pela característica inovadora de geração de trabalho e renda, tendo como principal foco a inclusão socioeconômica. Esta economia compreende um conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas de forma autogestionária. As experiências em ES no Brasil demandam aprendizagens específicas que requerem a alfabetização dos trabalhadores empreendedores, tornando-se necessária a aquisição de certas competências e habilidades.

Tendo em vista a necessidade de difundir esta temática na Educação de Jovens e Adultos, foi criado na UFCG, o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano (EJAECOSOL) que visou ampliar a compreensão dos educadores sobre as possibilidades de novas formas de inserção dos sujeitos da EJA ao mundo do trabalho.

O Curso de Especialização em EJAECOSOL foi realizado nos 07 (sete) Câmpus da UFCG, proporcionando aos profissionais envolvidos a possibilidade de um ambiente de reflexão acerca de suas práticas como educadores e/ou gestores. Este curso ajudou os educadores da Economia Solidária e da EJA, gestores e coordenadores de EJA, além outros participantes da ES a ter maior proximidade com a temática da Economia Solidária, dialogar com seus pares, refletir sobre suas práticas como educadores e aprofundar seus conhecimentos, além de executar uma atividade mais eficaz, do ponto de vista da transformação da sua realidade e dos alunos/trabalhadores que frequentam as turmas de EJA.

Esta proposta teve como objetivo promover a integração dos conhecimentos e práticas da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos, na Paraíba, através da articulação entre os diversos atores envolvidos em atividades de formação e produção de material pedagógico-formativo e de apoio didático de EJA/Economia Solidária, como forma de possibilitar aos educandos da EJA e a comunidades a apropriação de novas formas de geração de trabalho e renda de maneira sustentável.

No que se refere a difusão e transferência de conhecimentos o projeto conseguiu atingir quase todo estado da Paraíba tendo em vista que os cursos aconteceram em sete municípios do estado (Campina Grande, Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Souza e Cajazeiras), e alcançou cerca de 280 profissionais das mais diversas áreas de atuação, além do envolvimento de docentes das seguintes universidades: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que contribuíram na ministração de disciplinas e orientação dos profissionais envolvidos.

O Curso de Especialização em EJAECOSOL formou em 2013 na Paraíba, 190 especialistas em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, estando suas monografias distribuídas nas bibliotecas dos Câmpus da UFCG.

Esta coletânea de artigos apresentadas em sete volumes com aproximadamente 21 capítulos cada, pretende contribuir para a formação de educadores, comunidades e gestores, na construção de conhecimento sobre as práticas de economia solidária no Semiárido paraibano. Para tanto, os artigos relatam as experiências e reflexões dos autores e das comunidades envolvidas, acerca das relações entre educação e trabalho associado, promovendo uma educação problematizadora que contribuiu para a autonomia dos educandos e dos educadores.

Crislene Rodrigues da Silva Moraes

Homenagem aos Mestres e Doutores da UFCG (ECOSOL e EJA)

Começamos em Outubro
Professores a estudar
Pesquisadores e mestres
Todos a nos ensinar
Essa nova economia
Veio para inovar.

Pioneira em ECOSOL
Vivências nós vamos ter
Conhecimentos diversos
Sobre a EJA vamos ver
Seremos pesquisadores
Populares vamos ser.

Nosso mestre Irelânio
Veio nos mostrando as leis
Que irá nos ajudar
Cada um por sua vez
Argumentos sobre EJA
Iremos ver este mês.

E vem chegando Xangai
Educador exemplar
Falar sobre educação
Paulo Freire a lembrar
Mostrando sua vida
De educação popular.

E a nossa mestra Sônia
Disciplina fundamentos
Nos deu orientações
E muitos conhecimentos
Pela atração filosófica
Com grande contentamento.

Doutora Socorro Lopes
Traz a metodologia
Na direção de caminhos
Vivência, ideologias
Como aplicar na aula?
Veja como contagia.

Doutora Ângela Ramalho
De parangolé falou
De filmes libertadores
A didática anunciou
Dediquei um dos cordéis
A mestra que aqui marcou.

Ela falava baixinho
Quando a turma se agitava
O seu nome é Idel
De currículo ela falava
Valorize o ser humano
“Carpe Diem” nos lembrava.

Mestra Socorro retorna
Com a nova disciplina
Ela usa suas dinâmicas
Coisas de sua rotina
No trabalho científico
Vivência o que ensina.

E o professor Gilvan
E doutor em economia
Nos mostrou pra que veio
Dúvidas não caberia
Se o aluno fosse esperto
Ele tudo sabia.

E o nosso mestre Robson
Levou-nos experiências
Falou de associações
E também suas vivências
Fomos às cooperativas
Deduzir as sapiências

O mestre Luiz Antônio
Já chegou bem de mansinho
Mostrou que o ser solidário
Nunca anda tão sozinho
Repartiu tudo que sabe
Ensinou um novo caminho.

A mestra Sônia retorna
Com uma nova disciplina
Falou da pedagogia
Práticas da nossa sina
E da nossa educação
Que a todos contamina.

Nossa mestra Adriana
Vem falando com cuidado
Cuide bem da nossa terra
Não fique ai parado
O solo pede Socorro
Reciclar e o seu recado.

À coordenadora Norma
Venho aqui a divulgar
Em nome da nossa turma
Devemos agradecer
Tao humilde e singela
Educada e popular.

É doutora em ECOSOL
Muitas lutas a enfrentar
Ela segue sempre em frente
Para ECOSOL divulgar
Todo aprimoramento
Crislene irá mediar.

Temos as incubadoras
Para nos direcionar
Os fóruns nos motivou
Temos muito a praticar
Desconstruir e construir
Falta conscientizar.

Em nome da nossa turma
Fica o agradecimento
Quero agradecer a Deus
Com grande contentamento
Para os mestres e doutores
O nosso conhecimento.

Jaidete Dias de Sousa

A importância da matriz pedagógica do MST: um estudo de caso sobre a inserção das mulheres nas políticas públicas no Assentamento Zé Marcolino

*Antonio Lindonberto Batista da Silva
Sônia Maria de Lira Ferreira*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco central a análise de como a educação popular contribui para a inserção das mulheres na organização do trabalho nas áreas dos Assentamentos rurais hoje, século XXI, em particular na agrovila Lajinha, Assentamento Zé Marcolino, Município da Prata – PB. A concepção crítico/libertadora do pensamento Freireano dá suporte para a hipótese de que a matriz pedagógica da educação popular conduzida pelos movimentos sociais contribui para a inserção das mulheres nas relações sociopolíticas e de trabalho nos Assentamentos rurais do Cariri Ocidental paraibano.

O interesse em pesquisar essa temática deu-se durante o curso de especialização que teve como foco norteador o pensamento de Paulo Freire, Paul Singer entre outros autores que acreditam na construção de um mundo mais justo. Além dos teóricos aludidos, também influenciou o fato de sermos sujeitos egressos dessa realidade, filho de pais agricultores desde cedo convivendo com as dificuldades advindas não só das estiagens naturais, mas, sobretudo, do mandonismo patriarcal de exclusão social e de gênero. Trata-se de uma temática ainda pouco estudada em nossa região e, portanto, tem uma importância social e acadêmica relevante na medida em que desperta a necessidade de redirecionamos nosso olhar sobre a realidade latente em nossa região, em especial nos Assentamentos.

Como procedimento metodológico adotou-se a pesquisa qualitativa, uma vez que esse método tem como propósito compreender os fenômenos em profundidade, trabalhando numa perspectiva descritiva e interpretativa. Segundo Strauss (2008, p. 23), “é qualquer tipo de pesquisa que produz resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação”. Nesse tipo de pesquisa, os participantes interagem com o pesquisador, podendo nortear os caminhos da pesquisa e, ao invés de dados estatísticos ou regras preestabelecidas, prioriza a qualidades das informações.

Para coletar os depoimentos junto às pessoas foi utilizado um conjunto de técnicas tais como: Entrevista semiestruturada e observação participante em momentos privilegiados como reuniões, eleições, atos religiosos. As entrevistas com os sujeitos da pesquisa foram gravadas em áudio e transcritas de forma fidedigna sem correção gramatical. Foram organizadas e categorizadas de acordo com os objetivos da pesquisa, ou seja, a formação política a partir da educação conduzida pelos movimentos sociais, organização coletiva, a inserção das mulheres nas políticas dentro do Assentamento.

1.1 A matriz pedagógica da educação popular conduzida pelos movimentos sociais

Os movimentos sociais na atualidade, entre eles o MST, têm pautado suas reivindicações na busca por uma educação libertadora que rompa com o modelo de sociedade capitalista que tem como um de seus pilares a expropriação dos trabalhadores/trabalhadoras e exclusão social. Têm como base, portanto, os princípios da educação defendida por Paulo Freire na formação e o desenvolvimento de uma consciência capaz de apreender a realidade criticamente.

O MST tem reivindicado o acesso à educação a partir de uma perspectiva diferente das propostas pela educação hegemônica, que reproduz o modelo de sociedade dominante e excludente. O movimento defende uma educação ligada a um projeto de humanização através de práticas coletivas, haja vista que um dos seus princípios é a transformação da sociedade, buscando construir uma sociedade solidária com justiça social, capaz de garantir vida digna a toda população.

O desafio do setor da educação é exatamente recuperar algumas matrizes pedagógicas desvalorizadas pela sociedade capitalista. Diferentemente do modelo capitalista de educação, o MST defende: Pedagogia do trabalho; pedagogia da terra; pedagogia da história; pedagogia da organização coletiva e pedagogia da luta social.

1.2 A questão de gênero dentro do MST

Historicamente, às mulheres foi reservado um papel de submissão numa sociedade patriarcal e machista, na qual os homens tomavam as decisões políticas. Cabia às mulheres obedecerem às decisões tomadas pelo chefe da família. Não basta ter acesso aos meios de produção, faz-se necessário também romper com velhos paradigmas que excluem as mulheres da participação política e administrativa, consequências de uma sociedade patriarcal. Ou seja, o mandonismo do homem sobre as mulheres, vistas como seres frágeis e dependentes, restringidas às obrigações domésticas e zeladoras do lar.

O conceito de gênero vem sendo forjado nas últimas décadas como tentativa de se explicar as diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito à distribuição desigual do poder na sociedade. Trata-se de uma ruptura com os paradigmas biológicos relativos às diferenças entre os sexos, ou seja, a diferença entre homens e mulheres era vista como algo natural. Nesta perspectiva, discutir gênero é problematizar a desigualdade socioeconômica das quais as mulheres foram submetidas historicamente, o que tem contribuído para uma estreita relação entre as mulheres e a pobreza. Segundo Melo (2005, p.14), no mercado de trabalho, apesar da diminuição da desigualdade de gênero acontecida na década de 1990, não foram superados os obstáculos de acesso a cargos de chefia, bem como permanecem ainda diferenciais de rendimentos entre os dois sexos.

Uma das preocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é exatamente na luta pela defesa de igualdade de Gênero. Nesse sentido, de acordo com este mesmo Movimento (2001), discutir gênero é falar do ser humano feminino e masculino, que são ao mesmo tempo fortes e frágeis. É mostrar que é possível garantir a igualdade entre homens e mulheres, tanto na vida social quanto pessoal, respeitando as diferenças. Preocupa-nos estabelecer novas relações de poder e não apenas número de mulheres no poder.

A discussão sobre gênero vai além do movimento feminista, pois perpassa as reflexões de classe social, etnia, sexualidade, movimentos sociais diversos, entre outros. Numa sociedade que ainda cultiva o patriarcalismo, na figura do homem como provedor e guardião da família, que tem um sistema capitalista extremamente excludente, tudo que foge do estereótipo “homem branco”, heterossexual e rico, é discriminado por essa sociedade.

Inegavelmente, o MST tem avançado na luta para inclusão das mulheres em suas políticas socioeconômicas, com a criação de instituições, como por exemplo, o Coletivo Nacional da Mulher do MST, renomeado, em 1999, como Coletivo Nacional de Gênero. Tem como objetivo acabar com o abismo que ainda separa homens e mulheres dentro dos Assentamentos.

Dessa forma, o Movimento entende que também a luta pela igualdade de gênero é fator importante para a consolidação da cidadania, uma vez que se faz necessário romper com as estruturas não só socioeconômicas, mas, sobretudo, as ideológicas para que se possa avançar de forma coletiva e solidária. A criação do Setor Nacional de Gênero, em 2003, aponta para

novas perspectivas em relação às novas relações de gênero dentro dos Assentamentos rurais e em toda sociedade. A educação tem um papel central nesse processo, principalmente a partir da perspectiva de educação do MST que discutiremos no próximo capítulo.

1.3 As mulheres dentro da Economia Solidária

Segundo Singer (2002, p. 24), “a economia solidária nasceu pouco tempo depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas da organização fabril da produção”. Ou seja, surge como alternativa à exclusão social típica do capitalismo que separa o trabalho manual do intelectual, no qual se valoriza o “ter” em detrimento do “ser”, decorrendo daí a desvalorização do ser humano. O trabalho fica reduzido ao mero emprego; o ser humano, tratado como mercadoria. A economia solidária opõe-se, exatamente a essa dicotomia, ao defender a emancipação do trabalho em relação à sua prisão mercantil.

Diante da exclusão a que historicamente são submetidas, as mulheres são frequentemente as primeiras atrizes das práticas da economia solidária e dos empreendimentos solidários. Desta forma, estes “oferecem uma oportunidade inédita para avançar na luta contra as desigualdades entre sexo” (GUÉRIN, 2005, p. 13). É a economia solidária como práxis pedagógica, num processo de ensino aprendizagem em busca de mudanças nas relações de gênero seja nas áreas urbanas ou rurais.

Dentro dos Assentamentos rurais são comuns empreendimentos solidários liderados por mulheres, como por exemplo, hortas comunitárias, avicultura, artesanato, caprinocultura, entre outros. Tais empreendimentos são de fundamental importância para a elevação da autoestima das mulheres que deles participam, não só no sentido da renda, mas, sobretudo, na valorização do seu trabalho, na formação do altruísmo feminino, ou seja, solidariedade.

1.4 A educação popular como prática política

Entende-se que a educação popular acontece coletivamente no seio das organizações, como sindicatos, associações diversas, cooperativas, assentamentos e que suas práticas e metodologias acabam influenciando as práticas educativas da educação dita formal, como as escolas. É por dentro das organizações sociais, dos movimentos populares que se encontra a mais completa tradução e prática da Educação Popular, tendo como característica o respeito à identidade e luta pela igualdade.

Daí a reivindicação do MST por uma educação no campo e do campo, ou seja, não basta construir escolas nos Assentamentos, elas têm que ter uma pedagogia voltada para atender as necessidades dos assentados, seja na superação da desigualdade, social, de gênero, seja na (re)construção dos seus saberes cotidianos em conhecimento científico. De forma que a educação popular tem como propósito maior a humanização da sociedade.

É partir das experiências de vida, de suas lutas que o povo, no caso, o MST, busca uma educação capaz de transformar a realidade, trata-se, portanto, de uma educação para transformação social. Pautando-se em suas lutas dentro dos assentamentos, as mulheres assentadas reivindicam uma educação formal que contribua para uma conscientização coletiva, amparadas em novos valores, em uma nova ética de solidariedade que rompa com a concepção hegemônica de sociedade, ou seja, patriarcal e capitalista. Desta forma, a educação popular apresenta-se como contra-hegemônica e seus agentes, educadores populares, movimentos sociais, entre outros, como “intelectuais orgânicos”, pois lutam por tais mudanças.

1.5 Mulheres vencedoras: a força das mulheres agricultoras no Assentamento Rural Zé Marcolino

A denominação “mulheres vencedoras” já é por si só bastante emblemática para representar as mulheres do Assentamento rural Zé Marcolino, agrovila Lajinha município de Prata, Paraíba, lócus da pesquisa. Durante a pesquisa, constatou-se que as mulheres desempenham um papel importante nas gerências dentro do Assentamento. Aliás, a primeira diretoria da associação teve uma mulher como presidenta. Mas não foi fácil enfrentar os desafios, tais como: a resistência dos homens e das mulheres para que elas fossem inseridas nas discussões políticas e assumissem postos de lideranças, como nos relatou a primeira presidenta da associação. Segundo ela, no início foi muito difícil, pois muitos maridos não entendiam e não aceitavam que suas esposas participassem de qualquer reunião para discutirem questões referentes aos problemas da comunidade. “Eu me lembro que a gente tava numa reunião uma vez, aqui no salão comunitário, na reunião de grupo de mulheres e um senhor chegou e botou a mulher para casa, disse - ‘vá para casa que isso aqui não tem futuro não’”.

Esta reação, por parte de alguns homens e até mesmo de algumas mulheres, está relacionada ao modelo de sociedade patriarcal que já abordamos anteriormente. Felizmente, dentro dos Assentamentos, com a criação do setor de gênero no MST, através de um processo de conscientização, vem conseguindo mudar tais concepções discriminatórias. E, certamente, as relações coletivas, as experiências vivenciadas durante a construção da agrovila, a luta em busca dos benefícios contribuiu muito para quebrar velhos paradigmas socioculturais.

As metas e os caminhos traçado pelo o MST são no sentido de proporcionar ao homem e às mulheres do campo e ao assentado a perspectiva de uma vida melhor pautada na solidariedade, no fazer junto, na união como relatou uma moradora do referido Assentamento:

“A gente antes só vivia daquele pedacinho de terra que a gente tinha, quando veio a questão da reforma agrária, a questão do assentamento, e a gente passou por várias formações, por várias capacitações onde a gente foi aprendendo, foi buscando e começou a colocar em prática as políticas públicas, os projetos, a questão do assentamento, a luta pela terra foi desenvolvendo a comunidade e empoderando, né? Para que eles tivessem acesso, sem depender de política partidária, sem depender de ninguém”

Logo, percebe-se que a luta pela terra prepara o assentado para uma perspectiva de trabalho e organização coletiva, além do mais aponta possibilidades para uma parceria entre homens e mulheres que antes não havia. Tal empoderamento, a qual se refere nossa entrevistada está relacionado à aquisição de uma conscientização crítica da realidade, como alternativa para a superação das dificuldades em que os sujeitos estão inseridos, possibilitando traçar caminhos e projetos para superação das injustiças que historicamente foram submetidos.

1.6 “A gente bateu o pé e disse: queremos uma escola do campo”

Essa frase dita pela ex-presidenta do Assentamento evidencia o empoderamento político dos assentados a partir de suas lutas, do processo formativo do MST em busca de melhorias para todos. A defesa de uma escola no campo e do campo tem sido uma luta constante do MST para avançar na luta contra- hegemônica por uma sociedade mais justa e igualitária. Foi preciso romper os empecilhos da política hegemônica que padroniza a educação sem permitir que a escola/educação seja de acordo com a realidade dos sujeitos diretamente envolvidos no processo ensino/aprendizagem. A construção e o funcionamento da escola foi o resultado da união da comunidade e principalmente das mulheres que travaram uma verdadeira batalha hercúlea para ver o sonho da escola no Assentamento concretizado.

A construção só foi possível porque o projeto D. Helder Câmara custeou parte dos recursos necessários para compra do material de construção. A outra parte foi conseguida com as doações. As mulheres se reuniram e conseguiram doações com alguns comerciantes da cidade da Prata. O poder municipal não contribuiu, pois defende que os educandos devem estudar na sede do município. Depois da aquisição do material, a escola foi construída em forma de mutirão pelos próprios moradores. As mulheres carregaram as pedras para fazer o alicerce e os homens construíram a escola. Foi realmente um trabalho coletivo e solidário.

As mães dos alunos passaram a doar a alimentação e elas mesmas cozinhavam. As professoras trabalhavam voluntariamente e a escola continuou funcionando. Recentemente foi que as professoras e os funcionários conseguiram ser contratados pelo Estado e recebem seus vencimentos em dias. Elas também conseguiram material didático, mobília para escola, biblioteca, videoteca, sala de informática e carteiras novas.

A escola é simples, mas atende às necessidades básicas dos educandos. Conta com três salas de aula, uma biblioteca, uma videoteca, uma sala de informática, dois banheiros, uma cozinha, um salão para reuniões com os pais e uma sala (improvisada) da diretoria. Atualmente todas as professoras, funcionários e a diretora são moradores/moradoras do próprio Assentamento. Eles consideram importante que o corpo docente seja da própria comunidade.

Nos Assentamentos, a luta pela terra, o trabalho coletivo, solidário são mediações pedagógicas, chamadas de pedagogia da terra, como enfatiza uma das educadoras do Assentamento:

A pedagogia da terra e pedagogia da alternância. Quando você tem prazer em aprender, você acaba se tornando pesquisador, e é isso que agente quer dos nossos alunos, que eles sejam autônomos, não só aquela coisa da gente pegar um livro didático abrir e mandar a criança fazer, fazer, não. A gente cria na criança aquele desejo de aprender, por que eles tão aprendendo aquilo que faz parte do dia a dia deles, não que agente esqueça as matérias dos livros, que eles precisam ser avaliados, mas que eles possam fazer tudo isso dentro de uma perspectiva que eles já conheçam. (professora B)

Esse saber local, do cotidiano, as experiências de vida são fundamentais para construção de um pensamento crítico e global. Em Freire (1995), a tarefa fundamental da educação popular de corte progressista é inserir os grupos populares no movimento de superação do saber de senso comum pelo conhecimento mais crítico da sociedade em que vive e do mundo. Desta forma, poderá recusar qualquer explicação fatalista e determinista da história.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo verificou-se que com a presença dos Movimentos Sociais, em particular, o MST, houve uma ressignificação da participação das mulheres nas relações sociopolíticas e de trabalho nos Assentamentos Rurais no Cariri Ocidental da Paraíba. Abalando as relações de submissão historicamente impostas a elas. A partir da matriz pedagógica do MST a Educação Popular emerge como projeto alternativo de sociedade mais justa e igualitária.

As lutas travadas pelo MST, a Educação Popular formam novas relações sociais e ações coletivas que correspondem a utopias e à crença de que é possível e necessário construir um mundo melhor. É nessa perspectiva que a questão de gênero passa a ter um espaço de discussão dentro do movimento a partir da criação do Coletivo Nacional de Gênero com o propósito de fomentar a igualdade entre homes e mulheres no que tange o acesso às políticas públicas dentro dos Assentamentos.

A análise da entrevista semiestruturada evidenciou que na agrovila Lajinha, Assentamento Zé Marcolino, as mulheres são protagonistas na busca por benefícios coletivos como a escola do campo, geração de renda e bem estar social. Essa consciência começou a ser gestada

a partir da luta pela terra, das ações educativas do próprio MST. Ficou evidente também que a parceria com ONGs são fundamentais para implantação de políticas públicas frente à ineficácia do poder público. No início não foi fácil, mas as mulheres conseguiram assumir responsabilidades externas ao ambiente doméstico, chegaram à esfera do público, transpuseram barreiras históricas, culturais e ideológicas.

3 REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a Economia Solidária**. Tradução de Nicolás Nymi Campanário. São Paulo: Loyola, 2005.

MELO, H. P. de. **A Pobreza numa Perspectiva de Gênero**. In: *Gênero e Pobreza no Brasil - Relatório Final do Projeto Governabilidad Democratica de Género en America Latina y el Caribe*: Brasília, CEPAL; SPM, 2005. p. 14-22.

MST - **Setor de Gênero**. In: *Construindo o Caminho*; 2001.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo; Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S.M.P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005, p. 13-20.

STRAUSS, A. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução de Luciane de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2008.

A inovação como um instrumento para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos solidários no semiárido paraibano

*Allyson da Silva Prata
Luiz Antonio Coêlho da Silva*

1 INTRODUÇÃO

Compreender a economia solidária como um fator que vem fazendo o diferencial em comunidades em diversas partes do mundo nos levou a pesquisar as formas pelas quais os empreendimentos solidários vêm se desenvolvendo no semiárido paraibano, uma região que não oferece muitas oportunidades de trabalho, mas que, no entanto, vem apresentando significativos índices de empresas que estão sendo criadas segundo o regimento de ações populares.

A Educação de Jovens e Adultos também se apresenta nesse projeto, pois é uma modalidade de ensino que vem a contemplar o público que precisa de um maior acesso à educação, para que assim tenham melhores condições de usufruir do seu campo de trabalho da melhor forma possível.

Este trabalho se justifica pela curiosidade do pesquisador e pela contribuição acadêmica do tema. Além disso, há a curiosidade pelas técnicas agrícolas inovadoras que estão sendo o diferencial em muitos empreendimentos, unindo a criatividade à garantia de um desenvolvimento sustentável e uma melhor renda para os indivíduos que vivem dos espaços nos quais são cooperados.

Neste contexto, a problemática geral deste estudo foi: como analisar os impactos positivos que o uso das tecnologias sociais podem trazer para as associações e/ou cooperativas do semiárido paraibano?

Ao se explanar o desenvolvimento sustentável, nada melhor que discutir as formas pelas quais a agricultura pode ser exercida, em duas frentes: uma que garanta o bom uso da terra, e outra que forneça ao produtor os meios necessários para que a compensação de seu trabalho seja plena. Para isso, o conhecimento de novas práticas de plantação, adubagem e irrigação podem ajudar na hora de se produzir, e de se ter o retorno do que se investiu, de maneira que mantenha a agricultura como uma das principais fontes de renda da economia mundial, só que valorizando o meio ambiente.

Por isso, tem-se como objeto de estudo, a Associação de Pescadores do município de Amparo, cidade localizada no Cariri Ocidental paraibano, há 314 Km da capital, João Pessoa. A associação, que funciona na zona rural da cidade, trabalha com a criação de peixes para a venda, e vem mudando a vida dos associados em uma região onde não se tem muitas oportunidades de emprego.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o cotidiano da Associação de Pescadores de Amparo - Paraíba, identificando e elencando as características que definem o modo de trabalho vivenciado pelos associados e/ou cooperados e as formas pelas quais se regem os caminhos pelos quais o negócio é trabalhado.

1.1 Economia Solidária

É interessante notar o que se fala e o que se percebe como Economia Solidária. Uma modalidade econômica que se posiciona de maneira contrária ao sistema capitalista ou um modo de vida, relações sociais e/ou empreendedorismo? Buscar nessa reflexão as respostas necessárias a um entendimento mais amplo sobre a questão é tentar entender os caminhos que

percorrem atualmente a solidariedade dos empreendimentos econômicos, seus significados e o impacto que se apresenta de forma cada vez mais recorrente em mercados regionais.

Dessa forma, identifica-se a economia solidária como inovadora, com propostas que valorizam em primeiro lugar as oportunidades de trabalho, e não a acumulação de capital. Na economia solidária, o que conta é a união, não a competitividade. E esse entendimento deve estar na linha de frente de todas as associações. Pois, é primordialmente necessária para que seja possível dispor de comportamentos que tragam aos associados ações inerentes ao desenvolvimento de um empreendimento cooperado. A esse respeito, em suas análises Singer (2002) é categórico:

“Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir” (SINGER, 2002, p. 09).

Pesquisas realizadas já demonstram há algum tempo que pessoas abandonam o serviço assalariado para assumir um novo trabalho, um trabalho que valorize sua mão de obra, que leve em consideração o crescimento social das pessoas. Já a oportunidade de criar, lançar novas propostas e ser detentor de todos os processos de uma produção, por exemplo, motiva os indivíduos, os desafia e os provoca a enfrentar outros obstáculos.

Assim sendo, o conceito que Marx (1867) eternizou foi a Lei do Valor, que começou a ser vista como nem tão eficaz, já que nem sempre o preço corresponde ao valor do produto. Portanto, pode-se usar esse conceito para melhor entender a valorização à força do trabalho. Será que os operários estavam sendo bem remunerados nas primeiras indústrias que protagonizaram a Revolução Industrial no século XVIII? E nos dias atuais, a mão de obra encontra ambientes que valorize o seu trabalho?

1.2 O associativismo como motor de inclusão participativa

No mundo atual há a urgência por transformações sociais nos campos do trabalho e do desenvolvimento local. Tal urgência já foi sentida pelos governos, que buscam destinar investimentos para ações que forneçam estratégias para o desenvolvimento de empreendimentos populares. Uma dessas estratégias se apresenta através do associativismo de ideais, que encontram na união de projetos com o mesmo fim o suprimento das necessidades socioeconômicas que são evidenciadas em camadas mais pobres das populações.

A partir disso, pode-se considerar a formação de uma associação que, acima de tudo é repleta de interesses. É daí que se percebe o trabalho humano como centro de todo o processo. Um trabalho humano que corresponde a interesses próprios, e não interesses do capital, como discutido em pontos anteriores. Com a modernidade, o indivíduo começou a olhar para si e dessa forma a buscar maneiras de beneficiar a sua força de trabalho, voltando assim para o mercado de trabalho munido de ferramentas que garantam sua permanência, ao mesmo tempo que se reconhece como responsável por um autodesenvolvimento.

“São empreendimentos que partem da associação de pessoas que desejam obter algum meio de vida ou de renda por intermédio do trabalho. São vizinhos, conhecidos, moradores de uma mesma região ou frequentadores de uma paróquia, que se juntam a partir de algo que acreditam ter em comum ou de alguma atividade que já realizem em comum” (LIANZA e RUTKOWSKI, 2004, p. 169).

Para Novaes (2007), uma das mais importantes contribuições da Economia da Inovação, se apresenta através de uma tecnologia que se destaca pelo fato de que se adequa às ne-

cessidades de um empreendimento, ou seja, pela forma com que pode contribuir na produção das associações, como resposta aos anseios de um grupo de cooperados. Como o mesmo autor diz, “uma determinada tecnologia não é escolhida por ser a melhor, mas, sim, se torna a melhor porque é a escolhida”. Em outras palavras, se adequa a uma realidade, é aceita por ser viável, por contribuir para as inovações tecnológicas que uma pequena associação pode comportar, por exemplo.

Assim, as associações vão se multiplicando e oferecendo aos associados oportunidades de trabalho que garantam rendas a partir do manejo da terra e a criação de animais, entre outras culturas de pequenos produtores. Além destas, existem associações de artesanato, costura e de prestação de serviços, por exemplo, que veem na cooperação de força e interesses a saída encontrada para a sustentabilidade e satisfação do próprio trabalho.

1.3 A educação e sua importância no desenvolvimento sustentável das comunidades

Analisando a obra de Freire (1958), destaca-se a liberdade que a Educação pode promover para as populações. Segundo o autor, é o instrumento mais eficaz para atingir os objetivos, pois é através do conhecimento que o indivíduo pode promover as transformações das quais necessita. Ainda para Freire (1968, p. 34), destacando a educação diz que “a pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que está pedagogia se fará e refará”. Ou seja, existe uma eterna luta do ser humano pela liberdade.

Falar em sustentabilidade unida com Educação e cultura pode gerar bons frutos para as análises sobre o tema pesquisado. Afinal, se as pessoas tiveram acesso a uma Educação de qualidade voltada para o conhecimento e a cultura, elas saberão a importância de se exercer ações sustentáveis. Ou seja, serão os agentes *in loco* que farão a diferença na preservação das riquezas naturais, no equilíbrio na balança populacional, no controle no uso de agrotóxicos e da poluição, etc. E assim, não vão comprometer a capacidade de o mundo atender às gerações futuras, sabendo como se deve agir para não esgotar os recursos para o futuro dos seus filhos.

A contribuição da Educação não é notada apenas pelo conhecimento pedagógico. No campo do conhecimento voltado para o desenvolvimento sustentável a promoção de conteúdos pode ir mais além, pelo fato que leva aos produtores as informações necessárias ao adequado comportamento de participação e autogestão dos negócios. Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) encontra o seu real papel: usar os meios de trabalho como cenário para promover o conhecimento intelectual nas salas de aula que contam com jovens e adultos cooperados.

É por isso que foi identificado que é necessário oferecer aos cooperados de um empreendimento solidário uma educação de qualidade, com conteúdos que orientem a uma gestão participativa, empreendedora e aberta às inovações. Ou seja, voltada para o desenvolvimento profissional de seus educandos, através de uma postura que assuma o compromisso social que também está descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, e que vem a valorizar as necessidades que encontramos em trabalhadores que, por estarem sendo educados fora do ensino regular, apresentam outra realidade, na qual, em muitos casos, é moldada pelas relações de trabalho.

Assim, ao analisar essa problemática, acredita-se que os Projetos Político Pedagógicos das instituições de ensino que ofertam a EJA devem atentar para o cotidiano dos seus alunos, identificando os conteúdos que podem contribuir para o desenvolvimento profissional de seus alunos, respondendo assim aos anseios que percorrem os ideais de indivíduos que juntamente com a aprendizagem buscam a melhoria de seu conhecimento profissional.

1.4 A importância dos empreendimentos solidários e seus significados para as relações sustentáveis

Para Arruda (2003), a Economia Solidária promove a produção autogestionária dos bens e dos serviços. Cada pessoa que trabalha nessa produção tem o direito de participar da posse e da gestão do empreendimento produtivo em que estão inseridos, e o que lhe dá esse direito não é a quantidade de cotas que possui, e sim o fato de contribuir com seu trabalho.

O sucesso de algumas associações está descrito em diversas ações, em que a maior delas pode estar definida pela liberdade de criação e gestão que os associados possuem, já que eles vivem a produção e reconhecem a importância da participação de cada um em todo o processo. A esse respeito, em suas pesquisas, Singer (2002) diz que na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos.

2 METODOLOGIA

A metodologia do tipo descritivo exploratório, de natureza qualitativa, e com o uso do estudo de caso, com anotações no diário de campo do pesquisador. De acordo com Gil (2002, p. 42), um estudo descritivo remonta à “descrição das características de determinada população ou fenômenos ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Assim, neste tipo de pesquisa descritiva deve-se fazer a descrição do fato de forma detalhada.

Assim sendo, este artigo em consonância com uma metodologia que busca identificar a real situação dos empreendimentos associados e/ou cooperados na região semiárida do Cariri Paraibano, usará como fonte de pesquisa dirigida, a aplicação de um questionário semiestruturado que será aplicado na associação pesquisada. Assim, a metodologia que usamos para melhor trabalhar a pesquisa foi a de visitas ao objeto de estudo, unidas a análises realizadas em campo e adequação de propostas de tecnologias que vão de encontro à produção da associação pesquisada. Além disso, tentamos identificar o nível de conhecimento dos associados, para compreender o que os mesmos entendem sobre a gestão do empreendimento e as formas como podem desenvolver o negócio dentro dos moldes solidários.

2.1 Estudo de caso: Associação de Piscicultores de Ouro Velho-PB

Para conhecer o nosso objeto de pesquisa - uma associação de piscicultores em Ouro Velho/PB, município que conta com 3.003 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para este ano de 2013. Fica localizada na região do Cariri Paraibano, em uma unidade territorial de 129.400 Km².

Criada em 2010, a Associação de Piscicultores de Ouro Velho passou por questões que vieram a complicar a sua atuação no mercado. O principal empecilho pode ter vindo a ser a forma heterogestionária pela qual passou a associação, a qual criou grande prejuízo aos associados. Por esse motivo, atualmente eles atuam através da autogestão e isso já vem fazendo a diferença na sobrevivência da associação.

É relevante dizer que antes de aplicar o questionário realizou-se uma reunião na qual foi apresentada a proposta deste trabalho. Através de uma explanação dialogada falou-se a respeito dos significados de uma associação solidária, da importância da cooperação entre os membros, as significações que a economia solidária vem trazendo para o mercado na atuali-

dade e a promoção do uso de tecnologias sociais, sempre remetendo aos conceitos básicos que devem nortear a participação dos membros em uma associação, tais como a solidariedade de uns com os outros, com vista a um único objetivo: a concretização dos interesses em comum, o que já era bem claro para os associados.

2.2 Conhecimento e análise das práticas solidárias

O questionário foi aplicado por amostragem, usando como amostra o número de 10 (dez) associados, que contou com a participação de homens e mulheres, divididos da seguinte forma: 60% sexo masculino e 40% sexo feminino.

Através desta primeira análise pode-se perceber que a associação é mista, ou seja, conta com a participação de homens e mulheres na produção. Então, mesmo uma pequena maioria sendo do sexo masculino, o que percebe-se é que o sexo feminino tem um número significativo de membros associados, o que vem a equilibrar no modo de gestão e de produção a ser exercido no trabalho.

Segundo os resultados que tratam sobre as idades dos membros entrevistados, o mais jovem entre os associados conta com a idade de 21 anos, enquanto o mais idoso com a idade de 62 anos. Considerou-se que a associação é bem eclética no quesito tempo de vida e experiência dos seus membros, o que demonstra a flexibilidade da mesma na aceitação dos seus associados.

Ao indagar os entrevistados acerca do estado civil, obteve-se como resposta que o número de casados estão presentes entre os mais idosos. E os solteiros, entre os mais jovens. Não detectou-se nenhum membro que informou ser divorciado ou viúvo.

De um modo geral, verificou-se que grande parte dos membros da associação tem um certo conhecimento pedagógico. Acerca de gestão administrativa, grande parte não possuem os conhecimentos necessários à gestão plena do negócio. No entanto, eles tem curiosidade em aprender e, em breve, alguns deles irão participar de uma formação em alfabetização, onde terão a oportunidade de aprender mais sobre cálculos, leitura e escrita. Tal formação será promovida na cidade onde moram, através de uma ação do Ministério da Educação, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que ofertam um programa de alfabetização voltado à comunidades de associados.

Como resultado do índice de formação educacional dos membros entrevistados identificou-se que os níveis de formação são diversos, divididos entre nenhuma formação, Alfabetização Básica, Ensino Fundamental, Ensino Médio e apenas um membro com formação superior. Este membro ocupa o cargo de Vice-Presidente, na Diretoria Executiva da associação.

Assim, buscou-se ser objetivo nas indagações e obtiveram-se respostas unânimes ao perguntar *como será a produção da associação*. Os associados disseram que pretendiam realizar a atividade da pesca e ainda beneficiar o produto, para que assim tivessem um campo de venda mais expressivo e dessa forma uma maior fonte de renda.

2.3 As tecnologias sociais e suas inovações

Em uma proposta que versa sobre a promoção do uso de tecnologias sociais como a garantia de um desenvolvimento sustentável, se deseja discutir ações que possam orientar os empreendedores a trabalharem a terra ao seu favor, sem que para isso prejudiquem o meio ambiente.

Nesta mesma perspectiva, segundo Tenório (1998), o uso de tecnologias sociais (TS's) demonstra a emancipação dos agentes que estão envolvidos no processo associativo. Onde, a partir daí, eles começam a compreender a importância de práticas que valorizem um desenvolvimento sustentável, humano e comunitário.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse artigo buscamos intensificar mais a nossa pesquisa acerca de como podemos trabalhar melhor o desenvolvimento socioeconômico das associações solidárias, principalmente nos pequenos municípios do país. Utilizando dessa lógica, os produtores associados poderão melhor trabalhar a sua produção, sem que para isso tenham que investir em artefatos sem necessidades, ocupar todos os hectares de sua terra ou abandonar a sua moradia na busca de outras oportunidades.

Todavia, espera-se ter contribuído para discussões acadêmicas sobre o assunto proposto, e acima de tudo ter discorrido de modo satisfatório acerca de ações permanentes que forneçam às associações e cooperativas solidárias o significado que o uso de tecnologias sociais podem trazer ao desenvolvimento dos territórios, em suas esferas econômicas, políticas e humanitárias, devendo assim, surgir novos estudos a respeito desta temática.

4 REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. Socioeconomia solidária. *In*: CATTANI, D. (org). **A outra economia**. 1. Ed. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GIL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARX, K. **O Capital**: critica da Economia Política. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

NOVAES, H.; DIAS, R. Contribuições ao Marco Analítico Conceitual da TS. *In*: DAGNINO, Renato (org.). **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, São Paulo: IG/UNICAMP, 2009. P. 17-53.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Análise da política pública do “Programa Água Doce” na Associação das Tilápias em Amparo-PB

*Aurenice Batista de Souza Dias
Maria da Conceição Gomes de Miranda*

1 INTRODUÇÃO

As experiências de vida no espaço geográfico, onde o acesso à água de boa qualidade é escasso com períodos de estiagens prolongados, fez-se necessário buscar alternativas viáveis para a sobrevivência, no semiárido brasileiro.

Diante destes fatos elegeu-se como problema de investigação a seguinte questão norteadora: quais são as contribuições da política pública do “Programa Água Doce”, enquanto fonte de renda e de sustentabilidade para os atores da associação, instaladas nas comunidades rurais, na região do cariri paraibano, em especial na Associação das Tilápias.

Partiu-se do pressuposto de que tal política pública trouxe perspectivas de dias melhores, com o consumo diário da água doce própria para consumo humano, a cultura de subsistência, criação de ruminantes (caprinos e ovinos), criatórios de peixes (tilápias), além da valorização local e a diminuição do êxodo rural.

Para que isso fosse possível foram estabelecidos, portanto, os seguintes objetivos específicos: verificar a implementação da política pública na associação e a importância desta tecnologia social (dessalinizador); identificar as práticas educativas de economia solidária que envolve o conceito de sustentabilidade e de renda no trabalho realizado na associação e por último analisar as contribuições da política pública do programa água doce na vida dos associados do assentamento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diante da variação sobre os conceitos de políticas públicas destacou-se que para Souza (2006), pode-se, então, resumir políticas públicas como o campo do conhecimento que busca, no mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Em virtude da escassez de água própria para consumo e uso sustentável dos recursos hídricos na região do semiárido brasileiro e mais especificamente nas comunidades rurais do cariri paraibano, surgiu formalmente o Programa Água Doce, cujo nome foi escolhido pela Organização das Nações Unidas em 2003, o Ano Internacional da Água Doce, durante um evento importante para o Meio Ambiente, o dia da árvore, realizado no dia vinte e um de setembro, deste mesmo ano (BRASIL, 2012).

Sendo assim, tal programa garante às famílias assentadas nas comunidades rurais do cariri paraibano, desenvolver projetos produtivos, segurança alimentar e geração de renda, sendo o pescado vendido inicialmente para os comerciantes locais e a Prefeitura Municipal, para incrementar a merenda escolar.

Em sua proposta, o PAD contempla a questão da dessalinização e sobre este processo França (2008) aponta que a dessalinização de águas com grandes quantidades de sais minerais deve ser direcionada para atender as necessidades nos municípios localizados no semiárido brasileiro.

O PAD foi elaborado em 2003 e lançado no ano de 2004, com a união dos governos federal, estadual e municipal, por meio do MMA (Ministério do Meio Ambiente), CPRM (Serviço Geológico do Brasil), EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), secretarias

dos estados do Semiárido, UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco – CODEVASF, dentre outros e a comunidade local. A coordenação geral responsável é SRHU/MMA.

São contemplados com a implantação do PAD os municípios localizados nas áreas mais suscetíveis ao processo de desertificação. São definidos critérios técnicos, tais como: municípios com menores IDH (Índices de Desenvolvimento Humano), altos percentuais de mortalidade infantil, baixos índices pluviométricos e com dificuldade de acesso aos recursos hídricos. Foi desenvolvido o Índice de Condição de Acesso à Água do Semiárido (ICAA), a partir do cruzamento dos indicadores acima citados.

O Programa promove o uso sustentável da água, contribuindo para o enfrentamento dos efeitos provocados pelo clima. Esta é uma Política Pública que objetiva disseminar boas práticas de uso sustentável da água.

Tem-se assim que as tecnologias sociais exigem uma interação de políticas de Estado, sociedade civil organizada e trabalhadores, juntos para sua produção e proliferação.

O PAD foi lançado no ano de 2004, e até o ano de 2012 foram implantados 150 sistemas de dessalinização, promovendo aos associados o acesso à água dessalinizada, sendo beneficiadas 94.340 pessoas das diversas localidades do semiárido brasileiro (BRASIL 2012).

2.1 Sustentabilidade e renda: questões sobre a região do semiárido paraibano

Desde que surgiu nos anos 1970, com o nome de eco desenvolvimento, sua definição mais precisa tem sido objeto de controvérsias (VEIGA, 2005). Para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser economicamente eficiente, socialmente incluso e ecologicamente equilibrado, e estas devem ser as principais preocupações dos governantes e de toda a sociedade civil.

A ideia de desenvolvimento sustentável ficou popularmente conhecida através do documento intitulado *Our Common Future* (1987), comumente conhecido como Relatório Brundtland. O documento tem como princípio a ideia de geração de desenvolvimento econômico e industrial sob o olhar sustentável (FIORI et al., 1998).

As sustentabilidades, ambiental, econômica e sociopolítica são três componentes fundamentais. Estes componentes garantem a subsistência do ser humano de forma consciente e do seu ambiente conservado de maneira sublime para as gerações atuais e as futuras.

Entretanto, a união deste modo de conduzir um ato (desenvolvimento), abre brechas para a criação de novos tipos de economias, a economia solidária, que tem como características básicas: a cooperação, a solidariedade, a união entre os trabalhadores, além da autogestão, ou seja, os trabalhadores passam a ser seus próprios patrões.

O PAD traz para as famílias condições de produção e geração de renda através das várias ações como: a produção de água doce, criação de peixes, irrigação da plantação para consumo de animais ruminantes (caprinos, ovinos, entre outros) e também a agricultura de produtos para alimentação destas famílias em especial, o milho e o feijão.

A sustentabilidade está no cuidado nas atividades cotidianas, com os recursos naturais que se estende desde a questão sobre o que estamos fazendo no espaço geográfico no qual estamos inseridos e mesmo o que vamos deixar de legado para as gerações futuras.

2.2 A Economia Solidária no Programa Água Doce: discutindo práticas educativas

A economia solidária tem como princípio, não só o cooperativismo, mas muito especialmente, a solidariedade. Esta se encontra intrinsecamente ligada ao cooperativismo e ao associativismo em toda a sua essência, através das ações e atividades desenvolvidas dentro destas.

Segundo Singer (2000), o nascimento da economia solidária é decorrente da invenção dos operários, nos primórdios do capitalismo industrial no início do século XIX, como resposta a pobreza e ao desemprego proveniente da difusão das máquinas-ferramentas e do motor a vapor, para que assim se recuperassem trabalhos e se visassem princípios como igualdade e democracia.

No tocante às Práticas Educativas na associação, os atores daquele local seguem no caminho em busca do conhecimento, seja na logística do programa ou na escolarização (educação formal) e, em especial, a educação informal adquirida por cada sujeito social.

Quanto às ações de educação, a Associação das Tilápias, em parceria com a Prefeitura Municipal de Amparo, iniciou no ano de 2011, o ensino fundamental I, com o objetivo de elevar a escolaridade de jovens e adultos agricultores familiares, nos níveis de ensino fundamental I, II e médio, contemplando todos os moradores inclusos no Programa. O ensino acontece na própria associação, facilitando o acesso à educação em especial dos jovens e adultos, que por motivos diversos não conseguiram concluir os estudos na idade própria.

2.3 O uso do dessalinizador e sua importância enquanto tecnologia social

A tecnologia social utilizada é o dessalinizador, que abrange os aspectos seguintes: a dessalinização de 50% da água para consumo humano, os outros 50% vão para os dois tanques de contenção com a capacidade para 1.200 alevinos cada (tanque) para a criação de tilápias e no terceiro tanque também com lona impermeável e com água salobra vai à água que servirá para a irrigação de uma planta forrageira de origem Australiana, erva-sal ou *Atriplex nummularia*, utilizada como fonte alimentar para caprinos e ovinos (BRASIL, 2012).

O dessalinizador é a ferramenta tecnológica e social primordial dentro da política pública governamental no Programa Água Doce. Este é o aparelho responsável por todo o processo de dessalinização da água salobra do poço, pois tem à água do poço, como sendo a principal fonte hídrica, para produção de água, própria para consumo humano e suas características físico-químicas, que estão relacionadas com a região onde o poço foi perfurado. (BRASIL, 2012).

3 METODOLOGIA

Neste trabalho de investigação adotou-se o tipo de pesquisa descritiva, o qual visa em suas diversas formas, trabalhar sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade local (ACEVEDO e NOHARA, 2006).

Quanto aos meios de investigação, inicialmente recorreu-se à pesquisa bibliográfica porque se baseou a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, teses, dissertações e sites especializados, em seguida a observação direta no local.

Esta pesquisa também contemplou a análise de conteúdo, conceituada por Bardin (1977) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

O questionário foi aplicado com as famílias da associação, na perspectiva de trazer ao conhecimento de todos, à inovação do programa, para a melhoria da qualidade de vida.

No tocante ao questionário semi-estruturado este foi composto por 21 questões, sendo 15 abertas, 05 fechadas e 01 mista, todas direcionadas para análise e grau de satisfação da melhoria da qualidade de vida dos atores desta associação, com a implantação desta Política Pública.

As variáveis elencadas foram: identificar dados pessoais de gêneros, atividades profissionais desenvolvidas, antes da associação e dentro desta, formação profissional, escolaridade,

motivação para ingressar na associação, finalidades e comercialização dos produtos, os projetos para progressão das atividades, grau de satisfação em fazer parte da associação, além da sustentabilidade para estes e a preocupação com o meio ambiente.

3.1 Descrições do local e dos atores da pesquisa

A sede do município tem uma altitude aproximada de 635 metros distando 247 km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 230/BR 412/PB 110/PB 249 (AMPARO, 2013).

A região onde está localizada a Associação das Tilápias, no município de Amparo-PB, está encravada em pleno polígono das Secas, caracterizando-se pelos longos períodos de estiagem, sendo que a escassez de água é agravada pelo mau uso dos recursos hídricos.

A população na associação é composta por 80 habitantes (45 do gênero masculino e 35 do gênero feminino), totalizando 29 famílias.

A amostra para esta pesquisa foi de 13 famílias, com a participação de um representante de cada família na Associação das Tilápias. Fizeram parte dessa pesquisa: 03 mulheres e 10 homens. A renda média mensal é de apenas R\$ 250,00/família.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme dados coletados na pesquisa, há uma significativa participação do gênero masculino na associação com 77% (10) de 13 pessoas entrevistadas e apenas 23% (3) pessoas do gênero feminino.

Este fato, no qual as pessoas do gênero masculino são maioria, também ocorre quanto à quantidade dos associados (as) da Associação das Tilápias, também são maioria da EJA, estes não conseguiram por vários motivos concluir os estudos na idade própria.

A faixa etária dos(as) associados(as), em sua maioria, segue as estatísticas na qual são formadas por pessoas que não foram incluídas nas instituições educacionais, e por esse motivo, ingressaram no mercado de trabalho, de acordo com as oportunidades locais, nas quais em sua maioria ingressaram na agricultura familiar.

Observou-se que a maior parte 62% (8), está contida na faixa etária dos 31 aos 40 anos de idade, que está economicamente ativa, enquanto que 23% (3) encontram-se entre 20 e 30 anos, sendo a menor parte destes 15% (2), possui entre 41 e 50 anos de idade.

Com relação ao grau de escolaridade dos atores que residem na associação, há uma predominância dos atores participantes da educação de Jovens e Adultos, tendo os associados diversos graus de escolaridade: a maioria dos associados com 38% (5), Fundamental I Incompleto, 8% (1) possuem o Fundamental I Completo, 8% (1) o Fundamental II Incompleto, outros 8% (1) o Fundamental II Completo, 23% (3) concluíram o Nível Médio e, apenas 15% (2) possuem formação Superior Completo. Isto retrata um quadro compatível com os alunos de EJA.

De acordo com a LDB 9.394/96, Art. 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Quanto às pessoas que tem o Ensino Fundamental I Incompleto, estes em sua maioria se encontram na faixa etária entre 31 e 40 anos de idade. Para estes há uma indisposição e dificuldades para o aprendizado, já as pessoas pesquisadas e com idades entre 20 e 30 anos, conseguiram concluir o Ensino Médio. Dois dos atores inclusos nesta pesquisa estão na faixa etária igualmente aos do Fundamental I Incompleto (31-40 anos), porém possuem o Ensino Superior Completo, com as formações de Pedagogia e Licenciatura em Biologia.

Quanto às funções dos participantes na associação destaca-se que: 8% (1) ocupam a função de operador de dessalinizador, mais 8% (1) fazem o trabalho de manutenção da bomba,

também 8% (1) servem alimentação para os peixes, também com 8% (1) ficam as pessoas que fazem a limpeza dos três tanques de contenção e também participam das despescas, 9% (2), coordenam as atividades (presidente do PAD local e seu irmão), 25% (3) para plantação de erva-sal e criação de animais e por último com 34% (4) dos entrevistados realizam a função de cultivar a erva sal e manutenção dos tanques de contenção.

Identificou-se que dentro da Política Pública do Programa Água Doce há também um Programa Social do Governo Federal, o Bolsa Família, que faz parte do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome no Brasil, no qual para fazer parte a renda por pessoa deve ser entre R\$ 70,01 e R\$140,00. A renda por família dos associados é de R\$ 250,00/mês.

Quadro 1 – Principais respostas dos atores participantes da pesquisa na Associação das Tilápias, referentes às condições de subsistência e renda

| ATORES | RESPOSTAS |
|--------|---|
| AI | No total de 06 pessoas participantes desta pesquisa combinam e demonstram satisfação com a participação na associação, com condições favoráveis para a sobrevivência. |
| AII | Em consonância, 04 pessoas afirmaram que o PAD lhes dá condições de subsistência, com complemento do Programa Bolsa Família. |
| AII | 02 dos atores participantes desta pesquisa realizam o trabalho de: ajudante de pedreiro e de motorista, paralelo às atividades desenvolvidas no programa. |
| AIV | Apenas 01 representante do programa afirmou não estar satisfeito com o atendimento, este também é participante do programa Bolsa Família. |

Quanto aos animais e produtos vendidos para a prefeitura de Amparo, nas feiras e regiões, fazem parte: as tilápias, caprinos, ovinos, o feijão e o milho, estes quando ocorrem períodos de chuvas suficientes para a obtenção da plantação e colheita, além do necessário para consumo dos participantes da associação. A maior parte da produção de peixes, 59% (8), é direcionada para a venda e uso na nutrição dos estudantes das escolas municipais de Amparo-PB, e 41% (5) para a venda nas comunidades vizinhas e também serve para o consumo dos associados.

O desejo de ampliar a criação de animais (ovinos, caprinos, peixes, galinhas), a construção de mais um tanque de contenção, para a criação de peixes, fazem parte dos projetos das pessoas, para expandir as atividades dentro do programa aqui analisado.

Quando questionados sobre quais as projetos gostariam de implantar no programa para ampliar as atividades, 54% (7) em consonância desejam aumentara criação de galinhas caipiras (estas também se alimentam de erva sal), 16% (2) falaram da vontade de construção de mais um ou dois tanques de contenção para a criação de tilápias, e também a criação de galinhas caipira, 15% (2) desejam aumentar a criação de pequenos e grandes ruminantes (caprinos, ovinos, bois e vacas), já 15% (2) mencionaram a ampliação da criação de galinha caipira como também caprinos, ovinos, bois e vacas.

No olhar dos(as) associados(as), a participação neste programa proporcionou valores morais, sociais e possibilitou também a conquista de valores materiais, como a aquisição de novos móveis para o conforto familiar, o acesso a alimentos (produzidos nas terras individuais e coletivas), oportunidades para educação (na sede da associação) com o acesso a EJA e o lazer adquirido dentro da associação e nas comunidades próximas. Foi observado que 21% (3) adquiriram vestimentas necessárias após fazerem parte da associação pesquisada, também 21% (3) tem acesso a melhores alimentos, seguido de 19% (2) terem aumentado o tempo de lazer, 18% (2) comemoram o acesso a Educação de Jovens e Adultos, 13% (2) está feliz com a aquisi-

ção de móveis e eletrodomésticos e, por último com 8% (1) conseguiram a compra de bens de consumo.

Para os associados atendidos neste programa, o grau de credibilidade e satisfação, aumentou significativamente, no âmbito sociocultural, a partir das conquistas obtidas desde que ingressaram na associação pesquisada. Quando questionados sobre os benefícios adquiridos ao ingressarem na associação, 87% (11) dos associados afirmaram que o acesso à água potável para consumo durante todo o ano, aliado à moradia própria, a autogestão, à segurança e a liberdade, os fazem mais felizes e 13% (2) disseram ter também a preocupação de manter o PAD em funcionamento, valorizando o programa para o desenvolvimento local, como pode ser observado na Figura 9.

Como entrave para a comercialização dos produtos foi mencionada a falta de transportes para o deslocamento dos animais para outros municípios, em sua total porcentagem.

A implantação desta Política Pública pesquisada incorporou às preocupações tradicionais de viabilidade social, econômica e ambiental do sistema de dessalinização, disponibilizando aos atores que residem no semiárido nordestino, através da economia solidária, o resgate da vida no campo, com condições de renda e sustentabilidade, aliado a preservação ambiental, fundamental para a sobrevivência.

5 CONCLUSÕES

Diante dessa realidade das famílias da Associação das Tilápias, é notório que a implantação da Política Pública, tendo como fonte a tecnologia social (dessalinizador) deste programa, trouxe a garantia do acesso à água de boa qualidade, o ano inteiro, renovou o desejo de sobrevivência do trabalho no campo, garantindo melhores condições de subsistência e renda para agricultores e agricultoras, desta associação.

Durante os períodos prolongados de estiagem, há um comprometimento nos poços, dos recursos hídricos, aliado a altas temperaturas, favorecem a evaporação provocando redução da vazão destes, isto compromete a quantidade de água salobra que vai para os tanques de contenção.

Portanto, durante o período de escassez de chuvas, um dos tanques fica vazio, esta é a maior preocupação dos associados, nessa UD, as funções são executadas desde a sua implantação, mantendo as produções, porém, este ano o nível de água (chuvas) não foi suficiente para manter a criação total das tilápias nos dois tanques, mesmo assim, 50% da água (dessalinizada) retirada do poço continuam sendo fornecida para consumo dos(as) associados(as) e também abastece de 3.000 a 4.000 litros por semana para o município de Amparo-PB.

O PAD dá condições de subsistência e renda, ainda que de forma parcial para alguns, levando os atores, buscar outras atividades paralelas as do assentamento, alguns são atendidos por outro Programa de Políticas Sociais do Governo Federal, o Bolsa Família, já que estes possuem crianças e/ou adolescentes e de acordo com o regulamento podem participar.

Os valores recebidos mensalmente são limitados, e o desejo de obter recursos financeiros para aumentar as atividades se faz presente. A inovação de políticas públicas reais, com a participação direta da sociedade civil no semiárido se faz necessário, com a finalidade de sistematizar programas como este aqui pesquisado, em todas as regiões do nordeste brasileiro, suscetíveis ao processo de desertificação.

Vale salientar, que a implantação de Programas e Políticas Públicas, voltadas para o homem do campo, ainda são delimitadas, estas merecem uma melhor atenção, em particular no semiárido brasileiro.

6 REFERÊNCIAS

ACEVEDO, C. R., NOHARA, J. J. **Monografia no curso de administração:** guia completo de conteúdo e forma. São Paulo: Atlas, 2006, p. 51.

AMPARO. Município, **Histórico**. Disponível em: www.amparopb.com. Acesso em: 24 de maio de 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 1977, p. 31.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. **Programa Água Doce:** documento base. Brasília, 2012. Disponível em: www.aesa.pb.gov.br. Acesso em: 22 de maio de 2012.

SINGER, Paul. **Economia solidária:** um modo de produção e distribuição. São Paulo, Contexto, 2000.

SOUZA, C. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 08, n 16, jul/dez, 2006, p. 20-45.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável:** O desafio do século XX. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Análise da relação entre Educação e Economia Solidária no Assentamento Fazenda Mata em Amparo-PB

Antonio Josinaldo Soares Silva
Luiz Antônio Coêlho da Silva

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade evidenciar o processo de constituição de uma organização política, como também compreender os aspectos relacionais que acabam dando sentido à sua existência. A instituição escolhida para desenvolver a pesquisa está inserida no cariri ocidental paraibano e é constituída por um grupo de 29 (vinte e nove) famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que deu origem à Associação dos Produtores Rurais do Sítio Caiçara, situada no Assentamento Fazenda Mata, em Amparo - Paraíba. Este assentamento é resultado de lutas políticas e sociais encadeadas por esses trabalhadores em busca de uma divisão justa das terras que antes eram improdutivas.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse estudo possui caráter descritivo-exploratório, com natureza qualitativa, também se utilizou a pesquisa bibliográfica. Foi feito um estudo de caso, com aplicação de questionários e anotações no diário de campo do pesquisador. Também se baseia no trabalho in loco, no qual o pesquisador mergulha na esfera local com o objetivo de interpretar as experiências e vivências do grupo (os sujeitos da pesquisa) para desenvolver uma reflexão capaz de levá-lo ao reconhecimento das especificidades humanas e das relações que os sujeitos estabelecem para construir os fenômenos da realidade.

1.1 Reflexões sobre a Economia Solidária e a Educação

A economia solidária surgiu como alternativa ao sistema capitalista e se caracteriza pela solidariedade, cooperação, autogestão e desenvolvimento sustentável. Singer (2002) evidencia que o nascimento dessa nova forma de economia se deu no início do século XIX, precisamente nos primórdios do capitalismo industrial, em decorrência do desemprego gerado pela revolução industrial, ou seja, da ascensão da máquina, substituindo a mão-de-obra humana.

Nessa nova economia todos têm direito à produção, não há patrão nem empregados e versa sobre a inclusão social dos indivíduos excluídos do modo de produção capitalista. A respeito dessa questão, Silva (2010) enfatiza que o empreendimento solidário melhora as condições para o emprego e a inclusão social, bem como é um modelo democrático, que proporciona uma melhor condição de vida aos cooperados. Explicita ainda, que essa economia surge da realidade da pobreza e tem sua base nos pequenos empreendimentos familiares, nas associações de pequenos produtores, dentre outros.

As relações sociais baseadas na economia solidária faz emergir novos processos educativos divergentes das do sistema capitalista, pois a partir de princípios fundamentais, como a cooperação, a autogestão, a solidariedade, o associativismo e a sustentabilidade se têm necessidade de uma reeducação voltada para a interação e o compartilhamento de experiências históricas. Desse modo, formam-se indivíduos com um novo *ethos* (ADAMS, 2010).

1.2 Considerações sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Um documento importante para a regulamentação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/1996). Este docu-

mento evidencia em seu artigo 37 que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

A EJA é uma modalidade de ensino que objetiva atender aos educandos que não tiveram oportunidades de estudo na idade apropriada. Os motivos desse público não frequentar a escola decorrem de três fatores principais: uma não identificação com a metodologia aplicada pela escola, tendo como consequência a desistência; o não oferecimento por parte do Estado ou município de estabelecimento de ensino próximo à localidade de residência desses sujeitos, com isso, a impossibilidade de frequentá-lo; e por conta desses indivíduos terem que trabalhar para a sua sobrevivência não tinham tempo de acessar a escola. Dessa forma, a maioria desse público é constituída de jovens e adultos trabalhadores. Torna-se pertinente ressaltar que esses sujeitos trazem experiências de vida e um conhecimento não formal. Com isso, o educando pode ser visto como um indivíduo sócio-histórico-cultural, com experiências acumuladas.

1.3 Enfoques sobre a Economia Solidária

As crises do sistema capitalista fragilizaram o modelo tradicional da relação de trabalho capitalista. Com isso, a economia solidária surgiu em oposição ao sistema salarial vigente, caracterizado pela exploração da força de trabalho humana e pela exclusão social. As mudanças do capitalismo globalizado, sobretudo no que diz respeito ao desemprego, a precarização das relações de trabalho e à exclusão social favoreceram a formação de empreendimentos solidários.

Nascimento (2006, p. 8) argumenta que “a economia solidária representa instrumento de combate à exclusão social na medida em que apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades humanas, eliminando as desigualdades materiais”.

De acordo com a carta de princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, a economia solidária se constitui:

O fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003, p. 2).

A economia solidária é uma forma de produzir, comercializar e consumir, colocando as necessidades humanas acima das do capital. Ou seja, interagindo produção e consumo, sendo este um processo responsável e consciente (desenvolvimento local e sustentável). Para Arroyo (2006, p. 51), “a sustentabilidade visaria preservar não só a natureza e a biodiversidade, mas ainda a heterogeneidade cultural, o pluralismo político e as relações dinâmicas entre o local e o global”. Sendo assim, a sustentabilidade abarca diversas dimensões, versando sobre uma concepção sistêmica e holística.

Outro princípio fundamental da economia solidária é a solidariedade, pois ela “enquanto valor e princípio, deve ser entendida como o envolvimento e compromisso político horizontal, envolvimento este que significa a conscientização de que o sucesso de cada um depende do sucesso coletivo de todos” (BENINI, 2008, p. 63 apud BENINI, 2003, p. 13). A partir desse princípio surgem outros como o cooperativismo e o associativismo, nos quais há objetivos comuns, propriedade coletiva, partilha de resultados e responsabilidade coletiva.

1.4 Atos educativos na Economia Solidária

A economia solidária pode ser vista como uma prática educativa, pois é possível perceber uma estreita relação entre estas duas áreas de conhecimentos, que se relacionam e se complementam. Também esta economia se caracteriza como uma forma de resistência e sobrevivência dos indivíduos excluídos do atual sistema econômico vigente. Sobre essa questão Adams (2010, p. 19) evidencia que “o processo educativo relaciona-se com a luta pela sobrevivência, buscando resolver problemas elementares da produção material da existência. (...) que inclui trabalho, como gerador e disposições de sujeitos e grupos sociais para o desenvolvimento de processos educativos”. Contudo, na busca por esse novo modelo de produção baseado na solidariedade, na autogestão, na cooperação, no associativismo e na sustentabilidade emergem novos processos educativos.

1.5 O trabalho associado como ato pedagógico e a conexão da EJA com a Economia Solidária

O trabalho associado com seus múltiplos elementos proporciona uma redefinição e/ou definição de um novo *ethos*. Assim, Adams (2010, p. 134-135) enfatiza, “seja pela sua organização, pela prática de gestão, pelas relações de trabalho e convívio ou relações com espaços externos; seja pelo uso de objetos técnicos, de saberes partilhados e construídos (...) constitui potencialmente para (re)construir (...) uma cultura do trabalho”. Com efeito, nessa constituição de um novo *ethos* ocorrem mediações pedagógicas e situações de aprendizagem, pois se tem uma nova configuração de trabalho que se sustenta em valores coletivos.

Percebe-se que essa nova cultura de trabalho perpassa as relações econômicas, dotando os indivíduos de novos valores culturais e com uma nova percepção acerca das relações sociais, favorecendo a cooperação, a solidariedade, as práticas autogestionárias e a reciprocidade. Nesse sentido, o trabalho associado pode ser visto como uma práxis eminentemente pedagógica.

No entanto, de que forma pode haver uma conexão entre economia solidária e EJA? Essa conexão já existe, elas estão correlacionadas no momento em que se une trabalho e educação. Mas, como ocorre a união entre trabalho e educação? Para Arruda (2005, p. 32) “na consciência dos que vivem do trabalho, a vinculação entre trabalho e educação faz-se naturalmente, pela sua própria condição de ser humano trabalhador”.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 Descrições das atividades econômicas e das práticas sociais dos associados do Assentamento Fazenda Mata-PB

A Associação dos Produtores Rurais do Sítio Caiçara foi fundada em 07 de julho de 2004 e é composta por um grupo de agricultores (as) com diretoria executiva. Já o assentamento Fazenda Mata foi criado em 2008, através de uma negociação dos componentes dessa associação com o proprietário da Fazenda Mata, sendo o débito pela compra dessa propriedade quitado através de recursos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e a associação arcou com a dívida, pagando-a ao programa de forma parcelada anualmente. Atualmente nessa comunidade residem 29 (vinte e nove) famílias. Este assentamento localiza-se no município de Amparo-PB no cariri Ocidental.

As primeiras perguntas do questionário versaram sobre o perfil dos associados, as quais detectaram que aproximadamente 88% dos chefes das famílias cooperadas são do sexo masculino; a maioria dos entrevistados (53%) tem entre 31 e 40 anos; com relação ao estado

civil observou-se que 60% convivem maritalmente; no que se refere ao nível de escolaridade 53% tem o ensino fundamental incompleto.

Percebe-se que a maioria dos assentados tem um grau de instrução baixo, isso devido a problemas de acesso e permanência na escola.

O segundo bloco de perguntas tratou sobre economia solidária. A partir dos dados obtidos constataram-se as seguintes razões que os levaram a serem membros da associação: a aquisição de um espaço próprio para a prática agrícola e pecuária, com isso, haveria a oportunidade de se trabalhar na sua própria propriedade; melhores condições de trabalho, e consequentemente uma melhor condição de vida.

Dentre as atividades mencionadas pelos entrevistados, a criação de peixe é desenvolvida de forma coletiva através do trabalho cooperado. Com efeito, as práticas relacionadas a esse trabalho se referem à limpeza dos tanques, alimentação e vigilância dos alevinos, despesca e venda do produto. No que diz respeito à pecuária, a criação dos animais é feita de forma individual, entretanto, as plantações de palma e o cultivo da atriplex (erva sal), que servem para alimentá-los é realizada de forma conjunta. O grupo pesquisado também mencionou as atividades comunitárias como sendo trabalhos desenvolvidos coletivamente, nas construções de cercas nas propriedades, limpezas de barragens e da casa sede do assentamento. Além disso, os associados participam das reuniões para discussão de questões relacionadas à comunidade.

Perguntados se no assentamento há uma preocupação de produzir sem agredir o meio ambiente, a maioria mencionou a plantação da erva sal que se alimenta do sal gerado pela dessalinização das águas de poços artesianos, impedindo uma salinização do solo. Também citaram a prática agrícola sem uso de agrotóxicos e a preservação da vegetação, evitando queimadas.

2.2 A funcionalidade da EJA e os indícios de Economia Solidária no Assentamento Fazenda Mata-PB

Esta pesquisa detectou indícios de economia solidária no campo em estudo. Quando perguntados sobre quais atividades desenvolvem de forma cooperada na associação, todos citaram: criação de peixe em tanques de contenção, plantações de palma, cultivo da atriplex (erva sal) e atividades comunitárias (construção de cercas, limpezas das barragens e da casa sede da associação). Questionados sobre o modo de desenvolvimento das atividades cooperadas, as respostas obtidas foram: trabalhos desenvolvidos em grupo e atividades compartilhadas entre os associados. A indagação seguinte versou sobre os custeios da associação e as sobras com a venda dos produtos, neste caso todos os produtores entrevistados responderam que uma parte dos produtos é vendida para custear as despesas da associação e a outra parte é dividida de forma igualitária entre os associados.

A partir da obtenção desses resultados nota-se a presença de três princípios de economia solidária no assentamento pesquisado, o trabalho associado, a cooperação entre os sujeitos através de desenvolvimento de atividades em grupo e a solidariedade, havendo uma divisão igualitária da produção entre os produtores.

Outro questionamento se referiu sobre um princípio fundamental da economia solidária, a autogestão. Ou seja, se a opinião dos membros da associação é levada em consideração nas tomadas de decisões nas reuniões, com efeito, todos responderam que sim. Desse modo, percebe-se uma administração voltada para a autogestão, na qual as ideias dos componentes são levadas em conta no momento das decisões.

No que diz respeito à renda gerada por meio do trabalho solidário, todos os cooperados enfatizaram que ela pode ser vista como um complemento da renda familiar. Notou-se que a renda desses sujeitos é muito fragmentada, pois não se tem uma fonte de recurso principal, sendo composta pelo trabalho solidário, agricultura familiar, pecuária, trabalho contratado e

pelos programas sociais do governo Federal, a exemplo do Programa Bolsa Família, que se complementam gerando a renda familiar.

No assentamento Fazenda Mata a Unidade escolar está em funcionamento com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecendo o ensino fundamental II. Neste contexto, o terceiro bloco abordou tanto a educação formal quanto a não formal. A primeira pergunta desse bloco mostrou que 73% dos pesquisados estudam na EJA da comunidade.

A segunda questão revelou que todos os que estudam nessa modalidade de ensino consideram que são levadas em consideração as práticas sociais e solidárias do seu cotidiano. Nessa perspectiva, a EJA dessa comunidade pode desenvolver um papel importante no que tange à produção de conhecimentos a partir das vivências dos educandos.

Os questionamentos seguintes averiguaram se o trabalho cooperado e os diálogos entre os associados nas reuniões têm proporcionado novos conhecimentos. Com efeito, todos os entrevistados afirmaram que sim, destacando que da interação com os companheiros de trabalho aprendem novos conhecimentos relacionados à aplicação de novas técnicas nas atividades do cotidiano, novas formas de se trabalhar em grupo e novos aprendizados com o trabalho autônomo.

2.3 Elementos que favorecem a prática da Economia Solidária no Assentamento Fazenda Mata-PB

O quarto bloco de perguntas versou sobre as contribuições da educação para o desenvolvimento da economia solidária. Sendo assim, procurou-se saber se a EJA da comunidade tem sido importante para o trabalho associado e cooperado. Com efeito, todos os entrevistados indicaram que sim, explicitando que essa educação proporcionou conhecimentos sobre o meio onde estão inseridos e a vivência em grupo, a desenvolver um trabalho harmônico com a natureza, bem como que a união pode torná-los mais fortes em busca dos objetivos da comunidade.

O questionário revelou que todos os associados pesquisados consideram que suas experiências de vida contribuem para se trabalhar com economia solidária, exaltando que as práticas desenvolvidas anteriormente foram importantes para essa nova forma de trabalho, que os saberes acumulados contribuem para com a atividade em grupo, propiciando uma interação de experiências.

Outro elemento importante para o desenvolvimento de quaisquer atividades que o sujeito venha a praticar é formação/capacitação. Obtivemos a informação da realização de curso de manuseio de peixe, de dessalinização de água, palestras e capacitação com os órgãos: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

As principais dificuldades elencadas pelos entrevistados se concentram na falta de apoio dos órgãos governamentais e de projetos consistentes que venham desenvolver a comunidade, falta de apoio técnico e uma maior conscientização de se trabalhar de forma associada e cooperada.

No que diz respeito a uma melhor condição econômica e social depois da participação na associação, todos os pesquisados evidenciaram a ocorrência dessa melhoria. Destacando uma melhor condição de moradia, pois todas as residências têm água canalizada, a comunidade dispõe de água portátil para o consumo humano e uma melhor condição financeira em relação às condições anteriores a criação da associação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No assentamento Fazenda Mata – Amparo/PB existem práticas econômicas e sociais com indícios de economia solidária, tais como a constituição da Associação dos Produ-

tores Rurais do Sítio Caiçara, a qual versa sobre uma administração democrática e autogestionária.

A educação encontra-se correlacionada com as práticas cotidianas dos indivíduos do campo estudado. Com efeito, têm-se atos pedagógicos no diálogo entre os associados sobre questões da comunidade. Além disso, brotam aprendizados na interação de experiências entre os sujeitos no trabalho cooperado e nas relações sociais. Ainda notou-se a presença e influência da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas atividades desenvolvidas no supracitado assentamento.

Contudo, verificou-se que a educação tem a função de trabalhar questões da realidade dos trabalhadores (as), assim ela pode proporcionar uma percepção crítica e reflexiva desses sujeitos sobre os fenômenos que os cercam; bem como capacitá-los em função da produção associada e cooperada desenvolvida no assentamento, através de cursos, palestras e outras formas de produção de conhecimentos relacionados às suas atividades; além de promover uma formação em favor de uma administração e/ou gestão participativa, na qual são os associados os dirigentes da própria associação. Dessa forma, a educação fortalece a economia solidária.

4 REFERÊNCIAS

ADAMS, T. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. Aparecida-SP: Ideias & letras, 2010.

ARROYO, J. C. T. **Economia popular solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2006.

ARRUDA, M. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a Educação de Jovens e Adultos. Org. Sonia M. Portella Kruppa. Brasília: Inep, 2005. (p. 31-40).

Carta de princípios de Economia Solidária - Fórum brasileiro de economia solidária, 2003. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em 15 de julho de 2013.

GADOTTI, M. **Economia Solidária com práxis pedagógica**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo, 2009. Disponível em: www.pt.scribd.com. Acesso: 15 de julho de 2013.

NASCIMENTO, E. R. **Princípios da Economia Solidária**. Brasília, 2006.

NOVAES, H. T.; CASTRO, M. P. **Em busca de uma pedagogia da produção associada**. 2012, (p. 32-69). Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em 20 de julho de 2013.

SILVA, L. A. C. da. **A reestruturação produtiva, transformações no mundo do trabalho e a nova alternativa para o capital: a economia solidária**. 2010.

Análise da viabilidade econômica e social com práticas de Economia Solidária na Associação de Apicultores de Sumé-PB

*Jorge Lucena de Souza Silva
Luiz Antonio Coêlho da Silva*

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é, atualmente, o 6º maior produtor de mel (ficando atrás somente da China, Estados Unidos, Argentina, México e Canadá), entretanto, ainda existe um grande potencial apícola (flora e clima) não explorado e grande possibilidade de se maximizar a produção, incrementando o agronegócio apícola.

A apicultura é um dos setores que mais crescem na Paraíba, devido, entre outros fatores, a sua pequena vulnerabilidade a estiagens prolongadas, quando comparada a outras atividades agrícolas. Em anos com precipitação pluviométrica normal, calcula-se existir em atividade aproximadamente 20 (vinte) mil colmeias, produzindo 400 toneladas de mel anualmente. Há 1.327 apicultores, dos quais 637 assistidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater - Paraíba), com 3.332 apiários, sendo 1.307 acompanhados pela extensão rural.

O presente artigo foi feito através de estudo de caso sobre a Associação de Apicultores do Município de Sumé no Estado da Paraíba, estudo este realizado no período de Julho a Setembro de 2013.

Para a realização deste artigo os procedimentos metodológicos adotados foram uma pesquisa descritivo-exploratória, de caráter qualitativo, com estudo de caso na associação de apicultores de Sumé – Paraíba, com aplicação de questionário semiestruturado. O objetivo geral deste artigo é analisar a viabilidade econômica e social da Associação de Apicultores do Município de Sumé – Paraíba, enfatizando os princípios da economia solidária.

1.1 História e evolução da apicultura

A apicultura é o ramo da agricultura que estuda as abelhas produtoras de mel e as técnicas para explorá-las convenientemente em benefício ao homem (PARKER, 1995).

Estima-se que existam mais de quatro mil gêneros de abelhas e cerca de 25 a 30 mil espécies distribuídas nas diferentes regiões do mundo (MICHENER, 2000).

No início, o homem promovia uma verdadeira “caçada ao mel”, tendo que procurar e localizar os enxames, que muitas vezes se encontravam em locais de difícil acesso e de grande risco para os coletores. Naquela época, o alimento ingerido era uma mistura de mel, pólen, crias e cera, pois o homem ainda não sabia como separar os produtos do favo. Os enxames, muitas vezes morriam ou fugiam, obrigando o homem a procurar novos ninhos cada vez que necessitasse retirar o mel para consumo (EMBRAPA, 2003).

As abelhas africanas foram introduzidas no Brasil em 1956, com o intuito de se executar um programa de melhoramento genético que fosse capaz de aumentar a produção de mel do país, associada a uma baixa agressividade. Entretanto, devido a problemas na manipulação ocorreu a enxameação de algumas famílias, o que levou ao início de um processo de cruzamentos naturais com abelhas de origem europeia que haviam sido trazidas pelos imigrantes entre 1840-1850, propiciando a formação de um híbrido, a abelha africanizada (SOARES, 2004).

Entretanto, com o passar do tempo, os apicultores se conscientizaram que essa abelha poderia ser controlada e explorada com êxito, se houvesse uma adequação e uma total reformulação de técnicas e conceitos válidos para as abelhas europeias, mas que eram desastrosos

para a abelha africanizada. Baseando-se em suas próprias experiências e nas informações geradas pelos centros de pesquisas, os apicultores brasileiros conseguiram assimilar as novas técnicas e passaram novamente a acreditar que seria possível uma apicultura eficiente com abelhas africanizadas (NETO, 2006).

1.2 Educação de Jovens e Adultos

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 9.394), seção V, artigo 37: A educação de Jovens e Adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. A idade mínima para cursos a nível fundamental é de 15 anos e a nível médio 18 anos. Identificamos que em sua grande maioria estes alunos tiveram passagens anteriores por escolas, porém foram fracassadas e/ou acidentadas por demandas socioculturais dos mesmos; evadiram por necessidade de trabalho, questões de exclusão por raça, gênero, questões geracionais, dentre outras.

A Educação de Jovens e Adultos que, a partir da Lei 9.394/96, se regulariza e supera o antigo ensino supletivo de proposição de um currículo escolar aligeirado e homogêneo, configurando-se sob a ótica de um projeto educacional mais amplo (MOLL, 2004), além de inovador, porque passa a se constituir como modalidade específica de Educação Básica que atende aqueles que tiveram negada a experiência educacional na infância ou adolescência pelos mais diversos fatores. As práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA (como a exposição das disciplinas do núcleo comum, e os conteúdos interdisciplinares), em sua maioria, também sofrem modificação e passam a poder envolver ainda mais a experiência do educando como ponto de partida para o desenvolvimento do ensino formalizado.

Muitas escolas de jovens e adultos intensificam um planejamento voltado às experiências de vida dos estudantes, apostando em uma educação solidária, coletiva e transformadora, que respeite os tempos de aprendizagem de cada aluno.

A educação de jovens e adultos reitera essa necessidade de partir do conhecimento que seu aluno traz da vida, pois ele possui uma caminhada, uma experiência que não pode ser renegada pela escola, mas a partir dela, discutida.

Mesmo com a redução dos índices de analfabetismo no Brasil (-8,4% em 28 anos), a problemática que gira em torno da alfabetização ainda persiste no país. Se analisada pelo ponto de vista percentual, as taxas de analfabetismo parecem ser relativamente baixas, porém se analisada pelo ponto de vista numérico, ainda existem milhões de pessoas analfabetas, o que revela que um número muito alto de pessoas ainda não se apropriaram da cultura escrita.

1.3 Economia Solidária

A economia solidária está implícita na Associação de Apicultores de Sumé por essa entidade praticar atividades de produção, consumo e comercialização autogeridos.

Economia solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. Tem base associativista e cooperativista e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida (MTE, 2006).

Segundo Paul Singer (2005), a Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Mas, seus valores fundamentais precedem sua prática. Não é preciso pertencer a uma cooperativa ou empreendimento solidário para agir solidariamente. Esse tipo de ação é frequente no campo político e no campo das lutas de classe, sobretudo do lado dos subalternos e desprivilegiados.

2 METODOLOGIA

Considerando a importância deste trabalho que nos trouxe conhecimentos das atividades dos apicultores do município de Sumé na Paraíba, foi utilizado o método de pesquisa descritiva, analítica e exploratória com abordagem qualitativa.

Para efetivação deste projeto foi realizada uma pesquisa com a Associação de Apicultores do município de Sumé – Paraíba, onde ocorreu a aplicação do questionário com 12 sócios dos 33 existentes, representando uma média de 36% do total de associados.

2.1 Atividades Desenvolvidas

2.1.1 Caracterizações da Associação de Apicultores de Sumé-PB

A Associação fica na cidade de Sumé, que está localizada no antigo Sertão dos Cariris Velhos, hoje denominado Cariri Ocidental, onde predomina a vegetação de caatinga, sendo o clima tipicamente semiárido, caracterizado pela baixa ocorrência de chuvas (média de 500 mm/ano), apresenta uma temperatura média anual em torno de 27° graus Celsius.

2.1.2 Associação dos Apicultores de Sumé-PB: Fundação

Segundo informações do Presidente, dos apicultores pioneiros e consulta de documentos, a Associação foi fundada no ano de 2002 por dois irmãos filhos de Sumé, que na época trouxeram experiências vivenciadas na cidade de Ibimirim no Estado de Pernambuco, os mesmos conviveram com apicultores daquela cidade, onde também realizaram cursos sobre apicultura e por algum tempo praticaram esta atividade. Ao retornar a cidade natal, fundaram a associação, implantando a apicultura no município.

Os dois irmãos se encarregaram de adquirir em Pernambuco os equipamentos necessários (colmeias, indumentárias e os demais equipamentos) para o início da atividade apícola, os 21 sócios começaram a comprar seus próprios equipamentos com um custo médio de R\$ 1.500,00 (Um mil e quinhentos reais) para instalação de 10 caixas, e assim de acordo com o poder aquisitivo de cada um foram sendo instalados os primeiros apiários.

A associação conta hoje com 33 sócios, mas nem todos estão exercendo a atividade da apicultura; entre esses sócios, 12 se associaram a pouco tempo e ainda estão adquirindo os equipamentos necessários para serem apicultores, outros 15 sócios se dedicam atualmente exclusivamente às suas atividades principais, sendo elas: professores, comerciantes funcionários públicos, funcionários de banco, entre outras profissões, mas segundo informações dos mesmos, estão se organizando para voltarem a cuidar dos seus apiários com a finalidade de produzir mel e cera. Os seis sócios que completam o quadro de associados.

Hoje entre os sócios têm, em média, 120 colmeias com apenas 55 em produção. Devido à seca, as colmeias povoadas diminuíram e tiveram baixa produção. O beneficiamento do mel está sendo realizado em uma sala da propriedade de um apicultor localizada no Bairro de Várzea Redonda, sendo utilizado para o beneficiamento do mel os equipamentos conseguidos em 2011 através de projeto da Associação dos Apicultores de Taperoá, que beneficiou 9 municípios da região incluindo a associação de Sumé.

Atualmente, a AAS tem parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SE-NAR) e a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (EMEPA), que está apoiando os apicultores na implantação de um apiário modelo, com o apoio do Professor Dênis que está capacitando os sócios, principalmente os que se associaram recentemente.

2.1.3 Perfis dos sócios e visão em relação à AAS

O perfil dos sócios obtidos através da aplicação dos questionários mostrou que todos pertencem ao sexo masculino, e que a faixa etária fica entre 25 anos e 55 anos. Os atuais sócios estão distribuídos nas seguintes faixas etárias: sete sócios tem idade entre 25 e 35 anos, oito sócios tem idade entre 35 e 45 anos e 18 sócios tem idade entre 45 e 55 anos. O grau de instrução apresenta uma grande diversidade; tendo seis sócios com o ensino fundamental incompleto, oito sócios com ensino fundamental completo, dois sócios com o ensino médio incompleto, quatro sócios cursando o ensino médio na Educação de Jovens e Adultos (EJA), três sócios com ensino médio completo, seis sócios cursando a universidade, sendo que quatro deles fazendo o curso de agroecologia atualmente na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) campus Sumé – PB. Completando o quadro de sócios há quatro indivíduos com cursos superiores completos nas diversas áreas como, por exemplo, um professor licenciado em Matemática, outro professor licenciado em História, um Veterinário e também um Agrônomo.

O questionário também abordou os sócios quanto ao tempo que fazem parte da associação e obteve as seguintes respostas: 11 sócios estão na associação desde a fundação da mesma, 10 sócios entraram para fazer parte da associação em 2011, e 12 sócios em 2013. Quanto às práticas de manejo nos apiários, responderam que fazem revisão das colmeias e coleta do mel sempre que necessário. Em relação à produção, houve uma queda significativa ultimamente, sendo coletada uma média de 100 Kg de mel por coleta de todos os apicultores nos últimos anos. Também foram questionados com relação realização de cursos para os apicultores, e relataram os cursos de iniciação a criação de abelhas com ferrão e capacitação na instalação e manejo de apiários. Segundo ainda respostas dos questionários aplicados, a aquisição dos enxames é feita com capturas e caixas iscas de forma coletiva, onde todos ajudam e são ajudados na realização dessa tarefa e outras mais. Informaram também que o único produto explorado é o mel que é centrifugado em sala específica; e, quanto às práticas de economia solidária, citaram a captura de enxames e a coleta do mel que é coletiva.

Quanto à participação dos sócios dentro da associação, todos responderam que sempre participam de cursos oferecidos, como também das reuniões quando convocados, essas reuniões são realizadas em sede provisória em uma sala do prédio da Escola de Informática e Papelaria do Professor Djamilton Aquino, também apicultor, sendo as decisões tomadas nas reuniões de forma democrática, onde todos opinam e participam efetivamente dando seus votos de forma aberta e clara com aceitação da decisão da maioria. Tais reuniões são feitas bimestralmente, mas a maioria dos sócios está pleiteando para que as reuniões sejam realizadas mensalmente.

Quanto à importância da associação na vida dos apicultores, os mesmos declararam que é prazerosa a atividade da apicultura, que se sentem muito bem contribuindo com o meio ambiente, e que é uma lição de vida como convivência social e complementa a renda familiar.

Nos questionamentos, os apicultores citaram também as dificuldades encontradas para continuarem com a atividade devido à falta de chuvas regulares, a difícil comercialização do produto, que só é feito atualmente no comércio local ou diretamente ao consumidor, carecendo de vendas para outros municípios ou regiões, bem como a falta de apoio do governo municipal e dos órgãos governamental Estadual e Federal. Mesmo assim, com todos os problemas enfrentados, a maioria dos sócios respondeu que depois que começaram a fazer parte da Associação dos Apicultores de Sumé, houve uma melhora nas suas vidas, com mudanças sociais e econômicas.

Na última questão do questionário foi perguntado aos apicultores se eles entendem os significados de Educação de Jovens e Adultos e de Economia Solidária, mais de 50% dos entrevistados responderam que sim e citaram os apicultores associados que estudam o ensino médio na Educação de Jovens e Adultos como também as práticas solidárias existentes dentro

da associação como, por exemplo, a captura de enxames e a coleta de mel que é feita coletivamente, e também acrescentaram que alguns apicultores às vezes se unem juntando o mel coletado para realizar o beneficiamento e a comercialização, dividindo de forma igualitária os valores obtidos pelas vendas.

No final do questionário foi colocada uma observação para que os apicultores respondessem alguma questão que por acaso não tenha sido contemplada no questionário elaborado. E eles fizeram um questionamento demonstrando interesse em realizar parcerias com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) – Campus de Sumé (PB) e com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a finalidade de crescimento da associação, visando uma melhor qualidade de vida para os apicultores, ajudando para o desenvolvimento da agricultura familiar, contribuindo com o meio ambiente e com o desenvolvimento econômico e social do município de Sumé.

3 CONCLUSÕES

A melhoria da qualidade de vida, conhecimento do espaço em que vivem e da autoestima dos integrantes da associação é gratificante, como também a grande possibilidade de crescimento da atividade, em outras comunidades rurais do município, visto o baixo custo de implantação e a não necessidade de dedicação do tempo integral a atividade.

A Apicultura vem se tornando uma atividade cada vez mais atrativa pelos agricultores familiares da comunidade pela sua menor vulnerabilidade à seca, quando comparada ao cultivo de outras culturas agrícolas como, por exemplo, o milho e o feijão.

Embora a apicultura seja uma boa fonte de renda como atividade secundária, verifica-se que a associação ainda necessita superar alguns obstáculos para se desenvolver, como a falta de programas para desenvolvimento da apicultura, assistência técnica adequada e comercialização da produção no mercado externo.

Baseado nos questionários realizados com os apicultores, e no relato descrito, foi observado que a Associação dos Apicultores de Sumé passou por vários problemas desde a sua fundação até os dias atuais, mas mesmo assim, continuou funcionando mesmo com precariedade. De acordo com a visão atual sobre a apicultura, com as experiências adquiridas, com a valorização do mel, e com orientação repassadas para os apicultores, com o apoio do SENAR e da EMEPA, com práticas solidárias e com os jovens estudando para adquirir um maior grau de instrução, conclui-se que será viável o funcionamento desta associação com perspectiva de crescimento e bons lucros para todos os associados que visam à coletividade.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 2004.

MOLL, J. Alfabetização de Adultos: desafios à razão e ao encantamento. *In*: MOLL, J. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004. P. 9-17.

NETO, F. L. de P. **Apicultura nordestina: principais mercados, riscos e oportunidades**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. 78 p. (Série Documentos do ETENE, n. 12).

SINGER, P. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. *In*: KRUPPA, Sonia M. Portella. (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005. P. 13-20.

SOARES, A. E. E. Captura de enxames com caixas iscas e sua importância no melhoramento de abelhas africanizadas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA, 16., 2004, Natal. **Anais**. Natal: CBA, 2004.

Análise das práticas associativistas e solidárias na Associação de Pescadores do Município de Sumé-PB

*Arthur Antunes Neves da Silva
Lenilde Mérgia Ribeiro Lima*

1 INTRODUÇÃO

A economia solidária é uma forma de modificação da consciência das pessoas, aumentando suas esperanças por melhor qualidade de vida e para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária para todos, em que os princípios de preservação da vida serão respeitados e o fator econômico será um ponto determinante para o processo de evolução, da mudança, de um modelo econômico direcionado para poucos, mudando todo o processo socioeconômico, determinando um maior valor econômico agregado ao trabalho (SINGER, 2002).

Para entender melhor a Economia Solidária, Arroyo e Schuch (2006) definem economia como “um conjunto de atividades humanas sistemáticas que envolvem: produção, transformação, comercialização, distribuição, comunicação e consumo de produtos primários”, e solidariedade como “ações humanas que têm como base a teoria que uma ou alguma ação, só é boa, se for sustentável e boa para um como é para o outro”.

As organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder (RODRIGUES, 2013).

Neste trabalho, será feito um breve relato a respeito das práticas associativistas e suas relações com o desenvolvimento sustentável, enfatizando conceitos de economia, inserindo neste contexto o Projeto Traíra Desfiada, desenvolvido pela Associação de Pescadores do município de Sumé – PB, como uma forma de melhorar as condições econômicas e sociais dos associados.

1.1 Organizações sociais solidárias

A economia social assumiu importância no mundo inteiro, nas mais diferentes formas, sendo o cooperativismo o seu maior expoente. Estas estruturas econômicas associativas são resultantes da organização dos trabalhadores, que nelas investem suas economias para, através da autogestão, promover o processo social e ampla participação na produção e nos frutos da atividade econômica. É uma forma de economia empresarial de natureza associativa, que cria atividades autônomas, com objetivos baseados na solidariedade e na democracia, dando primazia aos indivíduos e ao trabalho sobre o capital na distribuição dos benefícios (HAGENBUCH, 1961).

O crescimento da economia solidária no contexto brasileiro evoluiu a partir de fatores variados, dentre os quais refletem o desempenho urbano e a desocupação, o rural que é resultante de um pensamento coletivo ou individual de querer a partir de trabalhos de reciclagem, de aproveitamento do solo, do tempo disponível, manifestar-se assim como luta de sobrevivência. Porém, percebe-se que a população urbana aumentou conforme os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De 1940 até os últimos anos houve um declínio da população rural (SILVA e RIBEIRO, 2010).

O importante a reter é que, tanto a exclusão social como os movimentos de solidariedade, podem ocorrer em paralelo, mas não necessariamente. O fato é que ao longo do processo

histórico de evolução do modo de produção capitalista, a exclusão é uma realidade e se decompõe em diferentes matrizes, tanto do lado da oferta como no da demanda. Ou seja, a exclusão no contexto da lógica de reprodução do capital não é uma prerrogativa única do trabalho.

Para que houvesse uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isto significa que os participantes na economia deveriam cooperar entre si em vez de competir (SINGER, 2002).

1.2 Economia Solidária

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem (SINGER, 2000).

O crescimento de empreendimentos econômico-solidários no contexto brasileiro se deve a vários fatores, dentre os quais vale destacar: a resistência de trabalhadoras e trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e a desocupação rural resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista (SINGER, 2002).

Em junho de 2003, o congresso nacional aprovou projeto de lei do presidente Luís Inácio Lula da Silva, criando o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Reconheceu, dessa forma, o Estado brasileiro, um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho (SINGER, 2004).

Não basta ser uma economia onde todos são donos do investimento, mas o ideal é que todos também possam desenvolver-se coletivamente financeiramente, como um amadurecimento interno e externo de mercado, com a convivência e humanização do trabalho, capazes de gerenciar o investimento coletivo através de autogestão, na qual cada integrante do grupo possa dar sua opinião e ou sugestão, encontrar e desenvolver seus talentos e repasse de seus conhecimentos prévios e adquiridos com o trabalho desenvolvido no empreendimento para os demais cooperados, afinal o conhecimento deve ser disseminado para não comprometer a produção envolvida, seja esta de bens ou serviços (ARROYO e SCHUCH, 2006).

A Economia Solidária tenta criar condições de assegurar sobrevivência e qualidade de vida à população envolvida. Melo Neto (2013) diz em seu texto que os princípios desta economia são a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade.

Isto não deve remeter à ideia de que esta economia é perfeita, pois pode-se perceber que é um caminho alternativo que pode trazer realmente melhorias para muitas pessoas que têm uma prática democrática e saibam trabalhar coletivamente alcançando uma dimensão maior do que o da economia. Educando-se para atuar nas relações de colaboração entre as pessoas, respeitando e repassando os valores culturais (CUNHA, 2003).

Compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Considerando essa concepção, a Economia Solidária possui as seguintes características (SINGER, 2000): cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade.

Considerando estas características, a Economia Solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica (www.portal.mte.gov.br, 2013).

Singer (2002) destaca que o que impede a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária. Centenas de iniciativas, que tendiam antes a ficar isoladas, passam a receber a atenção e o apoio de instituições especializadas. A construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo, suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim, dezenas de milhares já se libertam pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do auto respeito e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo.

Retoma-se, aqui, então, os princípios em que a Economia Solidária se baseia: cooperação, solidariedade, autogestão, sustentação econômica e sustentabilidade ambiental. Tais princípios desdobram-se em propostas e ações práticas. Tais ações práticas e propostas de trabalho dependem de viabilidade econômica e de uma gestão democrática em seus empreendimentos.

1.3 Desenvolvimento sustentável

A sustentabilidade envolve desenvolvimento econômico, social e respeito ao equilíbrio e às limitações dos recursos naturais. De acordo com o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela ONU em 1983, o desenvolvimento sustentável visa ao atendimento das necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às próprias necessidades.

O desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo que, por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional. Assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável (BEZERRA e BURSZTYN, 2000).

Para Cavalcanti (2003), sustentabilidade significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema. Para o autor, as discussões atuais sobre o significado do termo “desenvolvimento sustentável” mostram que se está aceitando a ideia de colocar um limite para o progresso material e para o consumo, antes visto como ilimitado, criticando a ideia de crescimento constante sem preocupação com o futuro.

1.4 Associativismo e desenvolvimento local

O associativismo é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida nas comunidades. Todo o patrimônio de uma associação é constituído pelos associados ou membros, logo, as associações não possuem fins lucrativos (AMARAL, 2013).

A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor pela cooperação. O deslocamento é um processo também fundado em relações sociais associativistas, das quais podem nascer formas cooperativas. Desenvolvimento

não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social pela ação dos homens. No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicação e diversidade das potencialidades humanas (FRANTZ, 2013).

O associativismo é uma questão primária para o potencial emancipatório e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente. O processo do desenvolvimento local permite levantar a hipótese da ampliação da dimensão humana da economia pela maior identidade dos seus agentes.

Assim sendo, o associativismo instrumentaliza os mecanismos que concretizam as demandas sociais e que tornam os homens mais próximos da busca de autonomia na promoção do desenvolvimento local. A cooperação, por sua vez, passa a ser a força indutora que modifica comportamentos e abre caminhos para incorporar novos conhecimentos. Desta forma, cria um tecido flexível mediante o qual se enlaçam distintos atores produzido um todo harmônico que culmina no estabelecimento de uma comunidade de interesses, em uma estrutura que deve ser ajustada para refletir os padrões de comunicações, inter-relações e cooperação, reforçando a identidade do associativismo e a dimensão humana (CANTERLE, 2004).

Quando se fala em desenvolvimento local se refere não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui visão integrada de todas essas dimensões, já que não é possível separar a interdependência existente entre elas (BUARQUE, 1999).

Nas discussões de Zapata (2001), pode-se inferir que a estratégia de apoio ao desenvolvimento local/territorial tem como eixos a construção de capital social, o fomento adequado aos micro e pequenos empreendimentos e o fortalecimento da governança local, através da cooperação, da construção de parcerias e da pactuação de atores por um projeto coletivo de desenvolvimento com mais equidade.

Por todas estas características, houve o interesse pela análise das práticas da Associação de Pescadores do município de Sumé – PB, no que se refere ao trabalho das mulheres associadas no desfiamento do peixe traíra.

2 METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho utilizou-se um levantamento bibliográfico de diferentes autores, nos quais foram feitas várias abordagens direcionadas às práticas associativistas, Economia Solidária, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e social, bem como de associações de grupos.

O método caracterizou-se como descritivo, partindo da realidade da Associação de Pescadores do município de Sumé – PB, a qual trabalha com a técnica de desfiar o peixe traíra. Foi utilizada, segundo Figueredo (2011), a observação e informações dedutivas das interações interpessoais, sendo o método classificado como qualitativo.

A pesquisa foi realizada através de visitas à Associação de Pescadores para a observação do trabalho e conversas informais com os membros associados.

2.1 Objeto de estudo

A Associação de Pescadores do município de Sumé localiza-se na própria cidade, apesar de estar interligada diretamente à cooperativa do município de Monteiro – PB, sendo bastante efetiva na melhoria de qualidade de vida dos associados, oferecendo-lhes cursos e capacitações para que aprimorem a técnica de desfiamento do peixe traíra.

Na associação, os homens e as mulheres pescam e vendem os peixes limpos “In Natura” ou em forma de “filé”, apesar deste peixe não ser muito aceito para fins comerciais. Com isso, as mulheres resolveram deixar de pescar e dedicar-se à técnica de retirar as espinhas da traíra.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com informações do seu Presidente, a Associação de Pescadores do município de Sumé – PB foi fundada em 2004, visando uma maior organização dos pescadores do município, e também para obter uma formalização. Após a criação da associação, os pescadores obtiveram uma maior condição para adquirirem recursos que são utilizados para os fins da pesca artesanal. Outra conquista foi o seguro adquirido no período do defeso (Piracema), que é um benefício que o Governo Federal disponibiliza para quem é associado.

Uma das principais atividades da Associação de Pescadores é o projeto *traíra desfiada*, desenvolvido por meio de um processo de beneficiamento da traíra, fazendo a retirada de todas as espinhas. Assim, obtém-se um maior valor comercial para o produto final. Este projeto é realizado exclusivamente pelas mulheres dos pescadores, atuando como uma forma de inclusão social e solidária, e também econômica.

As mulheres, apesar de terem outras atividades, utilizam esse projeto para acrescentar a renda da família e, também, para se inserirem nas práticas associativistas praticadas pelos pescadores, tendo um papel fundamental no desenvolvimento do projeto.

De grande importância têm sido as parcerias feitas com vários órgãos como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), prefeitura e comerciantes, fazendo com que o produto seja inserido no comércio com sua compra direta. O PNAE abastece as escolas Estaduais, introduzindo a traíra desfiada na merenda escolar. Com esta parceria tem-se um mercado pronto para ser abastecido pelo produto.

As parcerias têm um papel bastante importante na manutenção do projeto e na inclusão social das mulheres, pois mantém uma crescente valorização do produto e também do trabalho realizado pelas mulheres que, há pouco tempo, não tinham muito a fazer com as atividades direcionadas ao trabalho com produtos da pesca.

Outro ponto importante são os cursos realizados pelos parceiros, que inserem capacitações para que as mulheres associadas possam desenvolver atividades com um maior conhecimento técnico e também prático, podendo assim estabelecer uma maior qualidade em todas as suas atividades desenvolvidas. Com as capacitações pode-se observar que elas estão muito mais seguras das atividades que estão desenvolvendo. Os cursos são aplicados pelo SEBRAE, SENAI e outros.

Uma parceria que vem a garantir a venda do peixe pescado pelos associados é feita com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que faz a compra direta de todo o peixe pescado, trazendo a garantia aos pescadores de que todo seu produto será vendido. Com esta parceria o pescador tem muito mais tranquilidade para trabalhar, pois sabe que todo o seu produto já tem destino certo.

Na área da educação o Ministério da Pesca desenvolveu capacitações para professores alfabetizarem os pescadores, um passo importante para que os pescadores tenham um maior conhecimento adquirido, tanto educacional, social e econômico.

As práticas ambientais são aplicadas através de palestras educativas que buscam conscientizar os pescadores para a preservação do meio ambiente, orientando-os para a não realização da pesca no período de “defeso”, bem como não despejarem lixo às margens dos açudes ou dentro do rio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da Economia Solidária, o desenvolvimento sustentável vem crescendo e se tornando uma solução para muitos problemas ambientais e sociais. No caso das mulheres da Associação de Pescadores do município de Sumé, o peixe que antes apresentava problemas para ser negociado, agora, com a retirada das espinhas, ficou valorizado comercialmente e, com isso, houve melhoria na qualidade de vida desta comunidade, tanto social, como ambiental e econômica.

A Associação de Pescadores do município de Sumé – PB, por meio de sua atividade de desfiamento do peixe traíra, executado apenas pelas mulheres associadas tem se caracterizado como um empreendimento praticante da Economia Solidária, uma vez que todas as associadas trabalham conjuntamente e o lucro obtido com a venda do peixe é dividido para todas as mulheres associadas de forma igualitária.

Além disso, a possível sobra do dinheiro arrecadado é utilizada para pagar os custos da própria Associação, tais como contas de água e energia, bem como para adquirir peixes na época de estiagem, quando a pesca se torna atividade reduzida.

5 REFERÊNCIAS

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (coord.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável** - Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal, 1999.

CANTERLE, N. M. G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. Francisco Beltrão-PR, Unioeste, 2004. Disponível em: www.unioeste.br. Acesso em: 17 de Julho de 2007.

FERREIRA, L. da C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**, São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: www.unijui.tche.br, Acesso em: 17 de Julho de 2003.

HANDERNGUCH, W. M. **Economia Social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

REBONATTO, C. A. T. A Cooperação e o Cooperativismo: retrospecto histórico, classificação e natureza jurídica das cooperativas. *In: Revista Perspectivas Econômica*, Ano XIX, nº 51, 1985, p. 9-52.

REIS, C. N. dos; AGUIAR, C. S. Das Origens do Cooperativismo à Economia Solidária. *In: Anais da III Jornadas de História Econômica*, Montevideo/Argentina: AUDHE, 2003.

SINGER, P.; SOUZA, A. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos**. Rio de Janeiro: Ritz, 2001. Disponível em: www.mma.gov.br, Acesso: 12 de Setembro de 2013.

Análise do perfil socioeconômico das mulheres artesãs da Associação de Pescadores Art's Pesca do Município de Sumé-PB

*Rute Batista dos Santos
Lenilde Mérgia Ribeiro Lima*

1 INTRODUÇÃO

A Economia Solidária tenta criar condições de assegurar sobrevivência e qualidade de vida à população envolvida. Melo Neto (2013) diz em seu texto que os princípios desta economia são: a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade.

Para entender melhor a Economia Solidária, Arroyo e Schuch (2006) definem economia como “um conjunto de atividades humana sistemática que envolve: produção, transformação, comercialização, distribuição, comunicação e consumo de produtos primários”, e solidariedade como “ações humanas que têm como base a teoria que uma ou alguma ação, só é boa, se for sustentável e boa para um como é para o outro”.

Economia popular e solidária é aquela que acrescenta o desafio de, também como fator de desenvolvimento, mas com identidade própria, estabelecer um diálogo em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição, a justiça. Em outras palavras, é uma forma de produzir, comercializar e consumir, colocando as necessidades humanas acima das necessidades do capital (ARROYO e SCHUCH, 2006).

Nesta economia não só o sócio, mas também filhos e esposas devem estar presentes nas reuniões e assembleias para entender e participar das decisões coletivas. Este contexto faz com que o sócio sinta sua família mais valorizada ganhando mais confiança e admiração pelo seu papel na associação. Na verdade ninguém é dono. Caso o empreendimento seja mal sucedido, todos sofrem as consequências e, por isso, os dirigentes devem sempre cumprir com a decisão tomada nas assembleias e comunicar todas as ações e planos de emergências (SINGER, 2002).

A Economia Solidária tenta criar condições de assegurar sobrevivência e qualidade de vida à população envolvida. Melo Neto (2013) diz em seu texto que os princípios desta economia são a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade.

Atualmente percebe-se que o “trabalho assalariado”, formal e com direitos trabalhistas, não é o único caminho para obtenção de um retorno financeiro capaz de trazer a sustentabilidade da família. Afinal, as associações e cooperativas estão ganhando credibilidade no mercado, tanto com produtos quanto com prestação de serviços.

Associações são definidas por Abrantes (2004), como sendo sociedades sem fins lucrativos, regidas por um código civil que não deveria conferir ganhos ou vantagens patrimoniais aos associados. Porém, não impede que elas realizem atividades econômicas, contanto que seus restos (lucros) possam ser transformados em atuações que promovam a melhoria técnica, profissional e cultural dos associados.

A pesca artesanal é uma herança e tradição de muitas famílias no cariri Paraibano, onde os homens e mulheres unem-se em busca da sobrevivência da família. Nem todo tipo de

pesca é vendável, exemplo disso é a traíra, espécie de peixe com muitas espinhas, encontrada comumente nos corpos aquáticos brasileiros.

Com a formação da associação dos pescadores e com a união destas famílias, foram criadas condições para o desenvolvimento de técnicas aplicadas na retirada das espinhas dos peixes, fornecendo ao produto um valor comercial. Outros exemplos de benefícios para estas comunidades foi o “preço justo” e a “garantia de venda” do produto. Este trabalho associado possibilitou também a inclusão social de muitas pessoas e ofereceu aos integrantes uma forma diferente de empresa onde todos são donos e suas opiniões são discutidas, sendo seu trabalho e suas famílias valorizados criando, assim, uma associação com características da economia solidária.

1.1 O trabalho da mulher nas associações

As empresas de economia solidária têm conquistado as mulheres como aliadas, principalmente as mais empobrecidas ou com pouca instrução para o letramento. Estas associadas contribuem em relação à convivência em grupo, que é um potencial neste ramo. Outra característica feminina é a sensibilidade que contribui para a prática da autogestão em alguns empreendimentos solidários (GUÉRIN, 2005).

Embora sendo as primeiras a se mobilizarem e se organizarem na formação dos empreendimentos, encontram obstáculos para obtenção de propriedades e créditos que resolvem parte dos problemas, ainda enfrentando outros três obstáculos: o caráter multidimensional da pobreza, a inadequação das instituições e as desigualdades das divisões das obrigações familiares, nas quais a mulher continua com os afazeres domésticos e com os cuidados familiares (GUÉRIN, 2005).

De acordo com Gohn (2008), as mulheres avançam lentamente em todos os campos da sociedade, mas ainda não obtiveram a liberdade tão almejada. As mulheres têm se beneficiado das políticas públicas do tipo bolsa família, tratada a partir de uma cidadania outorgada e não como sujeito capaz de protagonizar processo de transformação social emancipadora. Enfim, mesmo que o governo tente melhorar as condições destas mulheres empobrecidas, esta atitude não é cabível, o que precisa melhorar são as condições para que as mulheres se insiram no mercado de trabalho, exercendo seu papel de cidadãs, para que sejam independentes, participem de uma relação social e política trabalhista mais justa. Sem ter que ser mão de obra de processos informais de trabalho para geração de renda, mas que possam optar por permanecer ou não nestes processos. E o governo pode e deve contribuir a este favor, tanto com a educação, profissionalização quanto no espaço político e social.

1.2 Desenvolvimento sustentável nos empreendimentos solidários

Conforme Vieira (2003), o desenvolvimento sustentável deve ser incentivado na educação da EJA, com a sensibilização dos alunos quanto aos problemas da preservação ambiental, que são de caráter econômico, político e cultural, tratando-se de um processo que precisa ser contínuo e ampliado nas associações, afinal se o produto ou serviços tiverem este diferencial, de valorizar a natureza, terá a confiança dos consumidores.

Este desenvolvimento sustentável depende principalmente de uma mudança ideológica, de valores, de atitudes e principalmente de ações por todos os que compõem a sociedade. E para isso, é preciso “reorganizar” o estilo de vida (MAIA, 2013).

Dentro da economia solidária e popular, o desenvolvimento econômico deve estar vinculado com o desenvolvimento sustentável e para isso acontecer pode se aplicar a tecnologia social, definida como os conhecimentos e técnicas (formais e informais) aplicados na produção de bens e serviços de forma competitiva e que valorize o trabalho humano.

A partir destes conceitos, este projeto acompanhou-se o trabalho da Associação “Art’s Pesca” no município de Sumé – PB. Trata-se de um grupo informal, novo, que conta com pouco mais de três anos, cujos integrantes são apenas mulheres, sendo doze associadas, todas membros da associação de pescadores. Esta última é mista e boa parte destas mulheres sempre trabalharam com o peixe, muitas delas pescando e outras sobrevivendo da sua renda pelo fato de serem netas, filhas ou esposas de pescadores, um povo humilde que pouco teve contato com o mundo do saber e da logística de mercado artesanal.

Na associação, os homens e as mulheres pescam e vendem os peixes limpos “*in natura*” ou em forma de filé. Porém, a traíra, que é um peixe muito comum nestas águas paraibanas, é pouco aceita para fins comerciais. Quando pescada era devolvida ao corpo aquático ou consumida pelo próprio pescador, visto que possui muitas espinhas e há mitos populares ao seu respeito que, por ser um peixe carnívoro, dizem que “comem sapos”. Na verdade, estes peixes se alimentam de girinos ou até mesmo alevinos, da mesma espécie (canibal) e de outras.

Algumas mulheres começaram a se reunir e desenvolver e aplicar a técnica de desfiar nestes peixes, o que garantiu a venda desta espécie. Observando a grande quantidade de escamas retiradas do peixe, resolveram também investir na técnica de transformar os dejetos do peixe em arte, criando e confeccionando peças bonitas e ecologicamente corretas, o que é um diferencial nos produtos oferecidos pelas associações e cooperativas da economia solidária no país.

Partindo desta temática, procurou-se entender os benefícios deste trabalho para o meio ambiente, bem como se este produto desenvolvido aumentou a renda destas mulheres na associação, tendo em vista que existem condições climáticas, tais como a estiagem, que diminuem a oferta deste tipo de peixe no meio aquático. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo principal investigar e compreender os benefícios sociais e econômicos do artesanato para as mulheres da Associação “Art’s Pesca”, em Sumé – PB, analisando o perfil socioeconômico das mulheres associadas.

2 METODOLOGIA

Foi utilizada, segundo Figueredo (2011), a observação e informações dedutivas das interações interpessoais, sendo o método classificado como qualitativo. Empregou-se um questionário, que é um instrumento de coleta de dados, obtendo informações de forma estatística, o que o caracteriza como um método quantitativo. Sendo assim, pode-se concluir que a pesquisa apresenta cunhos qualitativo e quantitativo, havendo a integração de ambos.

O procedimento utilizado foi o estudo de caso, no qual examinou-se o conjunto de atividades do grupo. Este procedimento caracteriza-se pela construção da história do indivíduo, bem como o trabalho do grupo (FIGUEREDO, 2011).

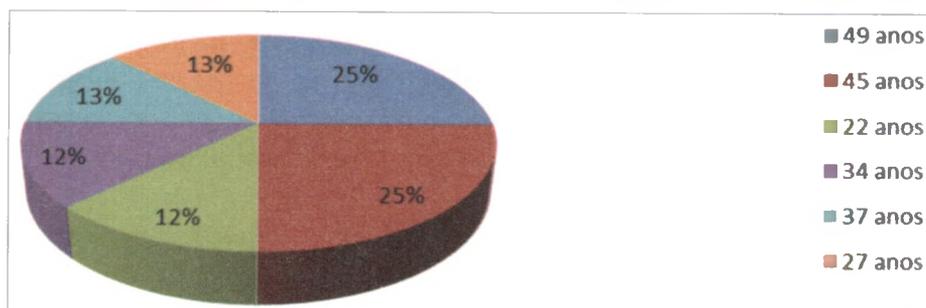
A pesquisa foi realizada através de várias visitas ao local com a observação do trabalho e aplicação de questionários às participantes, com o intuito de traçar um perfil sociocultural das mesmas. Junto ao questionário foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido.

Após a coleta dos dados referentes aos questionamentos, foram construídos gráficos a partir dos resultados obtidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada através de visitas ao local com observação do trabalho e aplicação de questionários, os quais foram aplicados a oito das doze participantes, ou seja, 67%, com o intuito de traçar um perfil sociocultural das participantes do Grupo “ART’S PESCA” na cidade de Sumé – PB. A Figura 1 ilustra a faixa etária das mulheres associadas.

Figura 1 – Distribuição de idades das mulheres associadas.



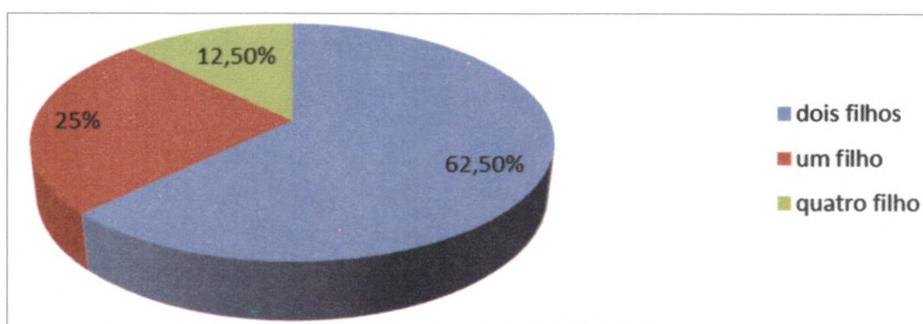
As associadas constituem mulheres com idade entre 22 (vinte e dois) e 49 (quarenta e nove) anos, conforme mostrado na Figura 1, estando em idade ideal para este trabalho, podendo estar perfeitamente inseridas no mercado formal de trabalho.

Quanto à naturalidade, 63% são sumeenses, 13% de Serra Branca, 13% do município de Prata e 10% da cidade de São Paulo.

Com relação à cor ou etnia, 75% se identificaram como brancas e 25% como sendo pardas.

A respeito da composição da família foram obtidos os seguintes dados: 75% delas têm um companheiro, sendo que 25% são casadas oficialmente; 12% são divorciadas e 13% são viúvas. Na Figura 2 estão exibidas as médias de filhos das associadas.

Figura 2 – Quantidade de filhos por associadas.



Todas têm de um a quatro filhos (Figura 5), sendo que a associada que têm quatro filhos um já é casado (também trabalha com peixe na associação de pescadores) e só moram três filhos com ela.

A maioria das associadas apresenta curso fundamental incompleto (50%) e estão cursando e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Duas associadas (25%) estão fazendo o curso superior na Universidade Federal de Campina Grande, em Sumé. Duas das associadas pararam de estudar (uma no ensino fundamental e a outra no médio), justificando o abandono devido aos cuidados com filhos pequenos, apesar de demonstrarem vontade de futuramente voltarem a estudar.

Quanto aos cursos na área de pesca, 87,5% declararam já terem cursado. Quando foi perguntado se tinham vontade de fazer novos cursos, 37,5% afirmaram que gostariam de aprender a costurar, 50% desejariam se aperfeiçoar no artesanato, não só de escama, mas também do couro do peixe, e 12,5% apresentaram interesse na área de vendas, alegando poder ajudar mais na associação.

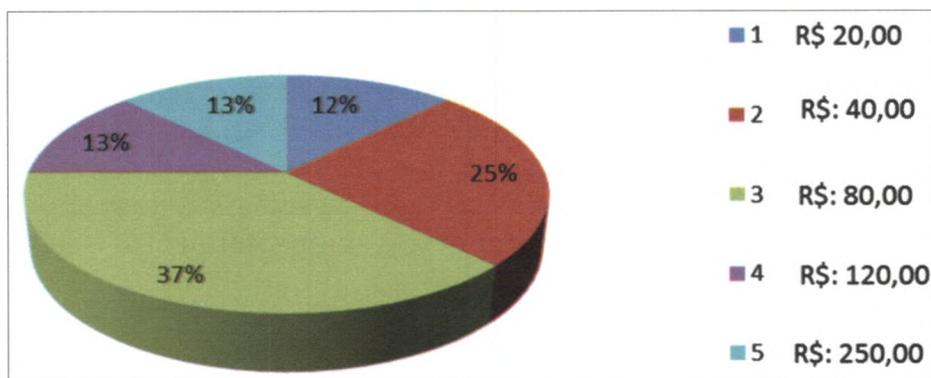
Estas informações mostram que este grupo gosta de trabalhar com peixe, e sinalizam que os cursos ajudariam a melhorar o trabalho realizado. Tal comportamento foi corroborado pelo fato de que quando abordadas a respeito do trabalho, elas demonstraram sentir orgulho

de fazerem parte da associação, apenas lamentam não ter condições de sobreviver deste trabalho, visto que duas associadas precisam trabalhar em outras áreas, sendo uma doméstica e outra vendedora de lanches na feira.

Neste grupo, todas apresentam esclarecimento em relação a direitos trabalhistas e à cidadania. Verificou-se que todas apresentam seus documentos pessoais completos e que, das oito mulheres, apenas duas nunca receberam PIS e elas esclareceram que é por causa do tempo de contribuição. Porém, estão todas associadas ao Ministério da Pesca, contribuindo para o INSS.

De acordo com as entrevistadas, apenas 33% das associadas se dedicam ao artesanato, alegando que não vendem seus produtos com muita facilidade visto que o comércio local não o valoriza. Apesar de terem aprendido a fazer o artesanato, dizem que não compensa a dedicação em termos financeiros. A Figura 3 ilustra as variações da renda mensal das associadas.

Figura 3 – Demonstração dos valores máximos recebidos por mês pelas associadas.



Os rendimentos apresentados na Figura 8 não são suficientes para sustentar as famílias, mas servem como um complemento financeiro. Pelo fato das associadas não receberem gratificações natalinas, férias, nem tampouco descanso semanal, elas regridem no que tange às leis trabalhistas, conforme Wellen (2012). Com isso, todas precisam recorrer ao programa Bolsa Família do Governo Federal para complementar sua renda.

Com relação ao artesanato, não há como contabilizá-lo ainda, por se tratar de um produto em teste dentro da associação.

As mulheres associadas apresentam família relativamente pequena, residindo de quatro a sete pessoas por casa. Uma das associadas tem uma filha com distúrbios mentais que não recebe auxílio de nenhuma entidade. A renda destas mulheres, juntamente com seus familiares, mais a ajuda do programa bolsa família totaliza, em média, um salário mínimo.

Com relação à moradia, todas as associadas residem em casas, sendo que 50% possuem casa própria, 25% são alugadas e 25% são cedidas pelo governo, sendo uma na zona rural. A associada que mora na zona rural não dispõe de sistema de saneamento nem de coleta de lixo, o que a leva a incinerá-lo. As outras possuem saneamento básico e coleta de lixo duas vezes na semana.

Quando se falou em parcerias e apoio técnico, as associadas mencionaram que já tiveram treinamentos e assessorias, mas que necessitam procurar outras parcerias para desenvolver a técnica de curtir o couro do peixe.

A gestão do empreendimento tem eleição da diretoria a cada dois anos e as assembleias são realizadas uma vez por mês. Quanto ao dinheiro, são pagos o peixe para a associação, a mão de obra de cada associada, o aluguel (dividido com a associação dos pescadores), água, luz e material de expediente. Devido a tantas despesas, dificilmente há sobras e, quando isto acontece, o montante é reinvestido em algo para a sede.

4 CONCLUSÕES

Todas as mulheres membros da Associação Art's Pesca do município de Sumé – PB estão na faixa etária considerada adequada para o trabalho, possuem sua família com marido e filhos. A maioria mora em casa própria, sabe ler e escrever, sendo metade das entrevistadas com o Ensino Fundamental incompleto, as quais voltaram a estudar na EJA com o intuito de completarem seus estudos, visando um maior desenvolvimento dentro da associação. Duas das associadas estão cursando a Universidade Federal de Campina Grande no próprio município de Sumé, em cursos relacionados à agricultura. São pessoas que procuram cursos, apoios e melhoria dentro da sua área para desenvolverem junto à associação. As associadas lutam pelo direito de tirar seu sustento do seu trabalho e, enquanto isso não é possível, recorrem ao programa Bolsa Família. São mulheres que aprenderam a buscar o direito de cidadania e encontraram forças no trabalho associado para realizar seu sonho de independência financeira.

Observou-se a falta de apoio do governo para a legalização da associação e dos produtos, fazendo-se necessária a aprovação do Ministério da Agricultura para que possam comercializar legalmente os produtos. Faltam projetos, cursos de apoio e é fundamental que sejam elaboradas campanhas publicitárias para incentivar o consumo do produto.

Entende-se que o empreendimento é de caráter solidário, tentando haver autogestão, pois há reuniões mensais para planejamento de execução de trabalho e prestação de contas. As associadas sentem-se valorizadas no que fazem e incentivam seus filhos a seguirem com a profissão. Assumem a responsabilidade pelos sucessos ou fracassos do grupo sonham em trabalhar apenas com o peixe e o artesanato e tirar destes empreendimentos o sustento da família.

5 REFERÊNCIAS

- ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**: Como a união de pequenos empreendimentos pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004.
- ARROYO, J. C. T.. SHUCH, Flavio Camargo. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CUNHA, G. C. **Dimensões da Luta Política nas práticas de economia solidária**, São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- FIGUEREDO, A. M. de. **Como elaborar uma pesquisa e dissertação de teses**: da redação científica à apresentação do texto final, 4ª ed., Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.
- GOHN, M. da G. **Novas teorias dos movimentos Sociais**, São Paulo: Editora Loyola, 2008.
- GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**, São Paulo: Editora Loyola, 2005.
- MAIA, D. H. dos S.; CATIN, N. F.; FILHO, H. B. **As alternativas propostas pelo econômico e social, com sustentabilidade e geração de renda**. Disponível em: [www.legacy.unifocef](http://www.legacy.unifocef.org), Acesso: 10 de Julho de 2013.
- MELO NETO, J. F. de. **Educação Popular em economia solidária**, GT: Educação Popular, Disponível em: www.ufpa.br, Acesso: 15 de Agosto de 2013.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**, 1ª ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VIEIRA, M. C. **As Confiteas e as políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**: o lugar da sustentabilidade, Revista da Alfabetização Solidária, vol. 1, nº 7, São Paulo: Março, 2008.

A relação entre Etnomatemática e a Economia Solidária no contexto de uma associação em Sumé-PB

*Rosimere da Silva Bezerra
Maria da Conceição Gomes de Miranda*

1 INTRODUÇÃO

O início das investigações se deu a partir das reflexões oriundas de alguns componentes curriculares quando nos mesmos foram introduzidas algumas ideias sobre economia solidária e em seguida sobre gestão e planejamento e ainda durante uma visita realizada na feira da referida associação no município de Sumé - PB foi possível perceber através de observações e conversas informais que os agricultores/feirantes fazem uso dos conhecimentos matemáticos durante a produção e comercialização de alimentos cultivados no âmbito da agricultura familiar tais como: batata doce, coentro, cebola, alface, repolho, pepino, entre outros.

O presente artigo tem como objetivo apresentar alguns recortes sobre a relação entre Educação Matemática e a Economia Solidária a partir da Etnomatemática no âmbito da agricultura familiar visando o desenvolvimento sustentável através das práticas desenvolvidas no contexto de uma associação que tem sede no município de Sumé-PB.

Ainda durante uma visita realizada na feira da referida associação no município de Sumé - PB foi possível perceber através de observações e conversas informais que os agricultores/feirantes fazem uso dos conhecimentos matemáticos durante a produção e comercialização de alimentos cultivados no âmbito da agricultura familiar tais como: batata doce, coentro, cebola, alface, repolho, pepino, entre outros.

Sendo assim, resolvemos estudar Educação Matemática com ênfase em Etnomatemática tendo em vista que sou uma profissional licenciada em Matemática e dessa forma enquanto educadora precisamos conhecer metodologias de ensino que nos permita trazer situações problema que advém do contexto onde o educando está inserido uma vez que alguns deles são filhos (as) de agricultores os quais usa os conhecimentos matemáticos nas suas práticas. Já com relação à Economia Solidária por ser uma estratégia de geração de emprego e renda que surgem no mundo do trabalho para contemplar empreendimento econômico baseado no princípio da solidariedade de base associada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Economia Solidária X Economia Capitalista: breves discussões

O sistema capitalista consolidou-se como um sistema político econômico durante o século XV, e desde então passou a ser adotado por diversos países objetivando o crescimento econômico, só que durante esse crescimento ocorre muitas mudanças no mundo do trabalho principalmente com a classe trabalhadora que foi substituída por máquinas o que causou o desemprego em massa.

De um lado fortalecia o capitalismo de outro aumentava a desigualdade social, pois conforme Boligian et al. (2009), esse sistema econômico apresentam as seguintes características “predomínio da propriedade privada, livre concorrência e a busca por lucro, sociedade dividida em classes e economia de mercado”. É nesse sentido que Singer (2005) alerta para a concentração das propriedades em poucas mãos o que na visão do mesmo causaria uma divisão de classe uma vez que os proprietários mais precisamente os ganhadores apropria-se do capital

em quanto que os desempregados considerados como os perdedores são expulsos do mercado de trabalho e conseqüentemente privado do capital construído por eles mesmos.

É nesse contexto que Singer (2005) destaca que no plano econômico baseado no sistema capitalista busca atender apenas às suas necessidades, assim firmando interesse individual onde o que vale é ganhar mesmo tendo que derrotar o outro. Percebe-se que esse sistema econômico não foi pensado para atender a todo, ou seja, enquanto uns são considerados ganhadores outros sofrem com a exclusão que advém desse fortalecimento.

Diante disso muitos desses trabalhadores que foram excluídos se uniram para criar outra estratégia de geração de emprego e renda objetivando garantir a sua sobrevivência e também de seus familiares, ou seja, é nesse cenário que: “encontramos milhares de trabalhadores organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação” (MAIA et al., 2008, p. 2).

Como resposta a esse sistema econômico surgem alternativas pautadas nos princípios da solidariedade, ajuda mútua, a valorização do ser acima do capital, a qual foi denominada de Economia Solidária que, segundo Isakio (2006), a mesma (re) surge por volta da década de 1980 quando houve um aumento considerável no número de trabalhadores que se enquadrava nos seguintes níveis de: “desempregado”, “subemprego” e “informalidade” vale salientar que a mesma ressurgem “como resposta à incapacidade da economia de mercado de garantir provimento às necessidades básicas da população, principalmente a partir da implantação de modelos neo-liberais a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980”.

Neste contexto, Singer (2005) aponta a Economia Solidária como uma alternativa na geração de emprego destacando a mesma como uma prática social voltada para produção e comercialização de bens, de base associada voltada para a valorização do ser uma vez que o trabalhador terá que refletir sobre sua atuação no campo de trabalho.

Diante disso Gadotti (2009) destaca a importância da formação para cooperação, pois os participantes dessa economia precisam compreender que ela é não capitalista e isso só vai acontecer quando esses trabalhadores tiverem consciência do que estão praticando.

Vale destacar que o empreendimento econômico sobre o princípio da economia solidária, assegura que, todos serão proprietários e donos ao mesmo tempo o que quer dizer que cada um será responsabilizado pelo sucesso ou fracasso da empresa solidária.

2.2 A Etnomatemática na prática de Economia Solidária

Para entender as possíveis contribuições da etnomatemática no contexto da economia solidária baseada nas práticas de agricultura familiar desenvolvida pelos agricultores da referida associação faremos algumas observações.

Brandão (1983, p.15) apresenta duas formas de conceituar o saber, as quais são denominadas erudito ou popular e assim a diferença entre esses dois tipos de saber é que o primeiro conhecido como “erudito, tornou-se uma forma própria, centralizada e legítima de conhecimento associado a diferentes instâncias de poder”, já o outro denominado “popular, restou difuso não centralizado em uma agência de especialistas ou em um pólo separado de poder no interior da vida subalterna da sociedade”.

Desde o surgimento das primeiras ideias sobre a matemática até os dias atuais a mesma é utilizada por diversos grupos culturais em contextos totalmente distintos a exemplos: agricultores, comunidades indígenas, MST (Movimento Sem-Terra), artesãos, classes profissionais etc.

Esses grupos se apropriam dos conhecimentos matemáticos como estratégias na busca da sobrevivência nas suas práticas e, nesse contexto, Santos (1998) destaca que é durante a tentativa de conviver e compreender o contexto que faz parte do seu cotidiano que o ser busca significado e explicação para saber e fazer matemática.

O termo Etnomatemática conforme Flemming, Luiz e Mello (2005, p. 16) surge com o objetivo “de descrever as práticas matemáticas de grupos culturais, a partir da análise das relações entre conhecimento matemático e contexto cultural”, ou seja, cada grupo utiliza os conhecimentos matemáticos para desenvolver suas práticas, ou melhor, suas atividades diárias. Os autores ressaltam que “a etnomatemática leva em consideração que cada grupo cultural possui identidade própria ao pensar e agir e, portanto, possui um modo próprio de desenvolver o conhecimento matemático”.

De acordo com Flemming, Luiz e Mello (2005), a etnomatemática pode ser entendida em duas perspectivas, como um “programa de pesquisa” que destaca como objetivo geral “conhecer os processos de geração, organização e difusão de conhecimentos e ideias matemáticas no interior de grupos culturalmente identificáveis”. E como uma “proposta para o trabalho pedagógico” desenvolver ações na área do ensino de Matemática que permitam contextualização sócio-cultural dos conteúdos acadêmicos abordados em aula.

Dentre essas duas perspectivas, a que melhor representa a Etnomatemática no empreendimento econômico solidário proposto pela referida associação e que pode contribuir para autogestão de empreendimento é o programa de pesquisa pois, segundo Meneghetti (2012, p.5), este visa “em primeiro lugar identificar o saber matemático por essas pessoas em seus afazeres no cotidiano do empreendimento do qual faz parte”.

3 METODOLOGIA

Tendo em vista que o presente trabalho requer um envolvimento prolongado com o ambiente onde ocorreu a pesquisa e que o pesquisador recolhe os dados através de um contato direto com o sujeito da pesquisa, a opção metodológica utilizada foi a pesquisa qualitativa. Conforme Richardson (2009) esse tipo de pesquisa dá ênfase a compreensão detalhada dos significados e principalmente das características apresentadas pelo sujeito com relação ao objeto de estudo presente no seu cotidiano.

Os participantes da pesquisa foram 08 agricultores (as) que desenvolvem atividades econômicas baseadas na agricultura familiar nas comunidades de Pitombeira e Riachão localizadas no município de Sumé-PB.

A coleta de dados foi feita através da aplicação de uma entrevista dirigida aos sócios, que teve como propósito obter informações sobre: Economia Solidária, conceito e aplicação dos conhecimentos matemáticos nas práticas de agricultura familiar, meio ambiente, participação da família na produção e comercialização dos produtos/alimento cultivado no âmbito da agricultura familiar e sobre a representação da associação, com objetivo de conhecer e verificar o comportamento do grupo com relação as suas práticas.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ENTREVISTA APLICADA COM OS ASSOCIADOS

4.1 Associação

Quando foram questionados sobre a representação da associação para os mesmos: os associados assim se posicionaram:

- “A” é uma forma de a gente tá vendendo e expandindo o comércio e nos ajudando a melhorar (melhorar o que?) a vida e ajudar cada um se ajuda no caso um tem um problema o outro vizinho ajuda da associação.
- Os entrevistados “B”, “H” e “C” - “a gente não trabalha com veneno fazer como quem diz o outro, trabalha com saúde”.
- Já os agricultores “E” e “D” - “contribui muito a gente é um grupo associado agente tem mais facilidade de ir atrás das coisas.

- “G” hoje associação representa bem porque hoje tudo vem melhor pra gente e tudo e pela associação e só vem se tiver associação.
- “H” uma união entre pessoas onde um ajuda outro.

Conforme o relato dos sócios percebe-se que os mesmos têm visão diversificada sobre a contribuição da associação na sua vida, pois para alguns é através dela que eles se sentem motivados para trabalhar agroecológico, enquanto que outros ver a mesma como um ponto forte, o que facilitaria para reivindicar algo, já outros aponta associação como um meio onde existem ajuda entre os participantes.

Ainda de acordo com os sócios para que qualquer pessoa (associada) possa produzir, e vender na feira da associação tem que apresentar algumas características a citar:

- Os agricultores “B”, “D” e “E” quando questionados sobre as regras para pode vender na feira da associação eles relata que “é tudo orgânico, aqui não tem nada de agrotóxico”;
- Já para os agricultores “H”, “C”, “A” e “G” destaca-se a importância de “obedecer às regras do estatuto, não pode colocar ninguém que não seja da associação”.
- “F”: nós não pode usar produtos toxico dentro da propriedade e nem bota mercadoria da gente em carros que usa.

Conforme os entrevistados cada agricultor trabalha apenas com a ajuda da família, como bem nos destaca a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares artigo 3º inciso IV (BRASIL, 2006) quando afirma que os estabelecimento ou empreendimento será dirigido pela familiar dos agricultores, ou seja, a familiar será responsável pela produção comercialização e também pela organização do seu empreendimento.

4.2 Etnomatemática

Quando interrogados sobre o que os mesmos entendem por conhecimento matemático os agricultores (as) descreveram da seguinte forma:

- Quando interrogados sobre que é conhecimento matemático os agricultores “A”, “F”, “D” e “H” afirma que: “é conhecer números, saber calcular, divisão, e outros”
- “B” o conhecimento matemático que eu sei pra mim é a matemática que eu entendo é de conta agente quando vai fazer as coisas e vai fazer baseado medido ou contado ou pesado eu acho que seja assim.
- “C” acho que é estudo, sabedoria para trabalhar;
- “E” é saber plantar igual mais ou menos mi ensinaram assim plantar a alface de 40 a 40 centímetros quer dizer é matemática negociar, vender.
- “G” eu acho que é economia pois quando agente tem que gasta é economia.

Diante do exposto, percebe-se que alguns agricultores delimitam o conhecimento matemático a: saber fazer conta a exemplo de somar, diminuir, dividir enquanto que outros apresentam o mesmo a um contexto bem amplo a citar como a “sabedoria para trabalhar”, “saber plantar” economia tendo em vista gasto, o que quer dizer que existem várias maneiras e formas de entender e lidar com o conhecimento matemático presente em uma determinada prática (D’AMBROSIO, 2005).

No que se refere à aplicação desses conhecimentos em suas praticas os mesmos acrescentam que o uso dar-se no momento que vão:

- Os agricultores “H”, “F”, “B” e “D” quando questionados como se dar o uso do conhecimento matemático nas suas praticas asseguram que acontece quando”: nós

- vamos cavar os canteiros a gente tem que medir o tamanho, largura, altura.*
- *Já os participantes “C”, “E” e “A” afirmam que normalmente a gente faz de cabeça, mas não assim dividir matematicamente tanto centímetros por tanto.*
 - *“G” são medidas porque as hortaliças mesmo são conhecimentos e tem as distâncias que vai produzir que preste.*

Todos afirmam que usam o conhecimento matemático nas suas práticas, demonstrando ainda o domínio de alguns conceitos matemáticos a exemplo de espaço baseado em tamanho, largura e altura.

Quando questionado se eles associam espaço (canteiro) à produção (colheita), os agricultores afirmam que associam sim e isso ocorre principalmente quando estão querendo uma quantidade maior ou menor de produto/hortaliça. Veja os relatos:

- *“A”, “B” e “H” asseguram que associa sim ressaltando ainda que: ”se for um canteiro de três metros agente coloca três metro por um de largura quer dizer que ele vai pegar trinta, vinte oito trinta ou trinta e dois de alface”.*
- *Já os agricultores “G” e “D” afirmam que associa o tamanho do espaço o quanto vão colher pois: “quando tem pouco espaço produzo pouco.*
- *“C” por exemplo quando quero cinquenta agente coloca num espaço maior.*
- *“E” não penso nisso não, faço tudo aleatório.*
- *“F” nós faz tudo calculado o quanto quer vai colher o quanto dá e o quanto não dá, o tanto que vai tirar para a feira.*

Vale salientar que dentre os participantes apenas um agricultor afirma que não associa espaço a produção ressaltando que faz tudo aleatório, enquanto que a maioria que é representado por sete agricultores associa espaço a produção.

Quando foram questionados a respeito de como são calculados os espaços para plantar os agricultores (as) apresentaram responde da seguinte forma:

- *H”, “A” e “D” afirma que ” no caso agente mede uma distancia de um pé de alface a outro de vinte centímetros (então esses vinte centímetro é imaginário ou você usa uma fita métrica?) não imaginário agente dá a distancia, nada de fita.*
- *“B” é de quarenta centímetro um para o outro para ficar o passeio da gente andar de um canto para o outro*
- *“C” uso minha inteligência cuentro é vinte centímetro (Como o senhor saber?) supponho a olho nu.*
- *“E” sempre quando agente vai fazer um canteiro um metro, um metro e pouco um metro e vinte (usa algum instrumento para medir?) não eu já tenho pratica não precisa medir.*
- *Já para os agricultores “F” e “G” no começo nós usava uma fita métrica agora é só olhando, só olhando na doida.*

De acordo com os agricultores, cinco deles calculam os espaços para plantar destacando que essas medidas são representadas por metro, centímetros, contudo os mesmos afirma não usar nenhum instrumento(fita métrica) pois eles afirma saber a partir da experiência. E por fim quatro agricultores afirmam que não calculam os espaços para plantar apenas supõem o espaço de acordo com a experiência vivida durante suas praticas diárias para fazer os canteiros, ou seja, a partir das experiências aprendidas dia após dia os mesmos constroem os espaços para plantar sem se preocupar com os cálculos embora na resposta anterior alguns associam espaço a produção.

4.3 Economia Solidária

Quando questionado o que é Economia Solidária a agricultora "H" assegura "é que eu possa produzir vender ou até mesma consumir, sem prejudicar ninguém". Já os demais agricultores afirmam não saber o que é, mesmo assim pode-se encontrar algumas ideias sobre a mesma quando ele afirma que a produção/hortaliça é produzida pensando além da comercialização, o consumo desses alimentos para sua familiar, conforme os relatos:

- Os agricultores "H", "A" e "G" afirma que sim "agente sempre deixa para o nosso consumo o rapaz não podemos plantar só para vender não"
- Já os agricultores "B", "C", "E" afirma que "além da comercialização e o consumo agente deixa uma parte para reserva as sementes não pode ter veneno"
- E por fim os agricultores "G" e "D" assegura que: "claro que sim se eu pudesse colher tudo aqui"

Mesmo acreditando que não sabe o que é economia solidária, os agricultores afirmam fazer o uso desses conhecimentos para a produção e comercialização dos produtos, embora não consigam descrever como é utilizado. Vale ressaltar que apenas a agricultora "H" afirma que isso acontece quando esta "fazendo a troca, que é informação oferecer ajuda, unir nossos esforços",

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a etnomatemática tem como objetivo extrair o conhecimento próprio de um grupo cultural dessa forma a proposta do programa etnomatemática surgem para contextualizar o saber fazer entre a matemática e a própria necessidade de subsistência da comunidade.

De certa forma, a etnomatemática se apresenta nas práticas propostas pelo grupo como resposta ao saber fazer da comunidade, pois no momento que eles estão construindo os espaços para plantar os mesmos fazem uso do conhecimento matemática dentro da sua cultura, ou seja, existe uma utilização dos conhecimentos matemáticos próprio do grupo.

Quanto à pergunta de pesquisa que é conhecer qual a relação entre economia solidária e conhecimento matemático a partir da agricultura familiar tendo como foco o desenvolvimento sustentável, podemos ver essa relação no contexto de suas práticas, principalmente quando os mesmos afirmam que usam os conhecimentos matemáticos no seu dia a dia.

No que tange à presença do conhecimento matemático no âmbito da agricultura familiar conclui-se que eles usam os conhecimentos matemáticos durante a produção e comercialização como estratégia de sobrevivência e os mesmos afirmam também que para eles, o conhecimento matemático é na "verdade sabedoria para trabalhar", ou seja, a matemática contribui de forma significativa com o dia-a-dia afinal, é necessário analisar e elaborar planilhas, para saber como está à relação custo/benefício.

6 REFERÊNCIAS

BOLIGIAN, L. *et al.* **Geografia, Espaço e Vivência:** o espaço geográfico mundial. 3. ed. São Paulo: Atual, 2009.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular.** 1983. Disponível em: www.forumeja.org.br. Acessado em: 30 jul. 2013.

FLEMMING, D. M.; LUZ, E. F.; MELLO, A. C. **Tendências em Educação Matemática.** 2005. Disponível em: www.busca.unisul.br. Acesso em: 06 set. 2013.

- IASKIO, E. L. S. **A Economia Solidaria e a Concorrência Capitalista**. 2006. Disponível em: www.sites.poli.usp.br. Acesso em: 30 abril de 2013.
- MAIA, D. H. dos S. **As Alternativa Propostas pela Economia Solidária para o Desenvolvimento Econômico e Social, com Sustentabilidade e Geração de Renda**. 2008. Disponível em: www.socioeco.org. Acessado em: 26 abril de 2013.
- MENEGHETTI, R. C. G. Educação matemática e economia solidária: Uma aproximação por meio da etnomatemática. *In: Revista Latinoamericana de Etnomatemática: perspectivas socioculturales de la educación matemática*. Vol 6. N° 01. 2013.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: método e técnicas**. 3 ed. São Paulo : Atlas, 2009.
- SANTOS, E. M. dos. **A Etnomatemática como Aporte às Práticas de Ensino na Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: www.educonufs.com.br. Acesso em: 10 set. 2013.
- SINGER, P. A Economia Solidária Como Ato Pedagógico. *In: KRUPPA, S. M. P. Organização, Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília, DF: Inep, 2005, p.13-20.

Características socioeconômicas dos agricultores da Associação Amuabas, Sumé-PB, no cultivo de horta orgânica

Juliane Lucena Vilar
Lenilde Mérgia Ribeiro Lima

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, em virtude da grande desigualdade socioeconômica em que se encontra o Brasil, estão surgindo cada vez mais alternativas para amenizar estas desigualdades e a economia solidária se apresenta como uma opção para esse problema. Esse tipo de economia está presente, em sua grande maioria, nas cooperativas e associações, ou seja, empreendimentos que se organizam de maneira autogestionária e mais justa.

As associações são empreendimentos que utilizam os princípios da economia solidária, como autogestão, cooperação, igualdade de direitos e solidariedade entre os sujeitos envolvidos. É uma forma de enfrentamento da exclusão social que gera trabalho e renda, tendo em vista projetos de desenvolvimento sustentável.

A horta orgânica dentro das associações tem grande importância pois é uma prática relativamente fácil de trabalhar, pode ser produzida em pequenas áreas, transformando-as e trazendo melhorias sociais, ambientais e econômicas para uma comunidade, através de seus moradores como sujeitos ativos e transformadores de sua própria realidade.

O município de Sumé – PB, local onde foi desenvolvida esta pesquisa, é um lugar carente em relação a oportunidades de trabalho e renda. Por este motivo, a AMUABAS (Associação dos Moradores e Usuários de Águas da Bacia do Açude de Sumé) busca, com a prática da horta orgânica, oferecer aos seus associados uma maneira de complementação da renda familiar que, em grande parte dos casos, é muito baixa, contando apenas com a comercialização dos seus produtos e algum benefício do governo federal.

O objetivo do presente trabalho é explicitar a percepção dos benefícios que o desenvolvimento da horta orgânica oferece para os membros da AMUABAS, para a comunidade diretamente atingida e para o meio ambiente, enfatizando suas conquistas e tendo como ponto de partida a educação, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável.

Na intenção de analisar o resultado das características da economia solidária na AMUABAS, faz-se a seguinte indagação: *Quais as características da Economia Solidária presentes nas práticas dos associados que trabalham na horta orgânica na AMUABAS?*

1.1 Economia Solidária

O modelo tradicional capitalista está em crise por causa das mudanças econômicas e sociais ocorridas ultimamente. Por este motivo, a exclusão social em nosso país é cada vez maior, com muitas famílias pobres e com baixa escolaridade, contando apenas com a renda recebida dos programas sociais do Governo Federal (que não conseguem resolver o problema da exclusão) ou aposentadorias rurais. Com isso, estas famílias buscam outras formas de organização do trabalho como alternativa de geração de renda, como as associações de bairro (EISLER, 2008).

Neste sentido, a economia solidária pode ser vista, sem dúvida, como uma alternativa para o desemprego e a exclusão social.

Coelho (2006) afirma que a Economia Solidária vem se solidificando como alternativa de desenvolvimento econômico aos modelos e padrões exploratórios do *modus operandi* da economia capitalista pelo qual nossa sociedade optou seguir. Ao mesmo tempo (...) não atua

em um campo fora do capitalismo e do mercado formal, mas, ao contrário, busca dentro da realidade existente formas alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos, na busca da autonomia dos grupos que a praticam, em práticas sociais e ambientais sustentáveis.

As associações se apresentam atualmente como uma opção de complementação de fonte de renda para muitas famílias. Cada vez mais cidadãos optam por este tipo de empreendimento para aumentar a renda familiar, incluindo também mulheres e filhos neste trabalho (CUNHA, 2003).

Estas associações são criadas em bairros simples ou comunidades rurais e fazem uso da educação popular, do ensinamento passado de geração em geração para desenvolver atividades, o que além de gerar renda contribui para a preservação do meio ambiente, com ações tais como a plantação de alimentos sem uso de fertilizantes. Os trabalhadores se organizam de forma coletiva, sem autoritarismos, contando com a participação de todos, dirigindo seu próprio trabalho e, desta forma, alcançando sua emancipação financeira. Empreendimentos como as associações de economia solidária são vistos como uma forma de diminuição da pobreza, do desemprego e da exclusão e, por este motivo, vêm recebendo crescentemente apoio dos poderes públicos que apoiam o desenvolvimento local e sustentável (CUNHA, 2003; CRUZ MOREIRA, 2003).

Os empreendimentos de economia solidária apresentam alternativas para o desenvolvimento social e econômico de uma comunidade, gerando renda e respeitando o meio ambiente através do desenvolvimento sustentável, tirando proveito do melhor que o meio em que está inserido pode oferecer através da produção e comercialização de seus produtos, driblando, dessa maneira, as dificuldades em relação aos fenômenos naturais, como a estiagem, por exemplo, que assola a região Nordeste. Os empreendimentos coletivos facilitam o escoamento do produto garantindo uma maior circulação de bens e serviços e promovendo uma melhor condição de subsistência. Nas associações de bairros ou de comunidades rurais as pessoas trabalham de maneira coletiva buscando aprender a cada dia gerir seu próprio negócio e garantir sua emancipação a partir da complementação da renda familiar (SINGER, 2004).

A sustentabilidade é uma questão que vem atrelada às propostas da economia solidária também como política pública. Neste sentido, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária, a SENAES, vinculada ao Ministério de Trabalho e Emprego, como forma de combate à pobreza. No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, Singer (2004) entende que é um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento.

1.2 Desenvolvimento sustentável

Pode-se conceituar desenvolvimento sustentável, de modo geral, como uma prática que procura atender às necessidades da geração atual sem comprometer as gerações futuras, possibilitando, dessa maneira, que as pessoas no momento atual e no futuro possam se desenvolver humana, social e economicamente, fazendo uso de forma razoável dos recursos naturais. Esse termo foi criado com a proposta de unir desenvolvimento econômico à questão ambiental. Consiste também numa maneira de manter as funções do ecossistema, pois não utiliza fertilizantes químicos em suas produções agrícolas, fazendo com que o ambiente natural possa preservar as condições naturais de vida para os seres humanos e outros seres vivos como fonte de energia renovável, sem desperdício, pois os recursos naturais são finitos (LEME e PREVIDELO, 2013).

A preocupação para que o desenvolvimento econômico gere renda e seja sustentável aponta a horta orgânica e comunitária como uma opção para solucionar este problema. Para

Gallo (2004), a formação de uma horta comunitária é um processo que, além de deslocar elementos do mercado informal para o formal, permite a aprendizagem entre todos os envolvidos. Há a formação de grupo de trabalho da comunidade, a conscientização do trabalho comunitário, mutirões realizados para preparação do local da horta e a conscientização de que o empreendimento lhes pertence realmente.

1.3 Horta orgânica

Entende-se horta orgânica como o cultivo de verduras, frutas, legumes, temperos e ervas medicinais, sem o uso de agrotóxicos e de maneira ecologicamente correta, ou seja, sem queimadas e com tratamento ideal do solo. Segundo Lucon e Chaves (2004), a produção orgânica alcança bons níveis de produtividade, sem contaminar o produtor nem o produto. É uma alternativa consciente e integrada a um estilo de vida que favorece a preservação do meio ambiente e garante mais qualidade ao que é produzido. De acordo com a cartilha do PAIS □ Produção Agroecológica Integrada e Sustentável □ (2008), para alcançar bons resultados, as regras são bastante claras: respeitar o meio ambiente, a vida, os hábitos e os costumes da população e garantir, principalmente, a sustentabilidade das comunidades com menor poder de consumo. Isso se faz com o emprego de técnicas simples já conhecidas por produtores rurais.

As comunidades mais carentes estão cada vez mais se utilizando desse tipo de produção como alternativa para aumentar a renda familiar, podendo ser obtidos produtos em pequenas propriedades e de maneira sustentável. Sobre o consumo responsável Barciotte (2002), afirma que é a capacidade de cada pessoa ou instituição, pública ou privada, escolher e/ou produzir serviços e produtos que contribuam, de forma ética e de fato, para a melhoria de vida de cada um, da sociedade e do ambiente.

Projetos de produção de hortas orgânicas são extensamente desenvolvidos em escolas com o intuito de conscientizar os educandos e desenvolver nos alunos competências e habilidades para a disseminação de atitudes de comprometimento para um futuro ambientalmente melhor (LEME e PREVIDELO, 2013).

1.4 Associações de agricultores

Empreendimentos associativos são criados para apoiar a produção de alimentos, gerar renda para produtores rurais, beneficiando comunidades e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, reduzindo a pobreza e o êxodo rural (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2009).

Produtores rurais, juntamente com suas famílias e vizinhos se unem, com objetivos em comum, para facilitar o trabalho de produção e comercialização de produtos em benefício da comunidade. De acordo com Ministério da Agricultura (2009), os produtores organizados em Associações possuem mais força para reivindicar do Governo o apoio à construção e à manutenção de postos de saúde, escolas e estradas.

Portanto, a importância destas associações para os pequenos produtores rurais e para a agricultura familiar, principalmente na Região Nordeste é incontestável, visto que os benefícios e vantagens são inúmeros, pois se trata de um canal importante de organização e incentivo à produção e comercialização de produtos. Segundo Graziano (1998), o Nordeste concentra o maior contingente de agricultores familiares, totalizando 49% dos agricultores nesta região.

2 METODOLOGIA

Na produção deste trabalho predominou o método descritivo, analítico e exploratório com abordagem qualitativa, tomando como ponto de partida a AMUABAS – Associação de

Moradores e Usuários de Águas da Bacia do Açude de Sumé, localizada no município de Sumé – PB, que produz hortaliças de maneira orgânica como fonte de complementação da renda familiar.

A pesquisa foi baseada em questionários estruturados em 45 (quarenta e cinco) questões que abordam desde o perfil dos associados até as contribuições que o trabalho com a horta orgânica oferece para cada um deles. Para compor o quantitativo desta pesquisa foi utilizada uma amostragem formada por 10 (dez) pessoas residentes nas comunidades rurais de Riachão e Pitombeira, localizadas na cidade de Sumé – PB, ou seja, 10% do total geral de associados da AMUABAS.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

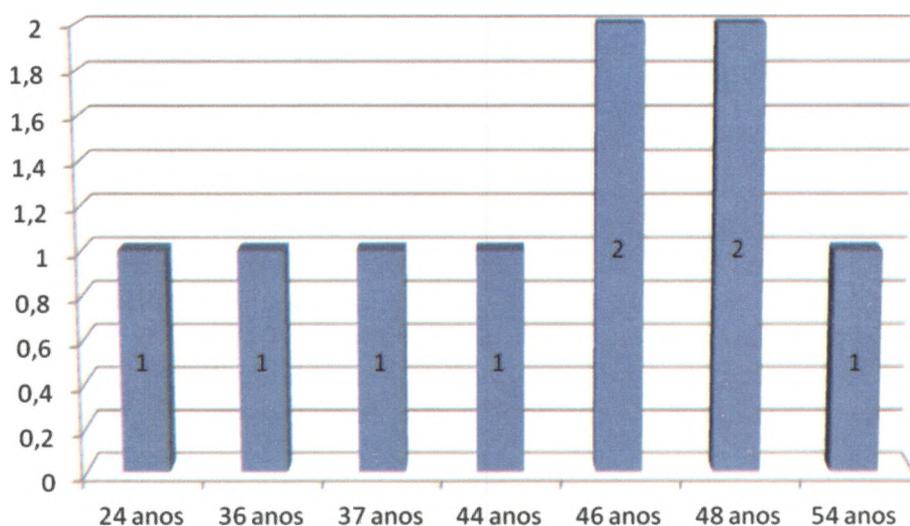
Os dados apresentados na sequência foram coletados a partir de observações *in loco* e aplicação de questionários com os associados da AMUABAS que residem no Sítio Riachão e no Sítio Pitombeira, município de Sumé – PB. Este empreendimento conta com uma média de 100 membros e para este trabalho foi analisado um percentual de 10%.

Com relação aos associados moradores do Sítio Riachão e do Sítio Pitombeira, 20% residem no Sítio Riachão, enquanto 80% são moradores do Sítio Pitombeira, ambos pertencentes a comunidades próximas às margens do açude de Sumé.

A associação, em sua totalidade, possui mais membros do sexo masculino (60%) que do feminino (40%).

A distribuição de faixa etária dos associados é exibida na Figura 1.

Figura 1 – Distribuição de faixa etária dos associados.



A idade dos associados apresenta uma variação entre 24 e 54 anos, faixa etária em que normalmente as pessoas deveriam estar inseridas no mercado de trabalho formal. Observa-se, a partir da Figura 1, que os associados com idade entre 46 e 48 anos são aqueles mais presentes na associação.

Os associados entrevistados são todos originários da região Nordeste, sendo 10% do Piauí, 10% do município de Sertânia, no Estado de Pernambuco, enquanto a maioria é originária da Paraíba (80%), sendo 50% do município de Sumé.

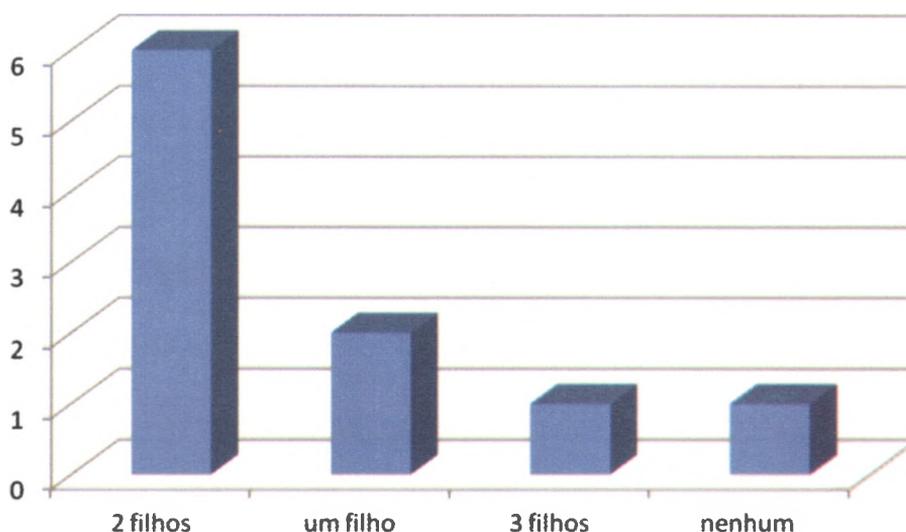
Quanto ao estado civil dos entrevistados, prevalecem os casados (60%) e que vivem maritalmente há mais de dois anos (40%), não constando nenhum solteiro, viúvo ou separado.

Em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados, a maior parte (90%) não concluíram o Ensino Fundamental I e apenas 10% alcaçaram o ensino médio, mas sem ter concluído. De acordo com as entrevistas, do total de membros da associação, 50% estudam e 50% não estudam. Quando indagados sobre o porquê de não estarem em sala de aula, os que responderam negativamente alegaram motivo de cansaço ou distância entre a escola e a residência.

Constatou-se que 80% dos entrevistados recebem o benefício Bolsa Família do Governo Federal, sendo este valor a única fonte de renda fixa. O complemento desta renda vem, principalmente, através da comercialização dos produtos provenientes da horta orgânica. Outras atividades que foram citadas pelos entrevistados para aumentar a renda familiar são: costura, artesanato, trabalhos eventuais como diarista e pesca.

A Figura 2 exibe a distribuição de número de filhos das famílias dos associados entrevistados.

Figura 2 – Distribuição de número de filhos dos associados.



De acordo com a Figura 8, apenas um entrevistado não tem filho, pois está casado há pouco tempo. A maioria dos entrevistados possui dois filhos e, dentre todos os entrevistados, percebeu-se uma preocupação muito grande por parte dos pais em relação aos estudos dos filhos, o que para eles pode funcionar como uma garantia de um futuro melhor, diferente da vida que eles, os pais, têm atualmente e que não desejam para seus filhos.

Outros dados importantes verificados nestas entrevistas:

- A maioria é de cor parda, apresentando apenas 10% de cor preta e 10% de cor branca.
- Todos possuem documentação completa e pagam o sindicato junto à associação como tempo de serviço para futura aposentadoria.
- Todos possuem carteira de trabalho, mas apenas 20% tiveram essa carteira assinada por algum tempo quando trabalharam em outras atividades.
- 80% dos entrevistados já participaram de cursos de capacitação oferecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) ou pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
- 90% deles moram em casa própria e 10% em casa cedida por parente, todos na zona rural, e consideram suas residências satisfatórias para moradia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho de pesquisa pode-se concluir que todos os associados que foram entrevistados e que fazem parte da AMUABAS, têm a horta orgânica como principal método de complementação da renda familiar, podendo-se caracterizar a atividade como um empreendimento de economia solidária.

A maioria dos entrevistados não concluiu o Ensino Fundamental I, dado importante que pode justificar a ausência dessas pessoas do mercado de trabalho formal, já que a cidade é pequena e não oferece muitas oportunidades. Por este motivo, os associados optam por trabalhar por conta própria, no caso com a agricultura, na produção e comercialização de produtos orgânicos, a partir do protagonismo dos envolvidos nas práticas participativas da autogestão, que também é uma das características da economia solidária.

O caráter de cooperação e solidariedade é outro ponto importante. Estas características também aparecem nas práticas dos associados da AMUABAS, onde todos colaboram entre si, pois existem interesses e objetivos em comum, tanto as responsabilidades como a partilha do excedente são resultados da união dos esforços.

A maioria masculina confirma uma presença maior de homens no trabalho com a agricultura, enquanto as mulheres que fazem parte da horta são, em grande parte, companheiras desses entrevistados. Em relação aos filhos, percebe-se que os entrevistados não incentivam a continuidade deles na agricultura, apresentando, na sua totalidade, uma preocupação com o grau de escolaridade e com o futuro de seus descendentes. Todos possuem documentação completa, o que significa que têm consciência de cidadania, prática aprendida e desenvolvida na sala de aula da EJA, visto que grande parte deles estuda no momento.

Nesse sentido, considerando as características da economia solidária presente nesta associação, apesar das dificuldades encontradas, a lógica do desenvolvimento sustentável como fonte de geração ou complementação de fonte de renda funciona para estas pessoas, concedendo-lhes melhores condições de vida.

5 REFERÊNCIAS

COELHO, J. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS.** Grupo de Pesquisa 13: Socioeconomia Solidária e Desenvolvimento Local, Disponível em: www.lume.ufrgs.br, Acesso: 02 de Setembro de 2013.

CRUZ-MOREIRA, J. R. **Uma outra economia é possível**, São Paulo- SP: Editora Contexto, 2003.

CUNHA, G. C. **Dimensões da Luta Política nas práticas de economia solidária**, São Paulo: Editora Contexto, 2003.

EISLER, R. **A verdadeira riqueza das nações: criando uma economia solidária**, Tradução Claudia Gerpe Duarte, São Paulo: Editora Pensamento Cultrix, 2008.

GRAZIANO, José da Silva. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ed, Campinas: 1998.

LEME, J. A. C.; PREVIDELO, S. Z. **Projeto para o desenvolvimento sustentável horticultura orgânica e a segurança alimentar**. Disponível em: www.cpsctec.com.br, Acesso: 25 de Setembro de 2013.

SINGER, P. **Desenvolvimento: significado e estratégia**, Texto para discussão, Brasília: MTE/ SENAES, 2004.

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Prata-PB: ferramenta utilizada para o fortalecimento da Economia Familiar e incentivo à Economia Solidária

*Rosimere Carmem Melo de Queiroz
Lenilde Mérgia Ribeiro Lima*

1 INTRODUÇÃO

O serviço público de Assistência Social se subdivide em duas formas de proteção: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), subdividida em Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A PSB tem como objetivos prevenir situações de risco por meio de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BORTOLOZZI, 2009).

Destina-se à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos — relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Os serviços de PSB são efetuados nos CRAS e em outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS, que surge como porta de entrada para o SUAS. O CRAS passou a ser uma sigla corrente, conhecida de norte a sul e um tema central nas agendas municipais, estaduais e federais. Em contrapartida a esse êxito, estabeleceu-se um desafio de monitoramento e avaliação de desempenho também comum aos diferentes níveis governamentais (BORTOLOZZI, 2009).

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) foram criados em 2004 com a proposta de ser a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Eles, seguramente, constituem a imagem mais representativa da rede de proteção e promoção social que o Governo Federal vem implantando no Brasil. Dessa forma, o MDS vem desenvolvendo um esforço sistemático de monitoramento visando sua expansão e seu aprimoramento contínuo (CASTRO, 2009).

A consolidação dos CRAS no território nacional expressa a prioridade que se atribuiu às políticas sociais no País nos últimos anos. Ao constituírem-se como equipamento estatal, os CRAS evidenciam a compreensão de que a assistência social é um dever do Estado e, em contrapartida, um direito do cidadão. Os CRAS envolvem um número crescente de municípios brasileiros, cerca de 04 (quatro) mil em 2009, o que enfatiza o caráter republicano e federativo com que são conduzidos. A implantação desses CRAS se deu em curto espaço de tempo, de forma crescente, estruturada e levando em consideração a imensa diversidade brasileira e a necessidade de buscar respostas cultural e localmente adaptadas aos problemas objetivos das localidades (CASTRO, 2009).

O CRAS é o lugar da convergência de diferentes ações e não se limita a um programa apenas. Ele integra o Programa de Atenção Integral à Família, o PAIF, com o acompanhamento das famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família e dos contemplados com o Benefício de Prestação Continuada, o BPC; e os serviços de convivência com programas de segurança alimentar e nutricional e, também, com outras políticas sociais. Devido justamente a isso, os CRAS atuam com mulheres, homens, crianças, jovens e idosos, reafirmando a importância da família e da comunidade na construção da autonomia e da segurança individual (OLIVEIRA, 2010).

A questão aqui levantada seria de que a Economia Solidária integraria o conjunto de organização do terceiro setor, já que o CRAS se apresenta como um movimento da sociedade

civil. Porém, mais que isso, a economia solidária pode servir como uma resposta às mudanças as quais irão favorecer a melhoria da qualidade de vida dos seus usuários. Singer (2000) entende a Economia Solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social.

O presente trabalho visualizou a dinâmica do CRAS relacionada ao incentivo à Economia Solidária, a qual não pode ser vista apenas como um movimento econômico: é necessário que esteja ligada a outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida da população em geral.

A pesquisa foi realizada no Centro de Referência de Assistência Social Edite de Sousa Ramos, do município de Prata-PB, sendo observado um público com perfil de economia popular solidária, apesar de ter-se percebido que nem todas as atividades desenvolvidas na economia popular têm o caráter solidário.

1.1 Economia Solidária

A chamada Economia Solidária é considerada um movimento social oriundo de iniciativas associativistas, que buscam uma nova racionalidade nas relações de produção e trocas de bens e serviços (BENINI, 2008).

O que coloca o tema “Economia Solidária” no cerne de discussões teóricas e na dimensão concreta de atividade humana, como movimento situado na busca pela geração de trabalho e renda, no atual momento histórico é, sem dúvida, a questão social, em especial o desemprego e a precarização do trabalho (ROCHA, 2001 apud TAUILE, 2001).

A Economia Solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe sem propriedade subalterna. Daí deriva a norma de que a empresa solidária não remunera o capital próprio dos sócios e que, quando trabalha com capital emprestado, paga a menor taxa de juros do mercado. Isso significa que os ganhos dos trabalhadores têm prioridade sobre o lucro, que na empresa solidária toma a forma de ‘sobras’. Essas são distribuídas por decisão dos sócios de distintas maneiras, mas nunca de acordo com a participação de cada um no capital da empresa (KRUPPA, 2005).

1.2 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)

Nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), por meio do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), muitas famílias estão tendo oportunidade de mudar a realidade. São famílias que encontram alternativas para interferir e retirar os filhos do mundo das drogas, outras que os conseguem fazê-los estudar. Idosos que voltam a ter estímulos, recuperam a autoestima, convivem com outros idosos, mas também com crianças e jovens, numa sadia troca intergeracional. Casos desses tipos são vividos diariamente nas 4.005 unidades dos CRAS em funcionamento e distribuídos em mais de 3.000 municípios brasileiros. Destes, 3.200 são financiados total ou parcialmente pelo governo federal e o restante por governos municipais ou estaduais (CRAS, 2007).

As unidades dos CRAS são espaços físicos localizados em regiões mais pobres das cidades voltadas para atendimento socioassistencial. A equipe do centro identifica as necessidades dos indivíduos e das famílias de cada localidade, acolhe e insere em atividades coletivas e/ou, se necessário, encaminha os integrantes do grupo familiar para outros atendimentos. Nesta condição, eles se configuram como instrumento estratégico dentro da rede de proteção e promoção social no Brasil. Não por acaso, são conhecidos também pelo nome de Casas das Famílias. Isso porque se organizam a partir do foco de atendimento na família. Dessa forma, além de potencializar o alcance das ações e políticas sociais, promovem o apoio para manter e sustentar

os vínculos familiares e comunitários, com todos os bons efeitos que tem na sociedade (CRAS, 2007).

Atualmente tem-se nos CRAS um espaço fundamental para desenvolver ações complementares do Programa Bolsa Família e estabelecer as devidas interfaces com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e com programas de inclusão produtiva, geração de trabalho e renda, dentre outros. Por isso, eles representam uma importante conquista, ao mesmo tempo em que apresentam desafios, sobretudo no que diz respeito à qualificação da metodologia de trabalho, por meio de políticas de capacitação e qualificação que respeitem as capacidades locais e recuperem a autoestima.

Este tipo de sociedade organizada busca pela geração de trabalho e renda, concentrando-se na questão social e, em especial, no desemprego e precarização do trabalho, semelhante à Economia solidária (BENINI, 2008).

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Centro de referência de Assistência Social (CRAS) Edite de Sousa Ramos, localizado na Avenida Ananiano Ramos s/n, Zona Urbana do Município de Prata – PB.

Os dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário/anamnese composto por 10 perguntas, dentro de uma dinâmica própria para aplicação do questionário, dinâmica esta organizada em um único momento.

O presente estudo é do tipo exploratório-descritivo com abordagem quantitativa, através de técnica de pesquisa de campo, especificamente de levantamento, com utilização de instrumental em forma de questionário.

A pesquisa de campo consistiu na observação de fatos e fenômenos e na coleta de dados para posterior análise.

A pesquisa foi realizada com usuários do Centro de Referência de Assistência Social “Edite de Sousa Barros”, localizado na Avenida Ananiano Ramos s/n, Zona Urbana do Município de Prata – PB.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 25 usuários, de um total de 250 cadastrados no Centro de Referência de Assistência Social.

A família brasileira vem passando por transformações ao longo do tempo. De acordo com os dados coletados, 88% do público do CRAS são compostos por mulheres.

Com relação às faixas etárias que utilizam os serviços do CRAS de Prata-PB, observou-se que 24% das pessoas que frequentam o CRAS de Prata possuem idades entre 20 e 25 anos, 12% de 26 a 30 anos, 16% de 31 a 40 anos, 16% para usuários entre 41 a 50 anos e, finalmente, 32% de 51 a 60 anos, sendo o público que apresenta um maior percentual em participação.

Com relação à situação escolar, pode-se observar que 12% dos usuários do CRAS possuem apenas o primeiro grau completo, 16% dos usuários possuem segundo grau completo, 12% dos usuários cursaram o terceiro grau e terminaram e apenas 8% não terminaram. Um total de 12% dos entrevistados nunca teve contato com o mundo das letras e 40% dos usuários são estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

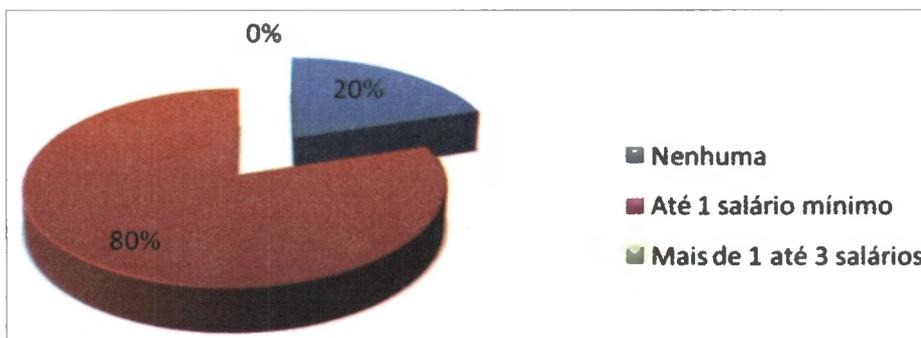
Dentre os beneficiários do CRAS de Prata-PB, pode-se observar que ainda predominam as relações de casamento, sendo 28% dos usuários casados. 24% dos entrevistados são solteiros, mesmo percentual para os que vivem em união estável, 16% são pessoas separadas e 8% são viúvos.

Quanto ao número de filhos, 44% têm entre 1 e 2 filhos, 28% de 3 a 4 filhos, apenas 4% têm 5 filhos ou mais e 24% ainda não tiveram nenhum filho.

Observou-se que, de fato, há uma redução no número de filhos nas famílias contemporâneas, o que diz respeito, certamente, à inserção da mulher no mercado de trabalho e às condições econômicas da família. Conforme Oliveira (2003), nota-se que as famílias contemporâneas têm cada vez menos filhos e os núcleos familiares não se parecem em nada com as famílias extensas do passado.

A Figura 1 mostra o percentual dos usuários com relação à renda familiar.

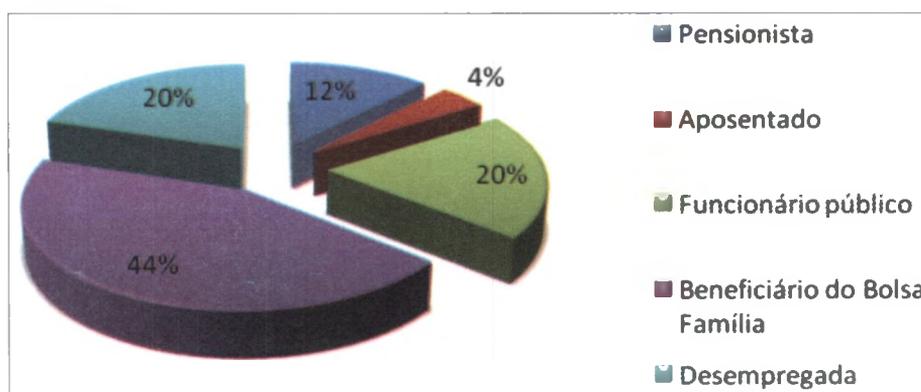
Figura 1 – Percentual dos usuários com relação à renda familiar.



Os resultados apresentados na Figura 6 mostram que a maior parte dos entrevistados sobrevive com até um salário mínimo. Esta realidade pode ser resultado da redução da oferta de postos de trabalhos e racionalização produtiva e administrativa empreendida pelas empresas enquanto estratégia de sobrevivência em uma economia de baixo crescimento e fortemente exposto a uma concorrência externa.

Na Figura 2 estão expostos os resultados relacionados ao percentual dos usuários com relação à origem da renda.

Figura 2 – Percentual dos usuários com relação à origem da renda.

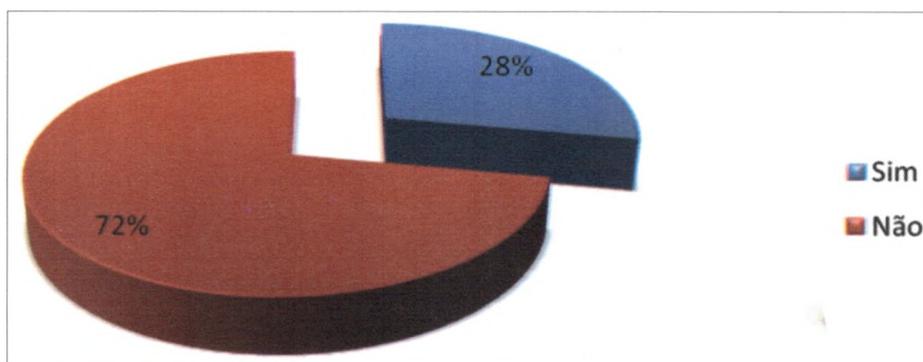


Pode-se verificar que grande parte dos usuários convive com relações de trabalho precarizadas, informais, sem direitos trabalhistas, o que expressa a situação atual do trabalho no país. Observa-se, a partir da Figura 7, que 44% dos usuários recebem o Benefício do Governo Federal, o Bolsa Família, o qual caracteriza-se por ser um programa de transferência de renda direta, que beneficia famílias em situação de pobreza com renda mensal por pessoa de R\$70,00 a R\$ 170,00 e extrema pobreza com renda mensal de até R\$ 70,00. Este programa seleciona as famílias com base nas informações inseridas pelo município no CAD ÚNICO – Cadastro Único

de informações Sociais do Governo Federal (CASTRO, 2009). É um instrumento de coleta de dados que tem por finalidade identificar todas as famílias em situação de pobreza existentes no país. O papel do CRAS, neste contexto, é realizar o acompanhamento e trabalho social com as famílias, em especial com as beneficiárias de programas sociais, tais como o bolsa família.

Na Figura 3 apresentam-se os resultados com relação à produção dos usuários após finalização dos cursos.

Figura 3 – Produção após a conclusão do curso.



A Figura 3 mostra que 72% dos usuários faz uso dos conhecimentos adquiridos nas oficinas ofertadas no CRAS.

Observou-se que 80% dos usuários procuram se envolver em entidades que vivenciem situações de trabalho e incentivo para eles, enquanto 20% ainda não se envolveram com nenhuma entidade.

De acordo com as respostas dos questionários, observou-se que 100% dos usuários filiados ingressaram em Organizações Não Governamentais (ONGs), o que demonstra a vontade deste público de estar inserido em um grupo organizado.

Abre-se, dessa maneira, espaço para se pensar no surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, consequência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda.

Quando perguntado se os usuários conseguiram melhorar sua renda financeira após participar das oficinas ofertadas no CRAS, o percentual apresentado mostrou que o incentivo à educação profissional oferecido pelo CRAS foi válido, visto que 72% dos usuários afirmaram ter conseguido uma renda financeira após terem cursado as oficinas e cursos oferecidos pelo CRAS.

No que se refere à avaliação feita pelos usuários do CRAS de Prata-PB com relação à qualidade dos serviços oferecidos, 80% dos que usufruíram dos serviços ficaram satisfeitos, o que direciona os dirigentes dessa Instituição a continuar buscando ofertar cada vez mais um serviço de qualidade.

4 CONCLUSÕES

De acordo com os resultados aqui apresentados, pode-se inferir que o perfil dos usuários do CRAS do município de Prata-PB é bastante revelador das condições de vida da maioria das famílias brasileiras. Famílias que se constituem em usuárias do SUAS.

Observou-se que no universo pesquisado há uma predominância do sexo feminino, o que confirma a discussão de vários autores sobre a ausência masculina nos serviços de Assistência Social. A faixa etária que predominou foi a de 20 a 60 anos de idade, o que leva a deduzir que são indivíduos em plena atividade laboral.

Foi possível constatar, ainda, certa predominância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no nível de escolaridade, o que leva a refletir o quanto a Educação de Jovens e adultos é melhor percebida atualmente e vai se movendo na direção da realidade quando o sistema começa a fazer algumas exigências com relação à qualificação.

Predominam as relações estáveis, do tipo casamento, com número de filhos reduzido. A maioria sobrevive com apenas um salário mínimo, renda que se origina do Programa do Governo Federal, o Bolsa Família, e demais trabalhos precarizados e sem direitos trabalhistas no setor informal, o que expressa a situação atual do país.

Verificou-se que a maioria dos usuários, após concluírem as oficinas ou cursos oferecidos pelo CRAS, conseguiram produzir e se apropriar de alguma renda extra. Isto mostra que os CRAS têm conseguido criar oportunidades de trabalho e melhoria de qualidade de vida para seus usuários. Revelou-se uma grande quantidade de usuários filiados a uma Organização Não-Governamental (ONG) existente naquela cidade, mostrando que existe a necessidade desses trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda.

Espera-se que este trabalho sirva de suporte para futuras investigações, bem como para subsidiar as ações dos profissionais de áreas afins, em particular a assistência social, nas suas intervenções cotidianas nos seus serviços, tendo como norte um atendimento humanizado com vistas na melhoria da qualidade de vida dos usuários do SUAS.

5 REFERÊNCIAS

- BENINI, E. G. **Reforma Agrária no Contexto da Economia Solidária**, Palmas:UFT, 2008.
- BORTOLOZZI, R. M. **Contribuições da psicologia histórico-cultural para o enfrentamento do trabalho Infantil; buscando compreender para além do fenômeno**. Monografia apresentada ao curso de psicologia, UFP, Curitiba, 2009.
- CASTRO, F. J. R. de, **CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços**: orientações para gestores e projetistas municipais. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.
- CRAS, **Um lugar de (re)fazer histórias**. Ano 1, n. 1, Brasília: MDS, 2007.
- KRUPPA, S. M. P. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.
- OLIVEIRA, C. M. C. de, **Atenção básica na Assistência Social: entre miséria necessária, artes de governar e redes de solidariedade**. Dissertação/Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, 2010.
- ROCHA, J. M. **Economia solidária: discutindo uma nova ética nas relações de trocas**. Curitiba, Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, 2001.
- SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.
- TAUILE, J. R. **Do Socialismo do Mercado à Economia Solidária**, Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

Contribuições da educação para a promoção da participação da mulher nas práticas de Economia Solidária

*Fabiana do Nascimento Araújo
Maria da Conceição Gomes de Miranda*

1 INTRODUÇÃO

A mulher, cada vez mais, vem se destacando em todos os aspectos, principalmente nas práticas de economia solidária; e no que diz respeito ao trabalho da mulher nos trabalhos laborais na Associação Fazenda Mata, destacando a agricultura, criação de ovinos e de peixes.

O interesse pelo estudo do tema “Educação de Jovens e Adultos, economia solidária” nasceu das leituras realizadas no curso de especialização em educação de jovens e adultos com ênfase em economia solidária (Campus de Sumé - PB, da Universidade Estadual da Paraíba) quando conheceu-se e discutiu-se sobre a importância do trabalho das mulheres na economia solidária e o reconhecimento do seu trabalho tanto na associação quanto no que diz respeito às suas atividades domésticas.

A questão de pesquisa que foi proposta foi sobre as contribuições da educação de jovens e adultos para promoção da participação da mulher nas práticas de economia solidária na associação Fazenda Cantinho Feliz no município de Amparo/PB?

A partir de tais questionamentos este trabalho teve como objetivo principal identificar as contribuições da educação de jovens e adultos para promoção da participação da mulher nas práticas de economia solidária na associação Fazenda Cantinho Feliz no município de Amparo/PB

2 METODOLOGIA

Mediante as escolhas teórico-metodológicas, trabalhou-se com pesquisa qualitativa Lakatos (2007, p.96), “cuja preocupação incide mais no processo do que no produto; com atenção especial voltada para o ponto de vista dos participantes”. Esse tipo de pesquisa é muito importante, pois ela tem um caráter exploratório, uma vez que estimula o entrevistado a pensar e a se expressar livremente sobre o assunto em questão, facilitando a compreensão para assim analisar os dados, levando em conta as opiniões e comentários do público entrevistado, neste caso, com as mulheres da Fazenda Cantinho Feliz.

Como procedimento e técnica no decorrer da coleta de dados foi aplicado um questionário semiestruturado com treze (13) questões 11 aberta e apenas duas (2) mistas, foi aplicado com o as mulheres da associação. Com o objetivo de traçar informações sobre a participação da mulher nas práticas de economia solidária.

Após a aplicação dos questionários, realizou-se o processo de categorização que de acordo com Richardson (2009, p. 239) “deve esclarecer que não é uma etapa obrigatória na análise de conteúdo, mas na maioria dos procedimentos inclui a categorização, pois facilita a análise de informação”. Deixando o pesquisador mais informado com relação ao problema ao ser estudado, esclarecendo os elementos fundamentais da pesquisa.

A utilização dessa técnica de análise foi de extrema importância para compreendermos como as mulheres se organizam e como se dá suas práticas de economia solidária na associação.

O desenvolvimento da pesquisa se deu no campo de pesquisa qualitativa por meio de observações e análises por meio questionário. E será realizado na Associação Fazenda cantinho Feliz, no município de Amparo- PB.

Os sujeitos da pesquisa foram dez (10) mulheres que fazem parte da associação mostrando a sua participação nas atividades laborais, destacando a agricultura, criação de ovinos e de peixes. E O processo de escolarização promovida pela Educação de Jovens e Adultos para a participação da mulher nas práticas de economia solidária.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos: breves discussões

Conforme Freire (2011, p.35) a educação popular “teve origem na educação informal”, ou seja, uma educação vinculada a organizações não governamentais, baseado nos conhecimentos adquiridos no cotidiano das pessoas.

Nessa perspectiva, esse tipo de educação na cultura popular é mais oral do que escrita (Freire, 2011). Os conceitos aprendidos pelo educador da educação popular são apreendidos e mediados pela experiência vivida, fazendo a relação com a aprendizagem.

A educação popular, portanto, se caracteriza como um tipo de educação que de acordo com Brandão (2008, p18) “é fundamentada na identidade da pessoa e é um tipo de trabalho baseado em várias organizações não governamentais e inúmeros movimentos sociais”, onde as pessoas acreditavam que esses movimentos sociais seriam uma alternativa para que elas pudessem expressar com mais facilidade as suas reivindicações.

Com o surgimento da educação popular temos outro tipo de educação que vem se destacando nos últimos anos, a educação de jovens e adultos (EJA), que de acordo com LDB 9394/96 no artigo 37, “a educação de jovens e adultos será destinada àquelas que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Sendo assim, os jovens e adultos passaram a ter o direito de frequentar a escola gratuitamente, pois, segundo a LDB 9394/96 no artigo 37 inciso I “os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular”, gerando assim oportunidade no sistema educacional com base nas características dos alunos que não tiveram a oportunidade de estudar na sua idade adequada por conta das suas condições de vida e de trabalho.

Para Freire (2011, p.21), “a educação de Educação de Jovens e Adultos vai se movendo na direção de Educação Popular”, que para ele esta transformação passa pelo processo de participação na formação das praticas e das pessoas.

De acordo com Gadotti (2011, p.40) “essa educação deve ser multicultural que desenvolve o conhecimento a partir de uma compreensão mútua conta a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura e outras formas de discriminação”, concordamos, portanto, que independente de classe social ou sua cultura todos devem ser tratadas iguais sem nenhum tipo de discriminação.

Com relação à formação do docente que trabalha com a educação de Jovens e Adultos, não tem formação adequada para atuar nesta modalidade de ensino e não tem recebido atenção necessária nos cursos de formação de professores (RIBAS, 2012).

Sendo assim, ao iniciar as suas aulas encontra uma turma com alunos bem diferentes do que ele pretendia encontrar, a classe composta por jovens da zona rural e, quando são da zona urbana, pessoas que só precisam de um certificado de conclusão do ensino médio para entrar no mercado de trabalho, pessoas idosas, homens e mulheres procurando uma formação escolar.

Desta forma, acredita-se ser essencial ressaltar a importância da economia solidária enquanto um ato pedagógico nos trabalhos das mulheres na associação.

3.2 Economia Solidária enquanto ato pedagógico: para (re)pensar o trabalho das mulheres na associação

O trabalho associado está relacionado a uma forma de trabalho coletivo que Segundo Neves (2010, p.3) “o trabalho de Gramsci está historicamente associado à relação entre o trabalho e a educação”, ou seja, ao longo dos tempos ela foi delineada para a sociedade até chegar à forma como está constituída atualmente.

Sendo assim, a escola teria seu papel educativo buscando a realidade vivenciada pelo aluno. Concordo com a autora, pois devemos preparar nossos alunos para a vida e para o futuro. Pois Neves (2010, p.7) relata, que “como educadores devemos sempre pensar na formação do ser humano”, sempre em primeiro lugar, sendo assim o aluno vai procurar a vivência por parte de sua existência.

Embora hoje o capitalismo esteja muito presente na vida das pessoas, apesar disso ainda existe grupo de trabalhadores (as) que procuram se organizar de forma coletiva e igualitária como: comunidades, associações e cooperativas, que buscam estratégias para garantir a sua renda mensal para as suas famílias. É muito importante para a sociedade trabalhar de forma coletiva e igualitária, pois devemos sempre apoiar essas pessoas para desta forma melhorara a democracia do nosso País.

Pensando nisso é que surge a Economia Solidária, um fenômeno que vem se difundindo rapidamente no contexto de profundas transformações por que vem passando o mundo do trabalho. Como uma forma de produzir, comercializar e consumir, colocando as necessidades humanas acima das necessidades do capital. Essa economia está voltada para o trabalho vivo numa perspectiva de reconhecimento de valor, bem como oferecer alternativas para o desemprego (SANTOS, 2006).

Portanto, surgem vários conceitos do que seria a economia solidária citada por alguns teóricos, entre eles temos Portella (2005, p.8) “é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que se propõe nova prática social, onde será valorizado o ser humano como um todo independente do capital”, ou seja, nesse tipo de economia as pessoas não levam em conta apenas o dinheiro, mas no bem-estar de cada pessoa envolvida nos empreendimentos solidários.

Já Para Paul Singer (2005, p.13) chega com outra proposta para ele “essa economia pode ser pensada como um modo de produção ideal para superar o capitalismo”. Pois na economia solidária as pessoas se associam de forma igualitária sem pensar em ganhar uma mais que a outra.

Diante desse contexto, achamos importante trazer a participação da mulher no que diz respeito a sua inserção no mundo do trabalho.

3.3 Participação da mulher no mundo do trabalho

Sabemos que atualmente as mulheres estão ganhando espaço cada vez mais no mercado de trabalho e tudo começou, de acordo com Probast (2013, p.1), “no início da I e II guerra mundial quando as mulheres tiveram que assumir a posição dos homens no mercado de trabalho”. Antes as mulheres eram submissas aos seus esposos, só cuidava do lar e dos seus filhos, não precisava e não deveria ganhar dinheiro.

Todas as conquistas alcançadas pelas mulheres, de acordo com Cruz (2013, p.168) “apontam um significado positivo em relação à sua família e na sociedade, porque passaram a ser mais respeitadas e reconhecidas, como sujeitos com voz, de saberes e de poderes”. Isso é muito importante pois, com o reconhecimento, a mulher se torna mais independente para conquistar seu espaço em qualquer lugar que ela estiver.

No que se refere à participação das mulheres, elas estão presentes, nas associações discutindo nas reuniões, na agricultura cuidando dos animais e também estão atuando no que se refere à organização do trabalho coletivo conforme (CRUZ, 2013).

A principal fonte de coleta de dados da presente pesquisa foi a aplicação de um questionário com as mulheres da associação da Fazenda Cantinho Feliz, no qual as mulheres responderam 13 perguntas relacionadas as contribuições da educação de jovens e adultos para promoção da participação da mulher nas práticas de economia solidária.

O questionário contendo 13 (treze) questões, aplicado às mulheres, foi sistematizado contemplando as seguintes variáveis: forma de associação, participação das reuniões, grau de escolaridade, se já estudou na educação de jovens e adultos, organização do trabalho doméstico e na agricultura, na criação de peixes e caprinos, comercialização dos peixes, gosta de trabalhar na associação, as dificuldades encontradas para realizar os trabalhos, o apoio da família, êxitos do trabalho, a importância do processo de escolarização, e as contribuições do trabalho na associação.

Diante da pesquisa realizada percebe-se que a educação de jovens e adultos contribuir para a promoção da participação da mulher nas práticas de economia solidária na Fazenda Cantinho Feliz. Fazendo com que essas mulheres torna-se mais independente e confiante tanto no trabalho coletivo realizado na associação e também nas realização de suas atividades domésticas.

No que se refere à participação das mulheres nas reuniões da associação percebemos que segundo Guérin (2005, p.39) “sua participação é pontual e especializada em atividades bem circunscritas, relacionadas com o seu pertencimento social ou com a profissão exercida”, ou seja, elas participam de forma ativa dos assuntos relacionados á associação.

Ainda no que refere-se a participação das mulheres observou-se que as mulheres, elas estão presentes, nas associações discutindo nas reuniões, na agricultura cuidando dos animais e também estão atuando no que se refere à organização do trabalho coletivo conforme Cruz (2013).

Com relação ao ingresso das mulheres na associação observaram-se alguns êxitos como: um deles é na época do inverno que elas podem plantar e colher e o outro e o da parte financeira, ter seu dinheiro certo todo mês e poder sustentar a família e também uma casa própria para a família morar.

A pesquisa também mostrou a importância do trabalho para as mulheres pois ela colocam o trabalho acima das necessidades do capital de maneira que elas possam pensar em trabalhar em conjunto, se sentir valorizada independente do seu trabalho laboral. Melhorando assim a renda da sua família, com o trabalho de forma coletiva e igualitária.

4 CONCLUSÕES

Com a execução deste estudo observou-se a capacidade de pesquisa através da seleção e organização das informações das mulheres gerando assim a cooperação e o respeito entre elas.

Como as mulheres participaram da pesquisa podemos dizer que este grupo conseguiu, no decorrer das respostas do questionário, participar de forma ativa e segura na hora de responder as perguntas.

Diante disso percebemos que a mulher nesse contexto, realizando as mesmas práticas laborais que os homens ainda não têm seu reconhecimento pleno no âmbito do trabalho executado fora do espaço doméstico, principalmente quando se trata do trabalho na agricultura, na criação de ovinos e de peixes, sendo esta a realidade da mulher que reside na zona rural, especificamente, na realidade da Associação Fazenda Cantinho Feliz.

No que se refere à participação das mulheres, percebemos que elas estão presentes, na associação discutindo nas reuniões, sobre os assuntos de interesse da comunidade desde o cuidado das atividades domésticas até na agricultura cuidando dos animais e também estão atuando no que se refere a organização do trabalho coletivo.

Aprendemos, com o trabalho de pesquisa sobre a participação das mulheres realizadas na associação, a qual foi uma experiência motivadora para minha vida enquanto aluna e professora.

5 REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. R. A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora. *In*: MACHADO, M. M. (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos: II seminário Nacional** Brasília, UNESCO, 2008.
- CRUZ, L. A. **Construção da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais no Piauí**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013. P.58, 168 3 170.
- FREIRE, P. **Que fazer: Teoria e Prática em educação popular**/ Paulo Freire, Adriano Nogueira. – 11. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamento da Metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi. – 6. Ed. 7. Reimpr. - São Paulo: Atlas 2009.
- NEVES, C. E. P.; CAETANO, E. A concepção de trabalho e educação em Gramsci: para uma pedagogia da produção associada. *In*: **Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares**, 2010, Niterói. Seminário Internacional Gramsci e os Movimentos Populares. Niterói: Nufipe, 2010.
- PROBAST, E. R. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Santa Catarina Instituto Catarinense 2003. Disponível em: www.pasioniosselve.com.br. Acesso em 05 de agosto de 2013.
- RIBAS, M. S. **Formação de professores para atuar na educação de jovens e adultos: uma reflexão para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da prática docente**. Disponível em: www.uces.br. Acesso em 03 de setembro de 2013.
- SANTOS, F. de O. **A economia solidária e as novas relações de trabalho no capitalismo contemporâneo**. Disponível em: www.sites.poli.usp.br. Acesso em 15 de maio de 2013.
- SINGER, P. **A economia solidária como ato pedagógica**. Brasília: Inep, 2005.

Criação produtiva da caprinovinocultura leiteira no Cariri: identificando elementos da Economia Solidária

*Marizelna Leite Neves
Luiz Antonio Coêlho da Silva*

1 INTRODUÇÃO

A criação produtiva da caprinovinocultura leiteira se constitui numa atividade econômica e social, especialmente no Cariri, que permite um aporte financeiro regular aos pequenos produtores, contribuindo para a sua manutenção no campo e redução do êxodo rural. Entretanto, a criação produtiva da caprinovinocultura leiteira passa por profundas mudanças a partir do final dos anos 1980, diante de mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira, com alterações no ambiente competitivo e implicações para a sustentabilidade e desenvolvimento desta criação produtiva, principalmente por parte dos produtores. A caprinovinocultura é uma atividade explorada em todos os continentes, sendo exercidos em distintos ecossistemas com os mais diferentes tipos de clima, solo, topografia e vegetação.

Ao delimitarmos nosso estudo analisou-se o estudo de caso feito na Associação da Caprinovinocultura do Município de São Sebastião do Umbuzeiro, na Paraíba, com a pesquisa sendo feita em agosto e setembro de 2013.

No entanto, no município de São Sebastião do Umbuzeiro a cadeia produtiva de leite sofre com falta de recursos financeiro e técnicos, como também a pouca articulação dentro das diferentes esferas do setor público e privado, o que é um forte indicativo para a perda de competitividade para outras cadeias produtivas; a falta de organização coletiva; o baixo índice de produção leiteira, comparado aos anos em que começou; maior número de associados e menor número desses associados fornecendo o leite para a Associação Comunitária de Caprinovicultores de São Sebastião do Umbuzeiro (ACOMSSU).

Nesse contexto, o objetivo geral foi analisar a forma de organização coletiva dos princípios da economia solidária viabilizarem a caprinovinocultura leiteira, rentável e sustentável neste município.

1.1 Fundamentos Da Economia Solidária

A perspectiva adotada pela Economia Solidária corresponde a uma série de elementos fundados em contraposição aos problemas gerados pela economia capitalista. Cattani (2003) identifica três dos principais focos de crítica da produção capitalista. Primeiro, a lógica capitalista, fundada na intensificação do trabalho, estruturada sob o princípio da acumulação gerando a espoliação e alienação do trabalho.

As possibilidades de produção sob outra lógica de organização da produção e distribuição de bens e serviços é no que se baseia a Economia Solidária, onde os agentes são detentores dos meios de produção e distribuição, e por consequência dos produtos de sua atividade. De forma alternativa ao modo de produção capitalista, a Economia Solidária configura-se em uma opção aos cidadãos marginalizados no mercado de trabalho (SINGER, 2000). Porém, sozinha, a Economia Solidária encontra dificuldades; por isso trabalha de forma arduosa, desenvolvendo parcerias com instituições públicas e privadas para a sua disseminação e fortalecimento. Dentre as instituições que têm potencializado esta filosofia, estão as de ensino, através de seus projetos de extensão, como é caso das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. Apoiada, por exemplo, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

A associação de trabalhadores constitui-se como estratégia de mudança social a partir da produção cooperativa, próprio do movimento dos trabalhadores. A possibilidade de produção sob a forma associada, cooperativa, pode fazer o resgate da cidadania a partir do trabalho. As diversas formas de autogestão possibilitam a produção sob a égide do trabalho e não do capital como estabelece a empresa capitalista.

Em relação ao crescimento e a consolidação da caprinovinocultura, como atividade inserida na dinâmica do agronegócio, passam a requer dos atores envolvidos nessa cadeia produtiva um novo posicionamento e uma nova postura quanto à lógica de funcionamento da atividade, principalmente no que concerne à visão tradicional dos processos de produção e comercialização. Os conceitos de produção e comercialização, sob a ótica do agronegócio, devem incorporar a transmissão do produto pelos vários estágios do processo produtivo. Esse novo enfoque requer um processo eficiente de coordenação, que o tradicional mecanismo de mudanças tem dificuldade de propiciar o que não difere da proposta da Economia Solidária.

1.2 Novas políticas de inserção para o desenvolvimento da cadeia produtiva na economia do município

O potencial de produção de carne, leite e pele tem sido considerado muito baixo nos animais nativos da região Nordeste devido às condições de criação dos animais. Por isso, têm sido introduzidos animais de raças exóticas para o melhoramento do plantel existente na região.

A capacidade de adaptação dos caprinos a uma ampla variação de condições climáticas e de manejo faz com que os mesmos apresentem maior eficiência produtiva que qualquer outro ruminante doméstico. Esta eficiência é comprovada pela existência de produção de caprinos em regiões onde não existem condições mínimas para o desenvolvimento de outra espécie, mesmo em nível de sobrevivência. Porém, não é recomendável que os animais sejam criados em condições insuficientes de alimentação.

No caso da cabra leiteira a nutrição e o manejo alimentar são os principais fatores responsáveis pelo aumento da produtividade dos animais. Os requerimentos nutricionais das cabras leiteiras variam de acordo com os locais, época do ano, estado fisiológico dos animais, nível de produção de leite, nível de tecnologia empregada na exploração, disponibilidade e palatabilidade dos alimentos. Em função destas características a cabra leiteira, em geral, ingere em sua dieta a parte mais rica do alimento oferecido, desperdiçando o restante do alimento.

Os planejamentos municipais ainda são uma prática em construção no Brasil, pois o sistema político administrativo brasileiro só permitiu uma abertura nessa direção a partir dos anos noventa do século passado. O processo de descentralização dos governos superiores atribuiu aos governos municipais a dimensão política/administrativa, configurando-se importante papel social a desempenhar no campo de crescimento e desenvolvimento dos interesses locais em conformidade com a autonomia que lhe compete.

O desenvolvimento local é o resultado da ação articulada dos diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos existentes em um município ou região, não se tratando apenas de políticas públicas, mas de uma nova cultura de ações voltadas à construção de um objetivo comum por parte destes agentes. A construção de um novo projeto de desenvolvimento depende, portanto, da capacidade de organização dos atores do próprio município de gerenciar os recursos locais, bem como de enfrentar os fatores externos à governabilidade local (MAGALHÃES; BITTENCOURT apud DONIAK, 2002).

Finalmente, as políticas públicas municipais devem sofrer uma ampla revisão para incorporarem não apenas o novo papel dos agentes locais no desenvolvimento das atividades socioprodutivas do município como também estar apta a se inserir ao novo padrão de produção flexível. O desenvolvimento sustentável da cidade passa necessariamente pela consolidação da

cultura democrática e participativa na gestão municipal e pela promoção de fortes interdependências econômicas locais baseadas em ações coletivas. Ao mesmo tempo, São Sebastião do Umbuzeiro deve ser amplamente preparada, do ponto de vista físico, técnico e organizacional (dos atores sociais) para se inserir no novo paradigma da cadeia produtiva.

1.3 Alternativas de superação para os problemas e dificuldades vivenciados com base nas possibilidades advindas do fortalecimento da cooperação na cadeia produtiva

Nas últimas décadas, a relação das atividades agropecuárias com o mercado (agronegócio) tem passado por uma significativa transformação. Na atual conjuntura, onde a globalização econômica é a palavra de ordem, os fluxos mercadológicos e comerciais têm que ser considerados com muita atenção, num complexo sistema que possibilite o fortalecimento da cooperação da cadeia produtiva.

Para poder superar problemas e dificuldades no plano inter e extra setorial, os produtores devem atentar para gestão da propriedade rural, priorizando os elementos norteadores: parcerias, associativismo, descentralização, sustentabilidade e governança.

As parcerias constituem ações de um conjunto de pessoas ou instituições com interesses comuns, que atuam visando objetivos previamente ajustados.

Segundo o Ministério da Agricultura o associativismo se constitui em alternativa necessária de viabilização das atividades econômicas, possibilitando aos trabalhadores e pequenos proprietários um caminho efetivo para participar do mercado em melhores condições de concorrência.

Com a cooperação formal entre sócios afins, a produção e comercialização de bens e serviços podem ser muito mais rentáveis, tendo-se em vista que a meta é construir uma estrutura coletiva das quais todos são beneficiários.

É indispensável para a efetiva aplicação da proposta, que os criadores de ovinos e caprinos se organizem junto as suas entidades representativas, estabelecendo formas de organização e atuação conjuntas, facilitando desta maneira o processo de administração do negócio, principalmente no campo da produção e comercialização.

A descentralização se caracteriza pela transferência de competências e responsabilidades de um poder central para diversas instâncias periféricas, ou seja, um modo de administração. No contexto empresarial descentralizar é transferir responsabilidades de maneira igual, no qual estas não são fechadas somente em alguns pontos da organização, e sim distribuídas entre todos os níveis, dando suporte às pessoas julgadas inferiores, tomarem suas próprias decisões.

Com relação à sustentabilidade, trata-se de um conceito sistêmico; relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. Tal conceito de sustentabilidade promover a exploração de áreas ou o uso de recursos planetários (naturais ou não) de forma a prejudicar o menos possível o equilíbrio entre o meio ambiente e as comunidades humanas e toda a biosfera que dele dependem para existir. Mesmo nas atividades humanas altamente impactantes no meio ambiente como a mineração; a extração vegetal, a agricultura em larga escala; a fabricação de papel e celulose e todas as outras; a aplicação de práticas sustentáveis nesses empreendimentos; revelou-se economicamente viável e em muitos deles trouxe um fôlego financeiro extra. De uma forma simples, podemos afirmar que garantir a sustentabilidade de um projeto ou de uma região determinada; é dar garantias de que mesmo explorada essa área continuará a prover recursos e bem estar econômico e social para as comunidades que nela vivem por muitas e muitas gerações. Mantendo a força vital e a capacidade de regenerar-se mesmo diante da ação contínua e da presença atuante da mão humana.

A governança deriva do termo governo, e pode ter várias interpretações, dependendo do enfoque. Segundo o Banco Mundial “governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, visando o desenvolvimento e a capacidade dos governos de planejar, formular e programar políticas e cumprir funções”.

Em geral, os fatores que limitam o desenvolvimento para o fortalecimento de uma cadeia produtiva estão relacionados com os aspectos geopolíticos e sociais da região da qual faz parte. O produtor deve estar atento aos seguintes fatores: política governamental para o setor, abastecimento de insumos, canais de comercialização, apropriação de tecnologia, - genética do rebanho, organização da cadeia produtiva, preço do produto, assistência técnica, acesso a mercados, linhas de financiamento, capacitação e treinamento, incentivo fiscal, fiscalização dos órgãos competentes.

2 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como de natureza descritivo-exploratória. A abordagem foi do tipo qualitativa.

Como instrumentos de coleta de dados foram utilizados: Levantamento bibliográfico, auxílio da *Internet*, questionários – foram dois tipos de questionário: um aplicado com os diretores do Centro Integrado de Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura (CENDOV) e da Associação dos Ovinocaprinocultores do Município de São Sebastião do Umbuzeiro; e outro aplicado com produtores rurais. O questionário foi composto em sua totalidade por 44 questões; Entrevistas semiestruturadas – com o objetivo de permitir observações pertinentes e adotando a flexibilidade para captar aspectos não contemplados pelos formulários. Houve, também, observações “in-loco” – a técnica da observação teve um papel essencial no estudo, uma vez que possibilitou o contato direto dos pesquisadores com o objeto de estudo.

2.1 Estudo de Caso: Associação da Caprinovinocultura de São Sebastião do Umbuzeiro/PB

O município de São Sebastião do Umbuzeiro, apesar de ter uma área de tamanho pequeno, se comparado a outros municípios do cariri, possui um rebanho tanto caprino quanto ovino superior a outros municípios de porte igual, isto não significa dizer que a ACOMSSU seja a mais representativa da região. Este fato nos induz a levantar a hipótese de que ela estar no raio de menor intervenção da associação e das vantagens advindas da cooperação como transferência de tecnologias apropriadas; apesar da produção de leite ser de significativa importância econômica e social, os produtores rurais têm menor chance de competir no plano inter e extra setorial para isso, devem atentar para a gestão da propriedade rural, incluindo a consciência profissional em busca do discernimento e da consciência crítica de suas necessidades, tanto em termos de subsistência quanto da expansão da ampliação do beneficiamento do leite.

No município de está presente a Associação dos Ovinocaprinocultores do Cariri Ocidental da Paraíba (AOCOP), que foi constituída em 28 de Novembro de 1997. A AOCOP reunia agricultores/criadores de caprinos e ovinos de 07 comunidades rurais do município de São Sebastião do Umbuzeiro. Sua fundação foi fruto da necessidade destes se organizarem, para implantar eletrificação nestas comunidades paramelhor desenvolverem suas atividades, face às mudanças que estas criações sofreram na região do Cariri Ocidental da Paraíba. No ano de 2001, fundou-se a ACOMSSU, que passou a buscar parcerias para a realização de seus objetivos que são o de possibilitar aos caprinovinocultores melhorias no rebanho e o fortalecimento da atividade. Dentre os primeiros parceiros estão a Prefeitura da cidade e a EMATER. Para atender esta produção crescente a Prefeitura da cidade e a ACOMSSU iniciaram a construção de uma usina de beneficiamento de leite em 2001 administrada pela ACOMSSU.

A estimativa é de que atualmente cerca de 35 produtores associados obtenham renda em maior ou menor escala, com a comercialização de leite para ACOMSSU; mas a produção de leite tem apresentado, ao longo de anos, uma trajetória de diminuição sensível e inconstante. Em 2001, segundo os funcionários a produção era de 150 litros/dia com apenas 8 produtores associados; em 2012 a diminuição da produção foi bastante significativa se comparada a anos anteriores, um fator relevante é a quantidade de associados, 32 apenas, porém 16 fornecem o leite para a usina, nessa lógica a demanda diminuiu, segundo conversa com alguns produtores, por fatores decorrentes da seca, o não pagamento por parte do Governo do Estado e a desorganização técnica dos gestores da associação. Neste ano de 2013, apesar de ainda existir alguns fatores negativos que influenciam, estima-se que a produção tenha atingido cerca de 415 litros/dia, aumentando um pouco mais a participação na produção.

3 RESULTADOS E ANÁLISES

De modo geral, para os produtores associados o leite passou a ser pouco atraente, portanto, as perspectivas para que uma cadeia se desenvolva depende da capacidade de produção de matéria prima.

Uma iniciativa que possibilitou um fator decisivo para o desenvolvimento da atividade leiteira caprina local foi o compromisso assumido pela prefeitura de São Sebastião do Umbuzeiro de adquirir diariamente 300 litros de leite para serem distribuídos com a população carente. A atual capacidade de beneficiamento da usina é de 1.200 litros/dia, sendo que atualmente a capacidade utilizada está em cerca de 420 litros/dia. O leite pasteurizado é atualmente o único produto da ACOMSSU, sendo que esta possui condições de fabricar queijos e iogurte a base de leite de cabra, porém, estas atividades não vêm sendo realizadas devido a produção atual de leite não ser suficiente para atendê-las em conjunto com o Programa do leite.

Uma iniciativa pioneira da parceria CENDOV/SEBRAE/ACOMSSU foi à criação dos Agentes de Desenvolvimento Rural (ADRs). Cada ADR (atualmente apenas um) atende, em média, 5 criadores, cadastrados ou não na ACOMSSU, que recebem uma visita por semana no caso dos produtores de leite. Eles orientam desde a escrituração dos animais, vacinação e prevenção das principais doenças até a nutrição e reprodução.

Tem-se como um dos pontos fracos a quantidade de associados que não fornecem o leite, são 32 produtores associados a ACOMSSU, porém apenas 16 fornecem o leite para a associação; há ainda a diminuição na produção de leite, em relação a 2001 que chegou a 1.200 litros/dia, e que atualmente varia entre 415 – 420 litros/dia.

O resultado para a caprinocultura leiteira no município de São Sebastião do Umbuzeiro é hoje bastante visível: 415/420 L diários de leite para atender à demanda dos programas governamentais sob a forma de leite pasteurizado e derivados deste produto. Consiste em uma miniusina de leite que está operando e um mercado quase que integralmente representado pelas compras governamentais. As vendas para outros mercados não são ainda visíveis, pois representam poucas vendas para o município de São João do Tigre e Barra de Santana.

Com a mudança de gestão da associação os produtores acreditam que a associação pode desencadear ações na da mobilização, da organização e da capacitação dos produtores, com vista a retomar aspectos da organização na produção de leite e seus derivados no Município. Como exemplo de algumas experiências vividas em outros municípios, a organização dos produtores deve seguir uma estratégia de diferenciação do seu produto, criando a imagem que os derivados de leite de cabra são iguarias e que possam vender a matéria prima com melhor qualidade.

4 CONCLUSÕES

Pode-se constatar neste estudo que a caprinovinocultura vem tendo estímulos por parte do poder público para o seu desenvolvimento e que o principal instrumento usado para isso é o programa de distribuição de leite e estímulo a produção deste através das associações.

A ACOMSSU vivencia efetivamente uma relação de confiança e cooperação, viabilizando a produção, levando todo o leite produzido, comprando insumos e distribuindo para produtores. Todas as ações desenvolvidas pelas entidades convergem no sentido do mútuo fortalecimento, uma garantindo a produção e a outra organizando o ambiente institucional. Existem por parte das instituições ações coletivas intencionais buscando ganhos para a caprinovinocultura. Assim, embora a associação tenha papel diferente, é complementar dentro do objetivo maior de dinamizar a atividade no município. A ACOMSSU é responsável pelo processamento e comercialização do leite caprino, transporta o leite de seus associados e organiza exposição de caprinos e ovinos. Percebe-se que esta associação tem um papel articulador junto a entidades de apoio governamentais, representando os interesses destes, trata-se de um papel eminentemente político.

Certamente a superação das dificuldades passará pelo grau de escolaridade e capacitação produtiva no município, onde os atores possam acessar conhecimentos que os credenciem a operar estruturas que exigem maior grau de complexidade técnica e gestão. A dinamização da caprinovinocultura, e conseqüente divisão equitativa de seus ganhos, passa diretamente pela ampliação da rede de solidariedade que hoje viabiliza a atividade, onde os envolvidos possam ajudar-se mutuamente e a produção sustentável sob a luz dos princípios da auto gestão e solidariedade possam continuar a diminuir as desigualdades regionais.

5 REFERÊNCIAS

ACOMSSU. Relação dos sócios da ACOMSSU. Associação dos criadores de ovinos e caprinos do município de São Sebastião do Umbuzeiro.

DONIAK, F. A. **Participação Comunitária no Processo de Desenvolvimento Local: Estudo do Caso do Município de Rancho Queimado**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC, 2002.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

Diagnóstico do conhecimento acerca das práticas de Economia Solidária: estudo de caso nas turmas da EJA em escolas do município de Sumé-PB

*Jaqueline Monteiro da Silva
Robson Fernandes Barbosa*

1 INTRODUÇÃO

A educação entendida como uma prática social que procura constituir indivíduos para a vida em sociedade deve apresentar uma visão que os possibilite uma compreensão da sociedade em todas as suas extensões. Contudo, é imprescindível um currículo que em seus conteúdos e em suas práticas permita uma problematização e reflexão crítica das relações sociais, das relações de poder existentes na sociedade.

É fundamental o reconhecimento da importância da economia solidária como alternativa de trabalho para a educação de jovens e adultos, uma vez que trata-se de uma economia voltada para a democracia e a garantia do direito de todos no empreendimento, considerando a participação de cada um tanto nos lucros quanto nos prejuízos da empresa. E, ainda, assegurando uma alternativa de trabalho aos jovens e adultos que não puderam concluir ou avançar em seus estudos no ensino regular.

Além da pesquisa teórica sobre a temática abordada, os dados coletados na pesquisa de campo realizada com alunos da EJA, destacaram muito a questão da falta de oportunidade, bem como, da falta de cursos para qualificação profissional, como maiores dificuldades para a inserção no mercado de trabalho.

Este estudo teve por objetivo geral demonstrar a importância da economia solidária como alternativa de trabalho para a educação de jovens e adultos.

1.1 Importância da Economia Solidária para a EJA

No contexto da educação atual, é possível perceber a importância da escola no que se refere à formação social do sujeito, pois é por meio das atividades e dos ensinamentos desenvolvidos em sala de aula, que o indivíduo torna-se um ser social, um cidadão apto a exercer a sua cidadania na sociedade na qual está inserido.

Desta forma, a educação no contexto atual tem o objetivo de desenvolver estratégias que valorize a palavra do educando e as suas experiências de vida e de trabalho, pois estas são essenciais no processo de formação integral e trabalho com o espírito de solidariedade e cooperação, que é justamente a proposta da economia solidária.

A educação comunitária, como uma expressão da educação popular, preocupa-se específica, mas não exclusivamente, com os setores excluídos da sociedade – principalmente excluídos do sistema econômico – não produtores e não consumidores – na busca de melhoria da qualidade de vida (GADOTTI, 2005).

Para Singer (2004), a educação deve ser concebida como um processo de transformação que permite ao ser humano desenvolver suas potencialidades inatas de acordo com determinados referenciais culturais. As estruturas e formas de sentir, pensar e agir, vão sendo construídas em interação com uma dada cultura, antes, durante e depois, dentro e fora das experiências escolares.

A escola deve desenvolver práticas que possibilite aos alunos da EJA vencer os diversos obstáculos do dia a dia escolar, para que possa possibilitar a construção de um ambiente democrático onde todos possam contribuir para o desenvolvimento de ações coletivas voltadas para a formação de uma sociedade mais justa.

Para Freire (2006, p. 15): “O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras”.

Desta forma, é possível observar que os conteúdos trabalhados com os alunos atendidos na Educação de Jovens e Adultos devem ter relação com seu cotidiano, uma vez que o processo educativo desenvolve-se entre sujeitos com trajetórias variadas, histórias e experiências de vida.

Logo, esta educação voltada para a formação integral do sujeito, que valoriza a palavra dos educandos e o trabalho solidário, aponta para a perspectiva de dialogar com a hipótese de que “[...] todo o ato educativo tem uma intencionalidade política que vai além do aprendizado de aspectos pontuais e tem como horizonte uma opção política por um protótipo de ser humano” (ARROYO, 1999, p. 29).

Portanto, muitas escolas de jovens e adultos buscam elaborar um planejamento voltado às experiências de vida dos estudantes, e que, valorize uma educação solidária, coletiva e transformadora, levando em consideração os tempos de aprendizagem de cada aluno.

A legislação brasileira no assunto, até a LDB de 1996, estava centrada na erradicação do analfabetismo. Contudo, mesmo na atual LDB pode ser visto na legislação sobre a Educação de Jovens e Adultos que não existe, designadamente, nada que aumente essa premissa. Todavia, o parágrafo primeiro aponta a importância de considerar a realidade do jovem e adulto.

Assim, a escola tem uma responsabilidade muito grande, com relação à Educação de Jovens e Adultos, pois deve propiciar um ambiente democrático e aberto a todos, possibilitando a aprendizagem de maneira harmoniosa e prazerosa, sendo ainda, significativa para os alunos.

Deste modo, a educação de jovens e adultos desenvolve uma didática direcionada ao trabalho coletivo, que prepara o sujeito para o trabalho em associações e cooperativas, propiciando a democracia e igualdade social a todos.

Assim, a economia solidária está relacionada à democratização, na qual são refletidos os valores de solidariedade e de reciprocidade e maneiras alternativas de produção e de consumo.

Para Singer (2005), a Economia Solidária apresenta-se como alternativa capaz de superar o capitalismo (mas que não necessariamente representa essa intenção) e retomar a questão do trabalho como prática inerente do ser humano e não como tarefa alienante.

Desse modo, a Economia Solidária é uma alternativa à precarização do emprego ou a exclusão deste no quadro que se configura a partir da reestruturação capitalista, principalmente, pelo fato da inserção da robótica e da computação nos meios de produção (RIBEIRO, 2002).

Neste sentido, a economia solidária, em suas diversas características, aparece como uma nova alternativa da sociedade excluída em reorganizar os sentidos do trabalho clássico em uma nova configuração produtiva, possibilitando a geração de renda e a qualidade de vida. A economia solidária é, portanto, uma alternativa de transformação social que envolve diversas formas de organização.

Portanto, existe uma relação muito importante entre a educação de jovens e adultos e a economia solidária, pois tal relação possibilita a capacidade de construir novas bases para a educação, tendo em vista que, a educação de jovens e adultos procura trabalhar a partir da realidade e das significações populares para então articular com os referenciais teórico construído pela cultura científica.

É possível perceber a importância da economia solidária como alternativa de trabalho na EJA, já que a mesma visa a democracia da educação e uma aprendizagem a partir das experiências dos alunos e, o trabalho solidário requer tais características.

A Economia Solidária, em parceria com a escola, contribui para a compreensão dos diversos fatores sociais que ocorrem com o aluno dentro e fora do contexto escolar, possibilitan-

do que sua formação enquanto cidadão contribua para a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária e, ainda, que as desigualdades, que não deveriam existir no espaço escolar, mas que ainda se percebe, sejam eliminadas, pois um espaço responsável em formar cidadão não deve apresentar situações de desigualdades.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada no desenvolvimento do projeto consistiu em uma pesquisa teórica com ideias e estudos fundamentados a partir de bibliografias sobre o tema através da investigação científica em artigos e periódicos especializados, livros e fontes da internet. Assim, o projeto abordou questionamentos e informações relevantes sobre o tema na visão de diversos autores.

Seguiu-se o seguinte roteiro de trabalho: Exploração das fontes bibliográficas; através da pesquisa bibliográfica, foi possível agrupar em uma única base de dados todas as informações coletadas, conseguindo-se obter um panorama mais completo sobre a importância da economia solidária como alternativa de trabalho para a Educação de Jovens e Adultos; foi realizada, ainda, uma pesquisa de campo, com alunos da turma da Educação de Jovens e Adultos de duas escolas públicas do município de Sumé, no Estado da Paraíba.

A pesquisa de campo ocorreu por meio da aplicação e análise de questionários aplicados a 30 alunos de 6º Ano do Ensino Fundamental e 3º Ano do Ensino Médio, na Escola Presidente Vargas e no Colégio Estadual José Gonçalves de Queiroz, localizadas no município de Sumé/PB.

3 RESULTADOS

A realização da pesquisa de campo forneceu dados relevantes, sendo importante destacar que, a maioria dos entrevistados (70%) é do sexo masculino, com idade entre 18 e 32 anos, com renda de até dois salários mínimos.

Foi perguntado aos entrevistados se eles sabem o significado do termo economia solidária, e 60% responderam que não tem conhecimento do se trata.

Sobre se os entrevistados tem algum conhecimentos sobre o cooperativismo e associativismo, 60% responderam que sim, têm uma certa compreensão sobre o que é o trabalho em cooperativas e associações. Isso é muito importante, pois trabalhando cooperativamente (Johnson e Johnson, 1990), os alunos ganham confiança nas suas capacidades individuais, além de que os conceitos matemáticos são melhores apreendidos como parte de um processo dinâmico em que os alunos interagem.

A Economia Solidária, em parceria com a escola, contribui para a compreensão dos diversos fatores sociais que ocorrem com o aluno dentro e fora do contexto escolar, possibilitando que sua formação enquanto cidadão contribua para a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária e, ainda, que as desigualdades, que não deveriam existir no espaço escolar, mas que ainda se percebe, sejam eliminadas, pois um espaço responsável em formar cidadão não deve apresentar situações de desigualdades.

Perguntou-se também aos entrevistados se eles já estão inseridos no mercado de trabalho e, se estão, de maneira formal ou informal, sendo que 60% responderam que sim, estão inseridos no mercado de trabalho, no entanto apenas 30% estão inseridos no mercado formal.

Sobre se como aluno da educação de Jovens e Adultos, já apresentaram alguma experiência com a economia solidária, 70% dos entrevistados afirmaram que não, o que justifica de certa forma o não conhecimento dos alunos sobre o significado do termo economia solidária.

Por fim, perguntou-se aos entrevistados quais as maiores dificuldades que eles acreditam enfrentar para inserirem no mercado de trabalho, tendo como principais respostas as

apresentadas a seguir: “é preciso estar bem preparado”, “faltam oportunidades na cidade”, “falta de cursos para qualificação” e “falta de experiência”.

Portanto, observou-se que a economia solidária e a educação de jovens e adultos devem caminhar juntas para que o trabalho cooperativo seja desenvolvido e o sujeito possa aprender e adquirir experiências que fazem parte da sua vida.

Contudo, nossa pesquisa apresentou algumas limitações, pois ainda existe pouco material para consulta bibliográfica sobre o tema, nos levando a leitura de periódicos simples e pequenas reportagens sobre a educação solidária e sua relação nas turmas da EJA.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa de campo observou-se que o termo economia solidária ainda é novidade para muitos alunos da Educação de Jovens e Adultos e, portanto, deve ser trabalhado nestas turmas, pois contribui para a inserção destes alunos no mercado de trabalho, por meio de uma atividade voltada para o associativismo e cooperativismo.

Através da análise dos questionários, observou-se que o trabalho cooperativo, trata-se de um pequeno processo de construção coletiva, em que dominam as necessidades sociais e culturais, mas que devem estar em sincronia com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos da inclusão no mercado, como nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação. É necessário, para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, o resgate histórico-cultural das formas de relacionamento dos seres humanos entre si e com o meio ambiente nas diferentes sociedades como forma de definir o padrão de bem-estar adequado a estas.

Conclui-se, portanto, que tendo em vista que a capacidade de socialização e de comunicação, interesse e responsabilidade no cumprimento dos trabalhos propostos em sala de aula, direcionados ao trabalho voltado diminuir a evasão nas turmas da EJA e inserir os alunos em movimentos sociais, fortalecer a integração família-escola, bem como garantir uma equipe de excelência para o desempenho das funções escolares.

5 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. As Relações Sociais na Escola e a Formação do Trabalhador. *In*: FERRETI, C. J.; SILVA JÚNIOR, J. dos R.; OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). **Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

FREIRE, P. Educação de Adultos: algumas reflexões. *In*: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006.

GADOTTI, M. Educação comunitária e economia popular. *In*: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Orgs.) **Educação comunitária e economia popular.** São Paulo: Cortez, 2005.

JOHNSON, D.; JOHNSON, R. Using cooperative learning in math. *In*: N. Davidson (Ed.), **Cooperative learning in mathematics.** S. Francisco: Addison-Wesley, 1990.

SINGER, P. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. *In*: KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: Inep, 2005.

SINGER, P. **Desenvolvimento às comunidades pobres.** Teoria e Debate, n. 59, ago./set. 2004.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H (orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil,** 2005.

Economia Solidária e o consumo ético: um estudo comparativo do tipo de consumo praticado por alunos(as) da EJA de duas escolas municipais do Cariri paraibano

*João Paulo de Melo Chagas
Robson Fernandes Barbosa*

1 INTRODUÇÃO

O tipo de consumo praticado atualmente vem sendo tema de pesquisa de vários autores devido ao impacto que pode proporcionar ao meio ambiente e a sociedade, gerando uma grande preocupação sobre os princípios adotados pelo consumidor ao praticar a compra de uma mercadoria ou contratação de um serviço, dependendo dos princípios de consumo adotados pode ter interferência direta na natureza, através da exploração dos recursos naturais de uma forma não sustentável e degradante, onde a natureza é vista como uma simples fornecedora de matéria-prima.

A Economia Solidária aparece como uma nova alternativa de produção, comercialização e consumo. Que apresenta concepções de consumo que estimula princípios de igualdade, solidariedade e preocupação com o meio ambiente, como: consumo Verde, Consumo Solidário, Consumo Ético e outros.

Na tentativa de provocar mudanças no modo de consumir da população surge o movimento do consumo ético, que de certo modo enfatiza a prática de consumo desempenhada pelo consumidor como um voto silencioso, que através desta relação de consumo que decidimos quais empresas lideraram o mercado (FRETEL, SIMONCELLI-BOURQUE, 2003).

A prática de consumo deve atuar como uma ponte de integração entre o coletivo e o individual de modo que o consumidor na escolha de seus produtos deve incorporar preocupações não apenas com o seu bem-estar, mas se realmente esse produto ou serviço adquirido pode trazer alguma consequência para a sociedade e para o meio ambiente.

Partindo desta temática, este trabalho propõe-se apontar o tipo de consumo praticado, por alunos(as) da Educação de Jovens e adultos da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo e da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Cônego João Marques Pereira, ambas localizadas no cariri paraibano, bem como, realizar um estudo comparativo do tipo de consumo praticado por esse público

Este estudo tem como objetivo geral comparar o tipo de consumo praticado por alunos(as) da educação de jovens e adultos de duas escolas municipais do cariri paraibano, em particular da Escola Municipal de Ensino Fundamental e médio Cônego João Marques Pereira, Serra Branca-Paraíba e da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo, Congo-Paraíba. Quanto aos objetivos específicos: 1-Contextualizar a economia solidária com foco no consumo ético; 2-Construir, baseado em dados coletados o tipo de consumo praticado por alunos (as) da Educação de Jovens e Adultos das duas escolas municipais do cariri paraibano; 3-Comparar o tipo de consumo praticado por alunos(as) da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Cônego João Marques Pereira, Serra Branca-Paraíba, e da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo, Congo-Paraíba.

Os procedimentos metodológicos aplicados neste trabalho foram utilizados com a finalidade de realizar um estudo comparativo do tipo de consumo praticado pelos alunos da educação de jovens e adultos. Com ênfase aos alunos da Educação de Jovens e Adultos da E. M. E. F. M. Cônego João Marques Pereira, Serra Branca-PB, e da E. M. F. do Congo, Congo-PB. Ambas as cidades são localizadas na microrregião do cariri ocidental, e de acordo com o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), dados de 2010: Serra Branca conta com uma população

de 12.973 habitantes e uma área de 686.915 km², e o Congo conta com uma população de 4.687 habitantes e uma área de 333.471 km².

Quanto ao tipo de pesquisa, optou-se pelo estudo Descritivo. Dessa maneira, este estudo tenta explicar por meio de explicações e descrições sobre os alunos da amostra em questão, dados que podem ser utilizados para realizar uma melhor análise sobre o a temática. Portanto, foi utilizado o método indutivo que de acordo com Figueiredo e Souza (2011, p.93), “é aquele que parte do particular para o geral, isto é, através de uma cadeia ascendente, chega-se a uma conclusão”.

De acordo com objeto de estudo, a Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo conta com 394 alunos(as), em que 343 estão matriculados no ensino fundamental I e II, e 47 alunos na Educação de jovens e adultos. Já a Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Cônego João Marques Pereira, conta com um total de 641 matriculados, em que 90 matriculados no ensino médio, 498 no ensino fundamental I e II, e 53 na educação de jovens e adultos.

Neste estudo, a amostra foi totalitária, ou seja, foi igual ao conjunto universo. Dessa forma não foi necessário retirar parte da população, de maneira que o questionário foi aplicado a 100% da população, visto que constam apenas 100 alunos matriculados na educação de jovens e adultos das referidas escolas. Ressaltando que só foram recebidos 80 questionários, 40 de cada escola, ou seja, a pesquisa foi realizada com 80% do total de alunos das duas escolas.

Por ser uma pesquisa de campo, com estudo quali-quantitativo foi aplicado um questionário com 13 questões. Além da aplicação do questionário, foram utilizados livros, revistas, monografias, periódicos, análise de documentos e pesquisa em sites.

1.1 Considerações sobre a Educação de Jovens e Adultos

A educação é vista como um processo de construção do ser humano, e que o ser humano se constitui na sua ação individual e coletiva, nas múltiplas ações pela conquista da sua identidade (FREIRE, 2003).

A Educação de Jovens e Adultos é compreendida como resultado conquistado através de um grande processo de lutas e reivindicações dos grupos populares para garantir acesso ou permanência ao sistema formal de educação. A educação de jovens e adultos como uma política de estado atualmente tenta falar a língua do educando, por meio de um currículo específico em que os procedimentos metodológicos e os processos didáticos que valorize suas vivências, suas experiências, e adequando-se a um público que necessita de uma metodologia diferenciada.

A educação de jovens e adultos busca em vários meios compreender o mundo contemporâneo enfocando sempre as práticas educativas que priorize uma construção de uma consciência crítica em seu educando, que dessa forma permita que o mesmo consiga se liberar da alienação ideológica imposta pela elite dominante, que a produção do conhecimento esteja sempre almejando uma educação para a liberdade, que faça com que aja por parte do educando a recusa do autoritarismo e da manipulação e esteja sempre a serviço de uma visão de mundo (BRANDÃO, 2003 apud ADAMS 2010).

Esse novo saber atingido pelo educando o proporciona compreender o conhecimento de forma mais sistemática e crítica em que o ajuda em sua caminhada ao mercado de trabalho, por meio de sua qualificação.

Para Carneiro (2004), os educandos que compõem as turmas da Educação de Jovens e Adultos têm “autoestima baixa, trazem consigo sentimento de inferioridade, marcado pelo fracasso escolar, como resultados de reprovações do não aprender”. Essas turmas são compostas por jovens urbanos residentes nas periferias das cidades ou na zona rural, pessoas que precisam de certificação para uma promoção no trabalho, ou que despertaram para na busca de adquirir novos conhecimentos.

De acordo com Freire apud Arruda (2003), esses jovens e adultos buscam a educação

na EJA não com o simples desejo abstrato de saber, mas sim com desejos concretos para melhorar de emprego, conseguir um trabalho que lhe proporcione uma renda maior, melhorando assim sua condição de vida e de sua família.

Nessa perspectiva eles caminham à procura de uma inclusão, ou seja, sair da condição que se encontra no mercado de trabalho, procurando assim um trabalho que lhe proporcione mais felicidade. A felicidade está ultimamente associada ao consumo, aos bens materiais, em que o cidadão é incentivando a trabalhar cada vez mais para consumir.

1.2 O que é Economia Solidária

A economia solidária se apresenta de diversas formas econômicas onde as pessoas se associam para produzir e reproduzir meios de vida pautados em reciprocidade e igualdade, tendo como exemplo uma cooperativa de produção em que os mesmos que produzem também tomam decisões, ou seja, gerenciam a mesma (CUNHA, 2003). Ainda para Cunha (2003, p. 47), “participar de uma cooperativa ou de uma forma econômica solidária é uma experiência que pode educar para a prática política e para o exercício consciente de direitos e deveres políticos”.

A economia solidária de acordo com Arruda (2005, p. 35), promove o “consumo ético, crítico e solidário. Cada habitante busca o atendimento das suas necessidades na partilha dos bens, e não na apropriação privada deles à exclusão dos outros. Partilhando o que tem ou produz, “ele gera satisfação para os outros e predispõe os outros a fazerem o mesmo em relação a ele ou a ela [...], produção autogestoinária dos bens e dos serviços [...], trocas solidárias com base na busca do ganho para o produtor e para o consumidor [...], finanças solidárias [...], a educação não como fim em si, mas como via de empoderamento dos educandos para tornarem-se gestores competentes de seus empreendimentos cooperativos e sujeitos só seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social”.

1.3 O comércio justo como prática alternativa

Segundo Fretel e Simoncelli-Bourque (2003), entende-se por comércio justo a associação comercial orientada para um desenvolvimento sustentável para os produtores excluídos ou em desvantagem, propondo melhores condições comerciais como preço justo para os produtores e educação para os consumidores. Por tanto o comércio justo busca diminuir o número de intermediários entre os produtores e os consumidores e pagar pelos produtos um preço estável com objetivo de melhorar a renda dos produtores.

De acordo com alguns autores, o comércio justo teve início no território Brasileiro a partir do ano de 2001, quando organizações de produtores e representantes governamentais, passaram a articular-se na busca de respostas a uma das principais demandas dos produtores brasileiros, a criação alternativa de comercialização, em escala nacional e também internacional, que garantissem a sustentabilidade financeira e a melhoria na capacidade organizacional dos empreendimentos prejudicados pelo sistema atual produção, comercialização e consumo. Neste sentido, o movimento do Comércio Justo no Brasil percorreu um caminho idêntico ao da economia solidária e agricultura familiar.

1.4 As perspectivas do consumo ético

O consumo vem sendo tema de vários estudos devido ao impacto que causa na sociedade, pois esse consumo de uma forma exaustiva ao meio ambiente está empreguinado na mente de cada consumidor que prioriza o consumo exagerado, sem nem uma preocupação com os recursos naturais, tendo em vista que esses recursos são finitos e podem fazer falta para

as gerações futuras. Mesmo assim fica difícil compreender essa cultura de consumo em massa, praticada por uma parcela da população. Parcela esta que torna-se alienada por essa prática de consumo.

De acordo com Fretel e Simoncelli-bourque (2003), para construir um paradigma de consumo responsável e consciente, deve-se estimular a reflexão sobre as consequências ecológicas e humanas dos padrões de consumo, questionando o atual consumo que deteriora a natureza e afeta a cultura e os valores humanos. Promover novos padrões de consumo que defendam o meio ambiente respeite a cultura e os valores da convivência humana baseados na equidade, na sustentabilidade, na responsabilidade, na solidariedade e na qualidade de vida.

Nessa perspectiva pode-se observar a profunda relação entre a possível relação de consumo desenvolvida com uma preocupação com os recursos natureza, com a sustentabilidade econômica e com o desenvolvimento social.

Com uma maior produção surgiu também um maior consumo, ou seja, um consumo exagerado, em que os preceitos econômicos ditavam o desenvolvimento pautado nas relações comerciais em que quem pode consome mais, e sem desenvolver nem uma preocupação com a sustentabilidade ecológica e o desenvolvimento social. Para tentar enfrentar esse problema surgiram várias propostas, como o consumo verde, consciente, ético, responsável ou sustentável.

A compra solidária e motivada por sentimentos de caridade e de altruísmo das pessoas que combatem o abismo cada vez mais profundo entre ricos e pobres. Com a compra de um produto justo fazem uma boa ação e sentem-se bem com isso, ainda que tenham que pagar um preço mais caro do que o de mercado tradicional. Compra-se o produto por motivos emocionais e pela satisfação de ajudar o próximo. Como se pode ver, está é uma visão muito estrita da ideia de solidariedade que se limita a caridade e ao altruísmo, e que deveria ser superada pelo movimento (FRETEL e SIMONCELLI-BOURQUE, 2003).

Compreende-se que o consumidor ao realizar esse tipo de compra não se preocupa com a qualidade do produto se realmente justifica seu preço, não se preocupa com variáveis que podem contribuir para uma exploração e desperdícios dos recursos dos recursos naturais e exploração de trabalho em sua fabricação:

Mance (2000), apud Singer (2002), escreve que consumir um produto que possui as mesmas qualidades que os similares – sendo ou não um pouco mais caro – ou um produto que tenha uma qualidade um pouco inferior aos similares – embora seja também um pouco mais barato – com a finalidade indireta de promover o bem-viver da coletividade (manter empregos e reduzir jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não estatais etc.) é o que denominamos aqui como consumo solidário.

Desse modo entendemos compra consciente como um ato de inteira cidadania, pois o consumidor no ato da compra não pensa só nele, pensa em todos de um modo geral na maneira em que se preocupa em comprar produtos fabricados de acordo com as leis trabalhistas e com total respeito ao meio ambiente.

2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

2.1 Perfil dos Participantes da Pesquisa

A Tabela 1 retrata o perfil dos participantes da pesquisa a respeito do gênero e da faixa etária dos(as) alunos(as) da Educação de Jovens e Adultos Da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo, Congo, PB, e da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Cônego João Marques Pereira, Serra Branca, PB.

Tabela 1 – Perfil dos pesquisados.

| VARIÁVEL | CATEGORIA | E. M. E. F. M. CÔNEGO JOÃO M. PEREIRA. | | E. M. E. F. do CONGO | |
|--------------|------------------|--|-------|----------------------|-------|
| | | Membros | % | Membros | % |
| Gênero | Masculino | 28 | 70% | 25 | 62,5% |
| | Feminino | 12 | 30% | 15 | 37,5% |
| Faixa Etária | De 15 a 21 anos | 29 | 72,5% | 25 | 62,5% |
| | De 22 a 30 anos | 5 | 12,5% | 13 | 32,5% |
| | De 31 a 42 anos | 4 | 10% | 1 | 2,5% |
| | Acima de 42 anos | 2 | 5% | 1 | 2,5% |

Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Compreende-se que a Educação de Jovens e Adultos destas duas escolas está sendo frequentada por alunos em sua maioria mais jovens, e também os alunos do sexo masculino apresentam-se em maior número. Observando ainda que Serra Branca a apresenta a maior diferença entre o número e participantes do sexo masculino e feminino, em relação ao Congo. Observou dessa forma que a Educação de Jovens e Adultos em ambas as escolas apresentam um público em sua maioria jovem, destacando se assim a EJA da Escola da cidade de Serra Branca, em que 72,5% dos participantes têm idades entre 15 e 21 anos, e apresenta também a maior taxa de participantes do sexo masculino, em que corresponde a 70%.

Com relação ao mercado de trabalho, os participantes que estudam na E. M. E. F. M. Cônego João Marques Pereira, Serra Branca, de 40 participantes; 40% (16 participantes) estão desempregados, 25% (10 participantes) não trabalham e 35% (14 participantes) trabalham. Quanto aos participantes que estudam na E. M. E. F. do Congo, Congo-Paraíba, de 40 participantes; 45% (18 participantes) declararam que estão desempregados, 30% (12 participantes) não trabalham e 25% (10 participantes) trabalham.

Com referência à renda familiar dos participantes que estudam na E. M. E. F. M. Cônego João Marques Pereira, 27,5% (11 participantes) declararam renda familiar menor que 1 salário mínimo, 62,5% (25 participantes) declararam renda familiar igual a 1 salário mínimo e 10% (4 participantes) declararam renda familiar maior que 1 salário mínimo. Quanto aos participantes que estudam na E. M. E. F. do Congo, Congo-Paraíba de 40 participantes: 42,5% (17 participantes) declararam que tem renda familiar menor que 1 salário mínimo, 55% (22 participantes) declararam renda familiar igual a 1 salário mínimo e que apenas 2,5% (1 participante) tem renda familiar superior a 1 salário mínimo.

Quando perguntados a respeito do motivo que mais contribuiu para os participantes frequentar a EJA, 25% (10 participantes) dos participantes da E. M. E. F. M. Cônego João Marques Pereira, Serra Branca-Paraíba, responderam entraram na EJA devido a um grande número de reprovação no ensino regular, 12,5% (5 participantes) ingressaram em busca de conhecimento, 42,5% (17 participantes) pela simples facilidade de terminar mais rápido e 20% (8 participantes) por motivo de trabalho. Quanto aos participantes da E. M. E. F. do Congo, Congo-Paraíba, 22,5% (09 participantes) ingressaram na EJA devido a sucessivas reprovações no ensino regular, 27,5% (11 participantes) entraram em busca de novos conhecimentos, 32,5% (13 participantes) pela simples facilidade de terminar mais rápido e 17,5% (7 participantes por motivo de trabalho).

2.2 Comparação do Tipo de Consumo dos Participantes da Pesquisa

Quanto ao hábito de práticas diárias dos participantes, com relação ao meio ambiente: quanto ao hábito de “economizar água”, os participantes de Serra Branca superaram os participantes do Congo em 10 pontos percentuais; quanto ao hábito de “economizar energia” os participantes de Serra Branca superaram os participantes do Congo em 5 pontos percentuais; quanto ao hábito de não “desperdiçar alimentos” os participantes de Serra Branca Superaram os participantes do Congo em 5 pontos percentuais; quanto ao hábito de “não jogar lixo no chão” os participantes de Serra Branca superaram os participantes do Congo em 5 pontos percentuais. Ficando claro desse modo que os participantes de Serra Branca e do Congo tem um hábito de práticas diárias de respeito ao meio ambiente, mantendo assim um consumo em um nível mais aceitável. Destaque para os participantes de Serra Branca que apresentaram em todos os itens, um maior preocupação em preservar só recursos naturais em relação aos participantes do Congo.

Quanto à preocupação ao praticar o consumo de uma mercadoria ou serviço, observou-se ou seguinte: quanto a preocupação em relação “De onde vem?” os participantes de Serra Branca demonstram uma maior preocupação em relação aos participantes do congo, com uma diferença de 5 pontos percentuais; Quanto à preocupação com “Quem o produziu?” os participantes de Serra Branca demonstraram um maior preocupação do que os participantes do Congo, apresentando uma diferença de 10 pontos percentuais; Quanto à preocupação “Em que condições de trabalho?” os participantes do Congo demonstraram uma maior preocupação que os participantes de Serra Branca, apontando uma diferença de 5 pontos percentuais; Quanto à preocupação “Com quais consequências para o meio ambiente?” os participantes de Serra Branca apresentaram um maior preocupação do que os participantes do congo, com uma diferença de 30 pontos percentuais. Desse modo fica evidente que os participantes de Serra Branca ao praticar a relação de consumo de uma mercadoria ou um serviço demonstraram uma maior preocupação do que os participantes do Congo em três dos três seguintes itens: De onde vem? “Quem os produziu?” e “Com quais consequências para o meio ambiente?” E para o item: “Em que condições de Trabalho?”, os participantes do Congo apresentaram uma maior preocupação que os participantes de Serra Branca.

Quanto ao tipo de consumo praticado pelos participantes de Serra Branca e os participantes do Congo, eles praticam um consumo ético, pois de acordo com Fretel e Simoncelli-Bourque (2003), para praticar um consumo ético tem que ser curioso e se preocupar com relação aos seguintes itens: De onde vem? Quem os Produziu? Em que condições de Trabalho? e Com quais consequências para o meio ambiente? Ao consumir uma mercadoria ou um serviço. E de acordo com os dados analisados mais de 50% dos participantes demonstraram se preocupação com todos esses itens.

Observa-se que o alunado da EJA da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Cônego João Marques Pereira, Serra Branca-Paraíba e da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo, Congo-Paraíba, é em sua maioria alunos jovens e que buscam essa modalidade de educação com a simples finalidade de terminar os estudos em menos tempo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os estudos e análises realizadas, verificou-se que o consumo praticado de acordo com os princípios da Economia Solidária contribui para a conscientização dos consumidores e para estabelecerem relações de compras compromissadas com a sustentabilidade econômica e ecológica, sendo de fundamental importância para estabelecer relações comerciais mais justas e mais humanas.

Verificando o tipo de consumo praticado por alunos(as) de duas escolas municipais do cariri paraibano percebeu-se uma grande preocupação em relação à origem, quem os produziu,

em que condições de trabalho e quais consequências para o meio ambiente esse produto ou serviço pode oferecer.

Comparando o tipo de consumo praticado por alunos da educação de jovens e adultos da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Cônego João Marques Pereira e da Escola Municipal de Ensino Fundamental do Congo, ambas localizadas no cariri paraibano, constatou-se que os(as) alunos(as) têm o hábito diário de preservar água, energia, não desperdiçar alimentos e não poluir o meio ambiente jogando lixo no chão. Quanto ao consumo os alunos(as) de Serra Branca demonstraram uma preocupação em saber a origem desses produtos, saber quem os produziu e quais consequências os mesmos podem gerar para o meio ambiente, e que os alunos(as) do Congo demonstraram uma maior preocupação do que os de Serra Branca com as condições de trabalho que esse produto foi fabricado.

4 REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. **Humanizar o infra-humano a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxex e Economia Solidária.** Petropolis: Vozes, 2003

FIGUEIREDO, A. M. de; SOUZA, S. G. de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações, e teses:** Da redação científica a apresentação do relatório final. 5. ed. Rio de Janeiro, Lumem Juris, 2011.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer:** teoria e prática em educação popular. 11 ed. Petropolis, Rio de Janeiro.Vozes. 2003.

FRETEL, A. C.; SIMONCELLI-BOURQUE, E. **O comércio Justo e o Consumo ético.** Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária.** 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Educação e trabalho emancipado: um estudo sobre a Associação de Pescadores de Camalaú-PB (APESCA)

*Ezequiel Sóstenes Bezerra Farias
Maria da Conceição Gomes de Miranda*

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a pesca expressa grande importância devido à extensão de sua rede hidrográfica. Sendo assim, os recursos pesqueiros marítimos, costeiros e continentais constituem importante fonte de renda, de trabalho e de alimento, contribuindo para com a permanência do homem no seu local de origem.

Em consequência da insustentabilidade e violência no atual sistema de mercado, foi que surgiram inúmeras experiências de organização coletiva e de reestruturação da produção pesqueira na microrregião do Cariri paraibano, inclusive no município de Camalaú-PB, frente ao seu potencial hídrico, no qual foi criada em 21 de abril de 2001 a Associação de Pescadores (APESCA), com o objetivo de promover o desenvolvimento social e econômico da comunidade de pesca, apoiando a comercialização coletiva e a produção dos associados e associadas, estimulando ações que reforcem a união, a cooperação e a solidariedade entre os associados, bem como desenvolver ações educacionais, culturais e filantrópicas.

Desta forma, o problema de pesquisa consistiu em conhecer qual a relação entre educação e trabalho para a emancipação dos sujeitos da APESCA. Para tanto, nosso objetivo geral foi analisar a relação entre a educação e trabalho para a emancipação dos sujeitos da APESCA.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Educação formal

O espaço da escola é marcado pela formalidade, pela regularidade e pela sequencialidade quanto à construção e repasse do conhecimento. Este, que através das práticas curriculares, deixa de considerar as práticas concretas daqueles que transmitem esses conteúdos cotidianamente, bem como o caráter. Uns dos problemas percebidos depois das várias práticas tidas na atualidade como arcaicas, é que as mesmas, muitas vezes, estavam desassociadas das realidades vividas fora do espaço físico institucional, perdendo, o conhecimento, o sentido para vida (GASPAR, 1998).

O espaço formal, portanto, configura-se em um espaço onde acontece o processo de escolarização dos sujeitos, com metodologias que objetivam o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, avaliando por meio de um currículo formal a construção do conhecimento.

2.2 Educação não-formal e informal: nuances para o desenvolvimento dos sujeitos

De acordo com Gadotti (2005), a educação não-formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não-formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.

Destacamos o conceito de educação não-formal como sendo uma atividade educacional organizada e sistemática que pode acontecer fora da escola, organizados por ONG's, associações, sindicatos, entre outros.

Durante a história das civilizações humanas, sejam elas orientais ou ocidentais, o cotidiano sempre nos possibilitou novas aprendizagens informais e a vida exigiu muito mais que meros conhecimentos escolares para que se atingisse o grau de desenvolvimento desejado a cada época. A educação informal remete-se a escola da vida, onde por meio desta o conhecimento é milenar e nos proporcionou desde o pretérito até os dias presentes, a nossa existência.

2.3 Educação, trabalho e emancipação dos sujeitos

Perante a concepção neoliberal de trabalho, o processo educacional deixa em alguns aspectos de ser cidadão e libertador, pois o mesmo objetiva especificamente transformar o homem diante o seu potencial produtivo e não por meio de ações emancipatórias.

De acordo com Frigotto e Ciavatta (2003), este compromisso se expressa no campo educacional com vocábulos como: qualidade total, sociedade do conhecimento, educar por competência e para a competitividade, empregabilidade, cidadão ou trabalhador produtivo, etc. Estimulando, pois, através do enxugamento de saberes e técnicas agora meramente operacionais, o individualismo e a competitividade.

Por meio da consciência, o homem tem o poder de repensar e de recriar o mundo como objeto e de se adaptar ao mesmo por meio do trabalho. Sendo assim, cada vez mais os espaços naturais vão ganhando traços culturais e se artificializando.

Mesmo no interior das instituições “educadoras” reproduzem-se as desigualdades e o controle, contrapondo-se perante as práticas existentes a educação libertadora, humanista, conscientizadora e politizadora, oferecida por Paulo Freire. Ainda segundo o mesmo, a libertação do oprimido será possível por meio da educação.

Conforme explicita Adorno (1995), uma democracia não deve apenas funcionar, mas, sobretudo, trabalhar o seu conceito, e para isso exige pessoas emancipadas. Só é possível imaginar a verdadeira democracia com uma sociedade de emancipados. Ainda, segundo o mesmo, torna-se evidente em uma democracia a exigência de emancipação.

A inter-relação entre educação, trabalho e emancipação, nos leva a deduzir que a concretização de uma sociabilidade emancipada, requerida por Adorno (1995), passa pela efetivação do trabalho emancipado, reconfigurando por meio de processos educativos uma cultura de submissão e subordinação vigente no mundo do trabalho.

2.4 Associativismo e Economia Solidária

Para Ganança (2006), as associações poderiam ser consideradas como escolas de civismo, de convivência democrática, de colaboração e de aplanamento de posicionamentos mais radicalizados com relação à normalidade e à estabilidade social e cultural vigentes.

Desta forma, entender a atual conjuntura do associativismo na região nordeste, é conhecer e entender o movimento da Economia Solidária desde a sua gênese, como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as) como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza, assim como está inserido na carta de princípios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

De acordo com Singer (2002), os ensaios de Economia Solidária surgem por meio da classe operária no início do capitalismo industrial, os quais são decorrentes dos problemas socioeconômicos que se impulsionaram com o advento das máquinas industriais que aos poucos substituíram a mão de obra humana no início do século XIX.

Para Laville (1994), a Economia Solidária é um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de

relações competitivas, cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela ainda se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional.

O crescimento de empreendimentos econômico-solidários no contexto brasileiro se deve a vários fatores, entre os quais vale destacar: a resistência dos trabalhadores à crescente exclusão, desemprego urbano e a desocupação rural resultantes da expansão agressiva dos efeitos negativos da globalização da produção capitalista (SINGER, 2002).

3 METODOLOGIA

O presente estudo realizou-se no Município de Camalaú, Estado da Paraíba, em sua mesorregião da Borborema e microrregião do Cariri Ocidental, distante a 331,7 Km (trezentos e trinta e um quilômetros e setecentos metros) da capital João Pessoa. Especificamente na Associação de Pescadores do município de Camalaú-PB em agosto e setembro de 2013.

A mesma realizou-se *in loco*, com objetivo de pesquisa de natureza descritiva e exploratória, utilizando a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo, com anotações no diário de campo do pesquisador e relatórios.

Os fundamentos epistemológicos da pesquisa foram quali-quantitativos, onde por meio destes, possibilitou-se a análise acerca da realidade a ser investigada de forma mais lúcida e complementar possível.

A amostra ocorreu na APESCA em Camalaú-PB com a Presidenta, a Sr.^a Maria de Fátima e com os associados, onde diante de um universo de 71 associados foram questionados 40, ou seja, 56,3% do total de associados.

Foi aplicado um tipo de questionário com quarenta associados com questões abertas, fechadas e mistas, estas sendo, quatorze fechadas, cinco abertas e quatro mistas. As questões ainda dividiram-se em três blocos temáticos de análise: perfil dos sujeitos de pesquisa, questões relacionadas ao trabalho e questões relacionadas a aspectos político-educativos. Foi aplicado ainda, um tipo de entrevista com a presidenta da APESCA e com um ex-presidente, contendo cinco questões.

Quanto aos procedimentos de coleta de dados foi utilizada a observação, um tipo de entrevista aplicada a presidenta da APESCA e a um ex-presidente e um tipo de questionário aplicado a quarenta associados com questões abertas, fechadas e mistas.

Quanto à observação *in loco*, a mesma ocorreu por meio de visitas intermitentes e durante a observação foram anotados em caderno de campo os seguintes aspectos: participação coletiva, processo educativo, processo produtivo e organização administrativa.

Quanto à análise dos dados, objetivou-se uma melhor apresentação dos resultados por meio de tabelas e gráficos, utilizando-se o método estatístico descritivo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No universo de 71 associados, foram questionados 40, dos quais 45% eram do gênero feminino, ou seja, 18 mulheres. Em uma atividade caracterizada historicamente como sendo masculina, os dados denunciaram a concordância entre a realidade presenciada e o estabelecido no artigo quinto do Estatuto Social da APESCA.

Quanto à faixa etária, notou-se que maior parcela dos associados ocupa a média etária entre 41 e 50 anos, ou seja, 28% correspondentes ao número de 11 associados. Observa-se ainda, que quase metade, cerca de, 48% dos sujeitos questionados estão acima dos 40 anos de idade, demonstrando a presença e importância histórica da pesca na região.

Embora a pesca seja uma atividade caracterizada como rural, 72% (29) dos associados da APESCA e suas instalações estão situados na zona urbana do município de Camalaú-PB.

Quanto ao tempo de participação dos associados, percebe-se a baixa porcentagem de indivíduos que se associaram nos últimos três anos, apenas 2%, ou seja, um entre quarenta questionados se associou. Porém, vinte e quatro pescadores (55%), se associaram nos últimos 10 anos, período coincidente as transformações das políticas públicas federais quanto à atividade pesqueira.

Quanto ao grau de escolaridade, 35% (14) dos associados não terminaram o Ensino Fundamental e 50% (20) não tiveram acesso ao Ensino Médio, pois os mesmos, desde cedo, tiveram que confrontar e dividir seu tempo de trabalho com o tempo de estudo.

Percebeu-se que a faixa etária mais elevada ocorre entre os homens e a menor grau de escolaridade, representando o fato de a pesca ser historicamente uma atividade masculina, onde boa parte destes homens dedicou maior parte do seu tempo ao trabalho e não tinha acesso à educação formal.

Em referência à sustentação econômica dos associados, 52% declararam receber menos que um salário mínimo e 73% afirmaram viver apenas da pesca para sobreviver.

As informações quanto à rentabilidade dos pescadores associados foram contrariadas nos relatos da presidenta da APESCA, pois segundo a mesma, maior parte dos associados oculta seu patamar econômico no temor de perder os auxílios governamentais, sendo os interesses econômicos, um dos principais motivos pelos quais a maioria se associou como representado no Quadro 1.

Quadro 1 – Principais respostas dos atores da APESCA, referentes aos motivos pelos quais se associaram.

| ATORES | RESPOSTAS |
|--------|---|
| AI | 14 dos questionados tiveram em suas respostas motivos ligados a melhoria nas condições de renda familiar. |
| AII | 09 dos questionados tiveram em suas respostas motivos ligados a identificação familiar com a pesca e satisfação profissional. |
| AIII | 06 dos questionados tiveram em suas respostas motivos ligados a obtenção de conhecimento e a capacitação quanto às técnicas da pesca. |
| AIV | 03 dos questionados tiveram em suas respostas motivos ligados aos benefícios governamentais destinados aos associados. |
| AV | 07 dos questionados tiveram em suas respostas motivos ligados a questões de promoção social. |

Fonte: Dados referentes à pesquisa, 2013.

As informações explicitadas referentes aos motivos da associação estão em acordo à concepção quanto a principal função de uma associação, onde 53% (21) afirmaram ser a atividade comercial o principal objetivo da APESCA.

De acordo com os dados coletados, 9,33% dos associados tiveram participação em movimentos sociais, a exemplo do Movimento Sem Terra, nesses movimentos, está presente o cidadão coletivo que reivindica, baseado em interesses coletivos de diversas naturezas.

Entre os espaços de construção do conhecimento, os que mais foram referenciados como essenciais foram à associação e o cotidiano, onde 51% (20) dos associados afirmaram ser a associação e 46% (18) dos associados afirmaram ser o cotidiano. Nestes dois espaços citados estão presentes os modelos de educação informal e não-formal, subtendendo-se assim, a desvinculação ou a não percepção da educação formal diante das necessidades evidentes do espaço de trabalho dos pescadores.

Quanto aos projetos de capacitação oferecidos aos associados no que compete à educação não-formal, 70% (28) dos associados afirmaram estarem cientes quanto à existência destes e apenas 51% (20) disseram já terem participado de algum curso de capacitação.

Segundo a presidente da APESCA, alguns projetos de assistência técnica, de capacitação e alfabetização foram e estão sendo implantados, como: Pescando letras, Curso Técnico de Pesca e Aquicultura, Curso de Arte e Pesca, Programa de Assistência Técnica e o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos

Dentre os cursos citados, não houve indícios de trabalhos realizados quanto às noções básicas e os princípios que norteiam a Economia Solidária e o Associativismo.

Por meio das informações obtidas com a presidente da APESCA, Maria de Fátima, evidenciou-se uma resistência cultural por parte dos pescadores em transitar da pesca artesanal para a aquicultura, ou seja, no processo de qualificação das técnicas de produção e da irregularidade da produção. Como uma das consequências, surgiram as mulheres que antes tinham uma participação limitada na associação com um papel de suma importância no que diz respeito à produção de tecnologias sociais na APESCA.

Quanto aos dados referentes à participação política-administrativa dos associados, percebeu-se que a rotatividade de cargos eletivos encontra-se comprometida em consequência da incipiente participação dos associados nas questões meramente eletivas e ocupacionais. Apenas 17% (7) afirmaram terem já terem se candidatado a algum cargo administrativo e 15% (6) afirmaram terem ocupados cargos administrativos. Estes dados denunciam o não entendimento do processo associativo enquanto sua funcionalidade e da importância indistinta do processo eletivo.

Quando os associados foram indagados quanto aos principais problemas enfrentados na associação, várias questões tornaram-se comuns e em destaque por parte dos questionados, como: desunião e desarticulação entre os associados, baixo nível de escolaridade, falta de assistência técnica, falta de participação e interesse coletivo nas questões administrativas, irregularidade na produção e baixa rentabilidade, a tímida valorização adequada à classe dos pescadores e aos seus produtos, etc.

Em relação às sugestões de como poderia acontecer ou reafirmar esta parceria, os pescadores sugeriram relações perante os aspectos econômicos e sociais. Timidamente as respostas menos presentes referiam-se ao apoio na área da saúde aos pescadores, nas questões de capacitação e qualificação e quanto à formulação de novos projetos, ambos intimamente ligados ao real objetivo exposto da associação.

5 CONCLUSÕES

Quanto ao processo de educação não-formal, o mesmo, apesar de ter sido intensificado e de ter proporcionado um acúmulo de conhecimentos técnicos por parte dos pescadores e das pescadoras, necessários ao aperfeiçoamento da atividade produtiva, não se estendeu as orientações e capacitações quanto à parte organizacional e administrativo da APESCA, nem tampouco as questões conceituais do que venha a ser uma associação. Fato é que nem os associados se dão conta da amplitude e complexidade de todo o processo coletivo ao qual estão inseridos e ainda relutam em não transitarem às técnicas inovadoras da pesca.

Boa parte dos pescadores, inclusive os de idade mais avançada, tiveram no seu trabalho diário um entrave à continuidade das atividades escolares, porém, como os projetos de alfabetização são compostos por turmas formadas durante os períodos de defeso e da piracema, oportuniza os associados a estudarem e não terem prejuízos econômicos.

Referente à educação informal, o espaço de interação sociocultural dos pescadores é promissor, entretanto, a diferenciação dos saberes ainda não é adequadamente valorizada. As inovações tecnológicas a exemplo da Traíra Desfiada legitimam os conhecimentos provenien-

tes da interação entre os (as) associados (as).

A incipiente participação política contínua dos associados reflete um distanciamento entre as suas concepções do que venha a ser realmente a APESCA, além do que, as reuniões não são didáticas e nem participativas. A tímida rotatividade entre os cargos eletivos parecem externar o (des)envolvimento entre os associados, e os recursos estimulantes só os tornam cada vez mais materialistas e dependentes das políticas governamentais.

A própria sede da APESCA, torna entendível a não compreensão de uma associação enquanto organização coletiva democrática e participativa, embora não seja esta a intenção, mas a mesma encontra-se instalada “estruturalmente” na área residencial dos seus dirigentes, podendo inclusive simbolizar a ideia de um bem privado.

As conquistas alcançadas são notórias, principalmente no que diz respeito aos projetos de alfabetização e capacitação dos pescadores, porém muitos ainda não se encontram motivados a participar. Outro ponto forte da APESCA é sua articulação com outras instituições, o que faz com que a mesma possua múltiplas possibilidades de ação.

6 REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?** Trab. educ. saúde [online]. 2003, vol.1, n.1, pp. 45-60. ISSN 1981-7746. Disponível em: www.dx.doi.org. Acesso: Setembro de 2013.

GADOTTI, M. A questão da educação formal/não formal. *In*: Institut International des Droits de L’Enfant (IDE). **Direito à l’éducation**. Sion, p. 1-11, 18-22 oct. 2005. Disponível em: www.virtual.ufc.br. Acesso em: Setembro de 2013.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. Orientadora Professora Doutora Lúcia Avelar. Dissertação apresentada ao Instituto de Ciência Pública da Universidade de Brasília (UnB) Brasília, 2006. Disponível em: www.repositorio.unb.br. Acesso em: Julho de 2013.

GASPAR, A.; HAMBURGER, E. W. “Museus e centros de ciências: conceituação e proposta de um referencial teórico”. *In*: NARDI, R. (org.). **Pesquisas em ensino de ciências**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

LAVILLE, J.-L. **L’économie solidaire**. Paris: Desclée de Brower, 1994. Disponível em: www.developpementdurable.revues.org. Acesso em Agosto de 2013.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Experiências de Economia Solidária: um estudo sobre a Associação Comunitária Duas Serras 2-PB

*Carlos Henrique de Andrade
Robson Fernandes Barbosa*

1 INTRODUÇÃO

A Educação Popular trata-se de uma educação que assume um pacto com a sociedade e, assim, conta com a participação orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Portanto, não se trata de uma educação imposta, já que está baseada no saber da comunidade e incentiva o diálogo.

Assim, é importante desenvolver a consciência de que as pessoas devem ser sujeito no processo de desenvolvimento, o qual deve ser visto não como fim em si mesmo, mas como meio de se obter, respeitando-se as características étnico-culturais, melhoria de qualidade de vida para diferentes populações, especialmente as mais pobres (NERY, 2011).

As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas e os territórios, sendo essencial para o associativismo local (ZAPATA, 2006).

Desta forma, surge uma inquietação, como forma de entender a dinâmica dessas relações que nascem no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder, considerando o trabalho coletivo e as relações em grupo na sociedade. E apresenta como problemática: Quais as contribuições da educação formal para a organização e formação de experiências de economia solidária na Associação Comunitária Duas Serras-PB?

Portanto, este estudo apresenta como objetivo geral, analisar as contribuições da educação formal para a organização e formação de experiências de economia solidária na Associação Comunitária Duas Serras-PB.

1.1 Importância da Economia Solidária nas associações

1.1.1 Organização política dos sujeitos

Atualmente a organização política vem se tornando cada vez mais complexa de entender, pois se observa que a política no Brasil, torna-se cada vez mais desacreditada por parte da população que já está cansada de promessas que não são cumpridas principalmente, pela maior parte dos políticos comprovarem ausência de credibilidade e honestidade ao assumirem o cargo. Infelizmente, trata-se de um quadro no qual a maioria destes políticos se distinguem como desmoralizados o que leva a população a desacreditar na maioria dos políticos.

Neste contexto, observa-se que uma política direcionada à economia popular solidária não deve ser abrangida como uma política de auxílio ou compensatória. Deve-se, sobretudo, estar agregado às políticas de transferência de tributo, estabelecer numa política para o aumento e orientando-se para uma quantia da população que de acordo com a história vem sendo excluída, em detrimento dos mais preparados e qualificados bem como para os pacientes da reestruturação bem-sucedida e da flexibilização das afinidades de trabalho.

Portanto, toda a política deve ser organizada de maneira a possibilitar o acesso integrado, múltiplo e escalonado aos seus instrumentos e mecanismos, visando atingir patamares cada vez mais sustentáveis de desenvolvimento social.

Por conseguinte, a escola atua de maneira significativa na formação da personalidade

do aluno, sendo este participante do processo ensino-aprendizagem, devendo a escola instigar seu aluno a apresentar atitudes adequadas, diante de cada situação em que está inserido na sociedade. A organização política dos sujeitos é bastante fundamentada no ambiente escolar e, portanto, cabe a este cuidar para que esta organização aconteça de modo correto, contribuindo para uma formação política direcionada para o coletivismo social.

1.2 Educação formal e informal

A educação formal acontece em espaços escolares, instituições regulamentadas por lei. Nessa educação espera-se que aconteça uma aprendizagem efetiva e, também da certificação e avanços por parte do alunado no processo ensino-aprendizagem em níveis cada vez mais altos. Por isso, para que a aprendizagem aconteça de maneira efetiva, ela também conta com a certificação, possibilitando avanços de graus, ou seja, de séries no âmbito escolar.

Segundo Gadotti (1999), ao abordar o método de Freire: “A criança, o jovem e o adulto só aprendem quando têm um projeto de vida onde o conhecimento é significativo para eles. Mas é o sujeito que aprende através de sua própria ação transformadora sobre o mundo. É ele que constrói suas próprias categorias de pensamento, organiza o seu mundo e transforma o mundo. [...] Todavia, o educador também não fica unicamente no saber do aluno. O professor tem o dever de ultrapassá-lo. É por isso que ele é professor e sua função não se confunde com a do aluno”.

Assim sendo, a escola deve proporcionar conjunturas que beneficiem o aprendizado, onde o aluno autor e co-autor desse processo tenha anseio em instruir-se e também razão, compreensão da seriedade desse aprendizado no futuro. E, assim, possibilitando saberes ao aluno que o tornem um verdadeiro cidadão. Pois a escola não deve ser apenas transmissora de conteúdos, mas principalmente, formadora de indivíduos capazes de atuarem em uma sociedade reflexiva e moderna.

Fernandes e Park (2007) citam Afonso para distinguir o formal e o não formal: “Por educação formal entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada sequência (prévia) e proporcionada pelas escolas, enquanto que a designação não formal, embora obedeça a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita a não fixação de tempos e locais e a flexibilidade na adaptação aos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto”.

É importante levar em consideração que, em situações informais de aprendizado, as crianças estão habituadas a utilizar as interações sociais como maneira excepcional de acesso ao conhecimento: compreendem regras dos jogos, por meio dos outros e não como consequência de um esforço exclusivamente individual na solução de um problema. Alguma modalidade de intercâmbio igualitário, bem como associada num conjunto verdadeiramente direcionado para a promoção do aprendizado e do crescimento, deveria ser aproveitada, por conseguinte, de caráter produtivo na conjuntura escolar.

1.3 Economia Solidária

Para Singer (2003), “Economia solidária, tal como ela ressurgiu do século XX, é uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberação dos movimentos do capital, que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior entre os desempregados” (SINGER, 2003, p. 116).

Sendo assim, economia solidária se compõe como agregação de indivíduos ou camadas com os mesmos empenhos, a fim de conseguir benefícios compartilhados em suas atividades

econômicas, o cooperativismo popular, em um caminho de superação ao estilo capitalista de estabelecer as afinidades sócio- econômicas compostas por indivíduos excluídos e marginalizados do mercado de trabalho.

Assim sendo, a economia popular solidária brasileira trata-se de uma estratégia que apareceu através de lutas sociais contra o desemprego e a pobreza, composta por atividades sócio-econômicas, de caráter associativo e autogestionário, que apresenta como principal característica o do trabalho sobre o capital.

Os movimentos de Economia Solidária têm garantido a reprodução da vida de centenas de indivíduos sem acesso ao mercado de trabalho, gerando a incorporação e o aumento sócio-econômico e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização.

Portanto, o papel da educação na formação social é fundamental para modificar os assuntos incluídos aos valores humanos modernos e para poder inventar, por via de conhecimentos estabelecidos no ambiente escolar, a competência de avaliar os diferentes valores atualizados na comunidade e na constituição de princípios de respeito mútuo, honestidade, comunicação, solidariedade, democracia, fortalecendo assim, o verdadeiro significado da economia solidária na atualidade, sobretudo, com relação aos alunos da Educação de Jovens e Adultos.

1.4 Trabalhos associados

Conforme Medeiros (2008, p. 18): “através do trabalho, o homem adquire consciência de classe, situa-se no mundo, percebe qual é o seu ‘status quo’ e toma uma posição política”.

Neste contexto, o trabalho associado encontra na escola um aliado para que a sociedade seja conscientizada sobre a importância e significados deste tipo de trabalho, que considera sua organização baseada em valores e princípios não capitalistas.

Para Santos (2002), “[...] as cooperativas de trabalhadores tendem a ser mais produtivas que as empresas capitalistas, porque seus trabalhadores proprietários têm maior incentivo econômico e moral para dedicar o seu tempo e esforço ao trabalho, e porque, uma vez que os trabalhadores beneficiam-se diretamente quando a cooperativa prospera, diminuem drasticamente os custos de supervisão, que, numa empresa capitalista, são altos porque a vigilância constante do desempenho dos empregados necessária para assegurar a cooperação destes com a empresa”.

Como é possível observar, muitos são os elementos em favor do trabalho associado, que vão desde as atividades que valorizam os princípios não capitalistas à questão da participação ativa dos proprietários-trabalhadores.

Trata-se de um trabalho que possibilita estabilidade, uma vez que, o associado é membro da comunidade e, portanto, irá permanecer associado enquanto puder prestar seu serviço, atendendo, evidentemente, as regras estabelecidas pela coletividade.

2 METODOLOGIA

A pesquisa utilizada foi do tipo qualitativa descritiva, na qual a metodologia empregada neste tipo de pesquisa possibilitou, dentre outros aspectos, o conhecimento e a análise das características de uma população, de acordo com os pré-requisitos estabelecidos, como no caso do grupo de membros de uma associação estudadas no presente trabalho, contribuindo para elucidação e acompanhamento de opiniões e particularidades desse grupo.

Os dados foram coletados através de uma pesquisa de campo a partir de um questionário e entrevista aplicados aos membros participantes da pesquisa. Posteriormente a coleta das informações, efetuou-se a estrutura e pesquisa do material coletado.

A pesquisa foi realizada com membros da Associação Comunitária Duas Serras, povoado localizado no município de Serra Branca-PB, situado na Macrorregião da Borborema e na

Microrregião do Cariri Ocidental, com uma área territorial de 737,743 km², limitando-se as cidades de Sumé, São João do Cariri, Coxixola, São José dos Cordeiros, Parari e Congo e distante 238 km da capital (IBGE, 2010).

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A Associação Comunitária Duas Serras 2 (ACODIS) teve início das suas atividades com a 1ª reunião no ano de 2010, com 14 associados sendo 12 apicultores e 2 meliponicultores, tendo por finalidade principal, desenvolver atividades direcionadas ao trabalho coletivo.

Verificou-se que a referida associação vem, ao longo de sua fundação, buscando ajuda do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) para cursos de aperfeiçoamento dos mesmos, dentre eles pelo SEBRAE: Associativismo; Mulher empreendedora (destina as mulheres da associação); Atendimento ao cliente; Boas práticas ao manuseio de alimentação para manipulação; De olho na qualidade; Técnicas de vendas; Controle financeiro; Em especial para os apicultores os cursos de análise de mercado e formação de preço.

O território de cidadania (Programa do Governo Federal lançado em 2008) doou para os associados 08 kits apícolas (colmeias padrão langstroth, macacões apícolas, pares de botas e garfos desoperculadores, caixa apícola).

ACODIS também está articulando com outras associações para produção de rapadura de castanha de caju, de amendoim, de gergelim entre outros, todos utilizando o mel.

Um aspecto que deve ser considerado é o projeto “Sustentabilidade Consciente”, que constitui a produção de frutas e verduras juntamente com a criação de abelhas, tendo esse projeto ganho do IPA (Instituto de pesquisa Agropecuária) dois kits de irrigação (é composto de conjunto de motobombas, cabeçal de filtragem, sistema de irrigação e injetor de fertilizante). Alguns associados participaram de palestras como: Manejo de abelhas sem ferrão; Alimentação artificial proteica para Apis Melifera; Construção e montagem de colmeias langstroth; Aumento da produtividade apícola voltada para o semiárido; Sustentabilidade em turismo rural.

Outro aspecto que chamou a atenção na Associação foi o interesse na realização de cursos cosmético à base de mel e, de sabonetes e produtos pré e pós banho a base de mel.

Constatou-se que a maioria dos associados é do sexo masculino, atingindo 70% dos que fazem parte da mesma. Assim, percebe-se que o sexo masculino está mais propenso para este tipo de atividade, haja vista que há um certo risco na sua operacionalidade.

Os dados obtidos com relação ao grau de escolaridade dos associados mostram que 60% possuem Ensino Médio incompleto e 40% Ensino Fundamental incompleto. O que nos remete um baixo nível de escolaridade. O que é preocupante.

A média de idade dos entrevistados situa-se entre 30 e 62 anos e participando efetivamente dos cursos de qualificação e formação oferecidos pela Associação.

Em torno de 80% dos que estão associados voltaram a estudar para fazerem cursos de aperfeiçoamentos e o EJA foi uma alternativa para esses associados e 20% já pensam em voltar aos estudos. Isto demonstra que a associação age também como um vetor motivacional para os associados, não apenas como uma fonte de renda.

Com relação ao conceito de economia solidária, 100% dos entrevistados afirmou que trata da solidariedade entre pessoas, arrecadação de bens iguais a todos sem restrição.

A respeito do conceito de educação formal os entrevistados responderam que se referem à educação nas escolas através de professores habilitando-os a ler e a escrever para tornar cidadãos de bem. Além disso, os entrevistados relataram ainda que todos os gastos e benefícios são divididos para todos de forma igualitária. E, que as ações de organização da associação acontecem mensalmente, através de reuniões debatendo sobre melhorias para o aumento da produtividade da associação.

A organização da associação é muito importante para captação de recursos com vistas à produção, que no caso da associação pesquisada é desenvolvida por meio de reuniões com representantes do governo federal, estadual e com bancos. Destacando que, cada associado tem sua renda dependendo da sua produção, mas todos ajudam com uma quantia para as despesas da associação.

Com a pesquisa constatou-se que muitos são os benefícios proporcionados pela economia solidária ao trabalho nas associações. Economia esta que além de propiciar uma renda familiar extra, também conscientiza a população sobre a importância da utilização dos recursos naturais através do manejo sustentável, contribuindo para a conservação do meio ambiente. E, a ACODIS (Associação comunitária Duas Serras 2), como constatado nas entrevistas, desenvolve um trabalho voltado para a questão social e ambiental através da Associação e o desenvolvimento de suas atividades.

Algumas culturas utilizam a apiterapia (ciência alternativa que utiliza as abelhas e seus produtos), para fins terapêuticos em animais e seres humanos. Nas doenças como reumatismo e artrite são usados a apiterapia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo pode-se observar a importância do trabalho da Associação Comunitária Duas Serras- PB - ACODIS para propiciar uma renda extra aos associados e, também a atuarem em atividades sociais da comunidade e, ainda conscientizar a população sobre a importância do manejo sustentável dos recursos naturais, para minimizar os impactos causados no meio ambiente. Principalmente tendo em vista o nível de escolaridade da maioria dos membros da associação, pois como a maioria não conseguiu concluir seus estudos, portanto, busca um trabalho que também ofereça cursos de qualificação e formação oferecidos pela associação.

É imprescindível salientar o fato de que produção de mel em serra branca representa fonte de renda dos produtores familiares, e que, torna relevante considerar a identificação das contribuições da educação formal para a organização e formação de experiências de economia solidária na associação de apicultores e meliponicultores do município, reconhecendo as experiências de economia solidária desenvolvidas pela associação.

Assim sendo, os dados obtidos através do questionário contribuiu para a formulação e discussão dos resultados, o que colaborou para o processo de construção deste trabalho.

Verifica-se, portanto, que diante de todas as exposições fica claro que a simples formação de associações pode assegurar a qualidade de vida da população e, ao mesmo tempo educar os cidadãos a interagirem de maneira consciente sobre o ambiente. Por meio do trabalho nas associações é possível desenvolver o espírito solidário e cooperativo.

E que, além disso, o trabalho em associações proporciona, além do desenvolvimento sustentável, a oportunidade de trabalho para pessoas que não tiveram a oportunidade de finalizar seus estudos, ou de inserir-se em cursos profissionalizantes.

Em contrapartida, falta incentivo do governo local devido muitas vezes serem de partidos opostos, prejudicando assim o andamento das associações e não oportunizando os associados, ficando esses a mercê da própria sorte.

5 REFERÊNCIAS

GADOTTI, M. **Paulo, F:** da 'pedagogia do oprimido' à 'ecopedagogia'. São Paulo. Instituto Paulo Freire, 1999. (Cadernos Pensamento Paulo Freire).

MEDEIROS, M. F. C. **Gestão participativa para associações.** Custódia: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2008.

NERY, K. M. **Sustentabilidade de sistemas de produção animal no semiárido brasileiro e na Toscana, Itália.** 2011. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Universidade Rural do Semiárido, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2011. Disponível em: www.ufersa.edu.br. Acesso em: 14 out. 2013.

SANTOS, B. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. Economia Solidária. *In*: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ZAPATA. **Estratégias de Desenvolvimento Local.** Portal do Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, out. 2006. Disponível em: www.cati.sp.gov.br. Acesso em 10 out. 2013.

O teatro do oprimido como mediação pedagógica em turma da EJA: desafios e possibilidades para a formação em Economia Solidária

*Ivandro Batista de Queiroz
Luiz Antonio Coêlho da Silva*

1 INTRODUÇÃO

O ensino de jovens e adultos no Brasil organizou-se informalmente nas campanhas de alfabetização da década de 1960, em meio às práticas de educação popular, dos movimentos de cultura popular e campanhas de alfabetização em massa. Hoje faz parte do sistema de educação formal e tenta-se retirar da educação de jovens e adultos (EJA) o estigma de “educação compensatória”, superado por um conceito de educação permanente, para toda a vida (BRANDÃO, 2008).

Na Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), ao referir-se à EJA, há sempre uma preocupação com a formação profissional, considerando sempre as condições de vida e de trabalho dos educandos.

Buscamos investigar na turma de jovens e adultos da Escola Rubens Dutra Segundo em Catolé de Boa Vista, distrito de Campina Grande, na Paraíba, ao longo do ano de 2013, as principais dificuldades pedagógicas, tais como o alto índice de evasão escolar e o desestímulo para permanecer na escola. O objetivo geral deste artigo foi avaliar a utilização do Teatro do Oprimido nas turmas de EJA para a transmissão de princípios de economia solidária.

A modalidade Teatro do Oprimido (T.O.) ainda é pouco conhecida no Brasil, sempre ligada aos movimentos sociais, mas muito conhecida e estudada em vários países tendo sido traduzida para mais de 20 (vinte) idiomas. O potencial pedagógico do T.O. ainda foi pouco estudado no Brasil e adapta-se muito bem ao ensino de EJA pois, em sua maioria são pessoas desempregadas, pertencentes às camadas sociais excluídas que trabalham em subempregos – são excluídos e oprimidos pelo sistema econômico e educacional.

Buscamos o teatro, na modalidade específica de teatro fórum, como prática pedagógica lúdica que favorecesse o debate e a formação de opinião, bem como a conscientização dos sujeitos na forma como são inseridos na sociedade e as possibilidades de luta. A utilização do T.O. como prática pedagógica abre várias opções para uma prática pedagógica mais lúdica e dialógica, de criação cultural que fomente o desenvolvimento artístico e a independência dos sujeitos. A problemática do estudo é: como a modalidade de teatro do oprimido pode ser um instrumento pedagógico para ensinar princípios da economia solidária nas turmas de EJA?

1.1 Breves considerações sobre a educação libertária de Paulo Freire

Em sua teoria de educação libertária, sistematizada inicialmente na “Pedagogia do Oprimido” (1987), Paulo Freire expõe características de seu método pedagógico. Em oposição à “educação bancária”, que faz dos sujeitos depositários de um conhecimento alienado, propõe uma educação com base na investigação e problematização do contexto sócio cultural dos educandos. O educador como pesquisador deveria imergir na cultura do educando e fazer inúmeras visitas de campo, a fim de descobrir “palavras geradoras” e “temas geradores” que seriam usados na prática pedagógica e teriam significado especial para os educandos – referenciados na cultura local. Esse método foi retirado da experiência com alfabetização de adultos, os quais não possuíam uma cultura letrada.

Tendo o diálogo como estratégia essencial de seu método, Freire afirma também que o saber é uma construção coletiva, pois “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém

se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 35). Cada um percebe o mundo da sua maneira, por isso não é possível ensinar ninguém, pois vivemos num mundo de trocas culturais em que cada sujeito apreende a realidade à sua maneira. Mas se não é possível entrar na subjetividade de outrem é enriquecedor a troca de experiências através do diálogo.

Além de vislumbrar a prática política libertadora e não-sectária, Paulo Freire coloca em relevo o tema da cultura. Que importância teria a cultura para o processo educacional? Freire assegura que a cultura, em seu conceito antropológico, é um dos temas geradores fundamentais, não poderia faltar nos círculos de cultura. Até mesmo quando não fossem citados explicitamente pelos educandos (FREIRE, 1987, p. 161).

Os círculos de cultura, propostos por Freire para alfabetizar e educar pessoas, foram lugares de práticas pedagógicas inovadoras. Surgiram a partir do “Movimento de Cultura Popular do Recife” e neles “os grupos promoviam debates sobre temas variados, sem planejamentos prévios, que surgiriam a partir de uma consulta aos participantes” (TEIXEIRA, 2007, p.32). Portanto, os participantes podiam opinar a respeito dos temas, e com isso exercer um poder democrático e de participação.

1.2 O Teatro do Oprimido de Augusto Boal

No campo do teatro, Augusto Boal tomando como pressuposto a pedagogia do oprimido, expõe uma série de técnicas e jogos teatrais que visam desmecanizar os corpos e tornar os sujeitos participantes da ação dramática (um conjunto de práticas chamado Teatro do Oprimido – T.O.). Boal coloca como principal objetivo do teatro do oprimido:

“Para que se compreenda bem esta “Poética do Oprimido” deve-se ter sempre presente seu principal objetivo: transformar o povo, “espectador”, ser passivo no fenômeno teatral, em sujeito, em ator, em transformação da ação dramática” (BOAL, 2012, p.181-182).

Augusto Boal criou uma diversidade de técnicas, com uma proposta de teatro popular que engajava-se na luta em favor dos oprimidos em várias áreas - desde a pedagogia (vários jogos e técnicas), a psicoterapia (técnica do Arco-Íris do desejo) até a política (teatro legislativo), etc.

Em sua “Estética do Oprimido”, Boal (2009) busca expandir a capacidade sensitiva humana, não apenas pelo teatro, mas através de todas as artes. Esse processo centraliza-se na palavra, mas ocorre também pelo som e imagem. Boal propõe uma conscientização política dos sujeitos acerca de sua realidade opressora, para tanto seriam usados todas as capacidades estéticas (palavra, imagem, toque, som, cheiro, sinestesia, etc.) através do teatro (BOAL, 2009). O oprimido seria “o indivíduo despossuído, desprovido do direito de falar, do direito de ter a sua personalidade, do direito de ser” (BOAL, 2012, p. 77). Portanto, o oprimido seria mero figurante nas cenas, em que a maioria das falas seria da elite.

Entre as suas principais ideias está a democratização da cultura, pois acreditava que apenas através da arte as pessoas poderiam atingir a verdadeira cidadania. Até hoje os diversos grupos de teatro do oprimido são criados para dar voz a segmentos marginalizados na sociedade (empregadas domésticas, presidiários, soropositivos, Grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais - LGBT, mulheres, Movimento dos Sem Terra - MST, entre outros). Sabemos que não são todos os cidadãos que tem acesso à cultura e aos espaços e instrumentos culturais, acontecendo o que podemos dizer “exclusão cultural”, que é sofrida por aqueles pertencentes a segmentos sociais que não têm as suas práticas culturais populares reconhecidas.

Augusto Boal ousou romper a barreira entre espectadores, os atores em cena e quis também acabar com a diferenciação entre atores protagonistas e atores secundários. Para al-

cançar essa “subversão” da cena dramática fez uso do teatro-fórum, em que os “espect-atores” sugerem os temas a serem representados, participam da ação dramática e constroem soluções coerentes, muitas vezes entrando em cena para verificar a validade de suas ideias (BOAL, 2012). No caso dos atores, em certa fase do Teatro Arena em São Paulo, ele sugeriu a formação de um teatro de equipe, em que todos fariam o papel de todos, tendo o coringa como coordenador do espetáculo.

A técnica do teatro-fórum será utilizada em nossa pesquisa-ação para fazer uma mediação pedagógica na turma de EJA. A técnica reconhecida por Boal como “talvez a forma de T.O. mais democrática” (BOAL, 2012, p.19). Esta técnica aborda sempre um conflito, que muitas vezes é uma opressão sofrida pelo grupo, e posteriormente encenada. O conflito dramático estende-se até o clímax da encenação em que o coringa para a peça e pede soluções aos “espect-atores”. Os espectadores podem então sugerir soluções e num nível mais profundo podem interpretar a solução proposta. A cena será refeita de acordo com as soluções propostas. O objetivo, segundo Augusto Boal não é encontrar a solução perfeita, mas envolver o público ao máximo e ver o problema sob diversas perspectivas.

Outro recurso criado por Boal foi o “sistema coringa” que também é utilizado nas apresentações de teatro-fórum. Este recurso surgiu a partir de suas experiências com o Teatro Arena de São Paulo, em que os atores passaram a realizar um teatro de equipe, com todos os atores interpretando todos os personagens. O coringa então foi criado para narrar a apresentação, ser polivalente e mediante sua narração criar qualquer situação (BOAL, 2012).

O que há de comum entre a pedagogia do oprimido e o teatro do oprimido? Augusto Boal toma por empréstimo o título de “teatro do oprimido” para o conjunto de técnicas que sistematizou ao longo de anos de experiências. Ambas as teorias propõem a libertação dos sujeitos oprimidos através da conscientização, do diálogo e das lutas sociais coletivas. Destacam o aspecto político da educação ou teatro como atividades não neutras, mas reveladoras do contexto social. As práticas culturais são relevantes para ambos, pois acreditam na “invasão cultural” como instrumento de dominação simbólica dos opressores, e em sentido oposto vislumbram nas práticas culturais meios de expressão e libertação dos oprimidos.

1.3 O teatro como mediação pedagógica no Ensino de Jovens e Adultos

É evidente o aspecto educativo do teatro, que vai muito além de seu caráter lúdico. De acordo com as ideias de Boal é no teatro que os homens podem usar todas as suas formas de percepção da realidade, para senti-la, tornar-se consciente, e depois transformá-la.

Em meio a várias teorias de interpretação para atores, como técnicas que influenciaram Boal (o naturalismo de Stanilavsky ou a peça didática de Bertold Brecht), com finalidades políticas, estéticas ou apenas lazer; percebemos que o maior potencial educativo do teatro está em colocar em prática ideias, em representar ideias e valores que fazem parte de uma cultura e contexto social. O teatro entendido aqui como metalinguagem da sociedade, para contar e recontar a trajetória humana.

Além do aspecto político do teatro, entendido por Augusto Boal como atividade não neutra, e da característica lúdica ou apreciação estética (contemplação) refletimos acerca dos aspectos pedagógicos contidos nas dramatizações.

No ensino de jovens e adultos verificam-se atualmente várias dificuldades metodológicas para o sucesso da prática pedagógica. No geral, os jovens egressos são de grupos sociais excluídos da escola regular, criando-se para a EJA uma identidade de “educação compensatória”, que deve ser substituída pelo entendimento da educação como processo permanente.

O ensino na EJA enfrenta sérios problemas estruturais, tais como altos índices de evasão, métodos de ensino inadequados a uma juventude muitas vezes semi-alfabetizada, falta de

recursos públicos, falta de formação pedagógica específica para professores, etc. O programa é ainda desvirtuado, quando utilizado como programa de aceleração de aprendizagem para alunos fora da faixa etária. Ao que nos parece, a EJA torna-se um escape de todo o sistema educacional brasileiro, que também padece de altos índices de evasão e repetência.

Ao optarmos pela educação popular, e pelo teatro como mediação pedagógica nas turmas de EJA, como poderíamos realizar uma formação em economia solidária? Vivemos em um mundo impregnado pela cultura e valores capitalistas como individualismo, competição exagerada, consumismo e fetiche das mercadorias (tudo vira mercadoria).

Mesmo vivenciando um mundo de relações sociais predatórias do capitalismo, outras práticas sociais são possíveis – o que seria uma contracultura ao modelo capitalista hegemônico. A Economia Solidária traz em seu bojo valores, que embora não possam ser ensinados diretamente aos sujeitos, podem ser amplamente praticados em sala de aula, tais como a cooperação e ajuda mútua, decisões coletivas, identidade de grupo, multiculturalidade, desenvolvimento sustentável e consumo responsável, busca pelo saber popular e coletivo, etc. A Economia Solidária visa formar sujeitos proativos na sociedade, trabalhadores preparados para opinar e tomar parte nas decisões, para tanto precisam compreender o contexto político-cultural em que estão inseridos.

2 METODOLOGIA

Na primeira etapa do trabalho fizemos uma pesquisa bibliográfica com os livros básicos da pedagogia do oprimido de Paulo Freire e do teatro do oprimido (T. O.) de Augusto Boal. Em um segundo momento, fizemos uma coleta de dados na Escola Rubens Dutra, colhendo informações sobre a turma de EJA na escola do estudo. Buscamos traçar um perfil dos sujeitos envolvidos na pesquisa, qual o seu contexto social e escolar. Para tanto, fizemos algumas visitas na turma, conversamos com os professores e a direção sobre a turma. Realizamos a aplicação de um questionário no início do ano (fevereiro) e outro em meados de agosto, após a mediação pedagógica com o teatro. Nosso tipo de pesquisa configurou-se como pesquisa-ação “pois tende a adotar preferencialmente procedimentos flexíveis” tais como entrevista, questionário, observação participante, análise de conteúdo, etc. (GIL, 2002). São etapas que não seguem uma ordem fixa e podem influir no andamento da outra.

Depois partimos para a pesquisa-ação de fato. Foi o momento com mais dificuldades teóricas para fundamentar o trabalho de mediação pedagógica através do teatro – sobre o conhecimento do fazer teatro e de uma técnica específica que é o teatro fórum. Apenas um ator tinha formação específica em teatro e os atores não estavam preparados para interagir com o público e rerepresentar as cenas mostrando as possíveis soluções para a opressão (esse o objetivo do teatro fórum). A figura do coringa, que no teatro fórum é o narrador, exegeta e prepara a interação com o público foi substituído em alguns momentos pelo narrador, isso prejudicou seriamente a interação.

2.1 Descrição da população

A Escola Estadual Rubens Dutra Segundo localiza-se no distrito de Catolé de Boa Vista, a 20 km de Campina Grande. É uma escola rural, com cerca de 450 alunos, funcionando nos turnos da manhã e tarde, em 07 (sete) salas de aula, 01 (uma) sala de multimídia, 01 (um) laboratório de informática, não possui biblioteca e não tem quadra esportiva. Os alunos são de muitas localidades, e principalmente, comunidades rurais em torno da escola, e chegam a percorrer vários quilômetros até chegar à escola.

Na Escola Rubens Dutra a turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) funciona à tarde, diferente da maioria das escolas que ofertam essa modalidade à noite para alunos traba-

lhadores. Em 2013 criou-se de modo experimental a turma de EJA na escola, referente aos 6º e 7º ano do ensino fundamental. Tem-se que 15 (quinze) alunos responderam ao questionário, e a partir deles podemos traçar um perfil, onde a maioria tem idade entre 14 e 15 anos, sendo 13 homens e 02 mulheres, apenas uma aluna tem mais de 20 anos.

Quando perguntados por que optaram pelo EJA, a maioria refere-se à repetência que sofreu nas séries regulares e na possibilidade de acelerar os estudos. Entretanto, quando perguntados se em algum momento teriam deixado de frequentar a escola, apenas 04 disseram ter abandonado a escola para trabalhar e 09 alunos afirmaram nunca ter deixado de frequentar a escola.

Para entender o “universo cultural” e a aquisição de conhecimentos, perguntei-lhes qual sua forma de lazer e quais as fontes de informação além da escola. Os meninos responderam jogar bola (9) e beber num bar próximo de sua localidade (2); outros alunos disseram assistir TV (2), outro jogar vídeo game (1) e pegar passarinho (1). Sobre a forma de adquirir conhecimento (11) deles disseram não ter acesso à internet, apenas (04) disseram ter acesso à internet e uma tem acesso através do celular. Aqueles que não têm internet pesquisam em livros, buscam informações com os pais, com os mais idosos.

Sobre a frequência deles em outros espaços culturais de aprendizagem, fora da escola, tais como teatros, museus e bibliotecas, (2) responderam que nunca frequentaram esses espaços e nunca assistiram uma apresentação teatral. Mesmo sendo uma linguagem nova para eles, a maioria conseguiu identificar os assuntos principais da peça “O sonho de duas crianças chamadas José e Maria”.

2.2 Mediação pedagógica com o Teatro do Oprimido

No dia 22 de agosto de 2013 estreou na Escola Rubens Dutra Segundo a peça “O sonho de duas crianças chamadas José e Maria”, escrita pelo professor Terciano Lacerda, para a turma de EJA, alunos do Programa Mais Educação e outras turmas da escola no pátio para assistir à peça.

A peça “O sonho de duas crianças chamadas José e Maria” aborda várias temáticas que fazem parte do meio cultural dos alunos: o dilema entre estudar e trabalhar, o pau de arara ou transporte escolar (problema recorrente), machismo, autoritarismo paterno, *bullying* na escola, clientelismo político, a seca, a liberdade como dádiva ou conquista. É importante retratar temas conhecidos e de fácil identificação com o público e até mesmo problemas de opressão — podem ser histórias particulares, mas representativas da coletividade — para que haja maior interação e feedback nas apresentações de teatro fórum.

O público reagiu bem à encenação, pois riam e se surpreendiam com as mudanças de cenas e o comportamento dos personagens. No entanto, houve na apresentação duas grandes falhas: o narrador não se desenvolveu muito bem na expressividade do texto e havia grandes pausas de tempo entre um ato e outro. Isso pode ter prejudicado a comunicação da peça ao público.

Ao final da peça tocamos a música E agora José?, de Paulo Diniz, baseada na poesia homônima de Carlos Drummond de Andrade, os atores sentaram-se nas cadeiras da sala de aula imaginária no centro do pátio. Nesse momento tentei interagir com o público para questionar-lhes sobre a situação de opressão de José e quais chances reais ele poderia construir para alcançar sua liberdade. Tentei fazer o que no teatro do oprimido é papel do coringa, aquele que narra a peça e ao final faz os questionamentos e julga com o público se as soluções são possíveis de serem aplicadas na história.

Nesse momento sentimos outra “dificuldade técnica”, pois não conseguimos uma interação com o público para que apontassem uma solução, porque havia acabado o horário da aula.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do teatro ainda ser pouco estudado em seu aspecto estritamente educacional, percebemos nessa mediação pedagógica um grande potencial para a aplicação pedagógica e o desenvolvimento holístico das pessoas. Com a utilização sistemática do teatro poderíamos enfrentar um problema básico do sistema educacional brasileiro e da EJA: a questão da alfabetização deficitária, dos textos verbalizados, mas não decodificados. O teatro traz consigo uma riqueza cultural em que podem ser explorados textos desde a cultura popular até os clássicos da literatura universal.

Mesmo não conseguindo realizar a etapa final do teatro fórum em nossa pesquisa (quando o público sugere soluções para o problema central), esta técnica evidencia-se como uma importante mediação pedagógica para a formação em economia solidária; pois ao utilizá-la conseguimos uma grande interação social, entre encenadores e plateia, quando discutem os problemas sociais de suas comunidades. É um teatro para formar opinião e visão crítica dos sujeitos, o debate e diálogo entre todos, para que questionem a condição social.

Entendemos a importância da técnica do teatro fórum e de outras técnicas do conjunto do Teatro do Oprimido, dos jogos teatrais ou modalidades do fazer teatro para uma formação, a longo prazo, em economia solidária. Ressaltando que é preciso ter noções da arte dramática, conhecer o contexto sociocultural do público e entender o aspecto político da arte como mensagem simbólica. Precisamos resgatar o *homo ludens*, o gosto pela brincadeira e pelo prazer estético de todas as artes, sem a preocupação capitalista do aproveitamento de tempo. Utilizando um conceito do intelectual italiano Domenico de Masi: vivenciar o “ócio produtivo”. Este libertará de várias opressões, que cedo introjetamos do sistema capitalista.

4 REFERÊNCIAS

BOAL, A. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BOAL, A. **Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 25/09/2013.

TEIXEIRA, T. M. B. **Dimensões sócio-educativas do Teatro do Oprimido**: Paulo Freire e Augusto Boal. Universidad Autónoma de Barcelona. Barcelona: 2007. Tese de doutorado em Educação e Sociedade do Departamento de Pedagogia Sistemática e Social. Orientação: Xavier Úcar Martínez.

1 INTRODUÇÃO

Diante da grande expansão das iniciativas relacionadas à economia solidária no Brasil, faz-se importante refletir sobre este novo tipo de economia, quais as suas características e prioridades e no que ela difere do capitalismo. Vale ressaltar que a educação é entendida como uma ferramenta capaz de socializar o ser humano, de fazê-lo conhecer e refletir sobre a sociedade em que habita; seria, desta forma, um meio de formar indivíduos ativos, capazes de interagir com outros e modificar sua realidade.

Direcionamo-nos na tentativa de relacionar constantemente Economia Solidária à educação e, mais especificamente, à educação de jovens e adultos (EJA), já que normalmente o público da EJA busca na retomada dos estudos uma forma de recuperar o tempo perdido e preparar-se melhor para o mercado de trabalho; porém muitas vezes o currículo escolar não considera algumas necessidades que são tão específicas deste grupo, e passam despercebidos temas que seriam fundamentais para estes estudantes, como é o caso da economia solidária. Reflexões e discussões a respeito deste tema nas aulas de EJA poderiam fazer diferença no sentido de que promoveriam debates válidos, podendo despertar o interesse de jovens e adultos para criar formas alternativas de sobrevivência para um grupo, que comumente sente necessidade de ver-se incluído no mercado de trabalho.

Neste sentido, o presente trabalho objetiva de forma geral verificar a percepção dos estudantes da EJA sobre Economia Solidária, visando oferecer uma nova perspectiva a este público, que tanto busca inserir-se no mercado de trabalho. Sendo assim, a problemática do estudo é: **como identificar se os alunos da Escola Estadual João de Oliveira Chaves, localizada em Monteiro têm algum conhecimento a respeito de economia solidária e, caso sim, como e quando passaram a conhecer esta forma de economia?**

1.1 A Educação de Jovens e Adultos e suas especificidades

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) volta-se prioritariamente para um grupo específico que, por razões diversas, não teve acesso à escola na faixa etária indicada, ou, mesmo tendo total acesso ao ambiente escolar não pôde ou não quis aproveitá-lo, também por razões diferenciadas. Sabe-se que em algum momento de suas vidas muitos jovens e adultos sentirão falta de algum certificado que ateste um nível razoável de escolaridade, uma vez que o mercado de trabalho a cada dia exige mais preparo dos indivíduos. Como consequência da falta de preparo em termos de escolarização, muitos jovens e adultos são comumente excluídos do mercado de trabalho, o que pode ser facilmente identificado observando-se o alto índice de desemprego que o Brasil possui atualmente, apesar do crescimento industrial e comercial que o assola.

Como uma modalidade diferenciada de educação, visto que atende ou busca atender às necessidades de um grupo específico (jovens e adultos), a Educação de Jovens e Adultos deve ter em conta o contexto social em que estão inseridos seus educandos, suas necessidades e anseios. Não se pode oferecer a este grupo o mesmo ensino sistematizado para as crianças e adolescentes, já que o que provoca motivação no primeiro grupo, pode não despertar o interesse no segundo, e vice-versa (IRELAND, 2001).

Assim, é necessário pensar a EJA considerando a vivência dos aprendizes, o que os fez deixar a escola no passado e o que os fez retornar a esta instituição, saber de onde vêm estes

alunos e onde querem chegar faz-se de suma importância para que os educadores que participam desta modalidade de ensino possam organizar seus objetivos de forma a oferecer a estes aprendizes conteúdos que possam ser úteis para o seu cotidiano, que façam sentido de alguma maneira, do contrário, sem ajudar o aluno a contextualizar informações e encontrar sentido para o que está aprendendo, corre-se sempre o risco de que a evasão seja frequente nas salas de aula de EJA.

Um dos problemas que a educação de jovens e adultos busca solucionar é o analfabetismo, que ainda apresenta índices relevantes na realidade brasileira. Assim, a função da EJA não é apenas possibilitar que alguns jovens e adultos que abandonaram a escola no passado possam retornar a esta instituição, mas também possibilitar que muitos jovens e adultos que nunca foram alfabetizados possam sê-lo: “Fazer a reparação desta realidade, dívida inscrita em nossa história social e na vida de tantos indivíduos, é um imperativo e um dos fins da EJA porque reconhece o advento para todos deste princípio de igualdade” (PARECER CNE/CEB 11/2000, p. 6). Assim, é uma dívida histórica a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil, o qual por anos não priorizou em suas políticas públicas a educação de jovens e adultos, tão importante para o desenvolvimento econômico, educacional e social do país.

Em relação ao público da EJA, este pode ser bastante diversificado, incluindo desde pessoas jovens até pessoas idosas, de profissões também diferenciadas e com histórias de vida diferentes, ainda que suas realidades possam ser semelhantes. Assim, a EJA, como um processo de construção de cidadania consciente e ativa, a partir do respeito pela diversidade e pela especificidade dos indivíduos, associa-se, então ao combate a todas as formas de exclusão. Isso implica em criar instrumentos e políticas que conduzam ou reconduzam para os sistemas educativos jovens e adultos que dele se distanciaram, resgatando múltiplas formas e espaços de aprendizagem de modo a ampliar o acesso e aumentar a probabilidade de suas permanências nos sistemas de ensino — que, para tal, necessitariam ter práticas e valores aprimorados. A própria incorporação, a esses sistemas, de uma EJA assim concebida, seria um dos vetores de tal aprimoramento (IRELAND, MACHADO e IRELAND, 2005).

Refletindo sobre o que move muitas pessoas a voltarem à escola nos dias de hoje, que normalmente é a necessidade de emprego; e nas poucas possibilidades que oferece o atual sistema capitalista, que adotando a regra do “que vença o melhor” exclui inúmeras pessoas, seguiremos refletindo sobre uma forma de economia alternativa ao sistema capitalista chamada de Economia Solidária (ES), que busca em sua essência a melhoria da qualidade de vida dos seus associados, a solidariedade e a autogestão como pilares da economia solidária.

1.2 Economia Solidária: uma alternativa ao capitalismo

Recentemente (década de 1980), no Brasil, passou-se a falar em uma nova forma de economia, que poderia representar uma alternativa ao atual sistema econômico – o Capitalismo. Mas que tipo de economia seria esta? Quais seriam as suas características?

Definir esta nova economia, que apresenta como característica principal a solidariedade não é tão fácil. Como aponta Silva (2010), não existe um conceito pronto de economia solidária, pois sempre se insere novos dados e informações, todavia, já se tem muitos princípios e conhecimentos formados sobre o assunto em questão. É neste contexto, de alternativa ao capitalismo, de socialismo real, que surge essa nova forma de economia, onde todos têm direito a tudo, onde não existem explorados e onde a autogestão está presente em todas as esferas da produção.

Segundo estas informações na nova forma de economia (economia solidária), todos teriam direitos iguais, ninguém seria explorado e um ponto forte do sistema seria a autogestão, onde todos os envolvidos seriam responsáveis pela administração dos bens e da produção e não apenas uma pessoa ou poucas pessoas, como ocorre na heterogestão, característica dos empreendimentos geridos de acordo com os ideais capitalistas.

Como observamos os princípios de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão passam a aparecer relacionados à ideia de uma nova forma de economia, o que parece uma contradição se considerarmos que “a economia seria o mundo da competição, da concorrência e da guerra de todos contra todos” (KRAYCHETE, 2002, p. 1). A economia solidária, no entanto, surge para comprovar que é possível unir solidariedade à economia e criar meios de sobrevivência para o bem de todos.

A educação desempenha importante função para o surgimento de iniciativas solidárias.

Segundo Freire, a educação tem o papel de realizar a mediação entre o sujeito e o mundo, tem a ver com mobilização e organização popular para exercício do poder que a luta popular, vai conquistando com o processo histórico no qual o ser humano produzindo o mundo, se reproduz. Ela implica, em conscientização e ação, entendidas como o esforço das classes populares em retomar seu destino histórico, a produção de suas vidas e a sua cultura em suas próprias mãos. Assim, não tendo que continuar sendo submisso e “alienado” à classe dominante (FREIRE, 2001 apud SILVA, BARCELOS e CORRÊA, 2008).

Considerando o fato de que a maioria do quadro de associados ou cooperados é formada por pessoas humildes e que por variados motivos não conseguiram ser incluídas no mercado de trabalho formal, regido pelo capitalismo; principalmente por não possuírem um adequado nível de escolaridade para concorrer neste mercado em que a competição é a palavra chave. Por isto, seria de extrema importância investir em um processo de educação para a libertação do ser humano, que possa contribuir para que muitas pessoas possam competir igualmente no mundo do trabalho, e ter sua dignidade restituída.

1.3 Educação e Economia Solidária: uma união necessária

É imprescindível na atualidade educar indivíduos alertando-os para questões que se tornam fundamentais; não se pode desenvolver, nesta realidade, pensamentos individualistas e práticas solitárias; é necessário pensar um pouco mais além, pensar no próximo, nas gerações futuras e no planeta que deixaremos como herança para os que estão por vir. É necessário mobilizar, chamar à reflexão e conscientizar as pessoas a respeito destas questões, e quem melhor que a escola para promover este debate, que se faz de extrema importância? O problema é que muitas vezes a escola se fecha, está mais voltada para a preocupação com o cumprimento de um currículo pré-formulado, que muitas vezes não se adequa a muitas realidades, e deixa de trazer às salas de aula temas atuais, e que precisam ser (re) pensados com urgência. Kruppa (2005) acredita que uma das explicações para o freio conservador da escola está em seu isolamento da realidade. Envoltos pela rotina e fechada em muros, a escola não tem sensibilidade para o movimento da vida, distante dos problemas e das alternativas que a população cria para sobreviver. Essa não é uma situação incomum.

Assim, a escola enquanto importante instituição formadora não deve se prender aos ideais de um sistema dominante, mas considerar as necessidades de seus educandos e buscar oferecer uma formação o mais completa possível, que ofereça ferramentas para que as pessoas possam pensar a sua existência de forma mais ampla, reconhecendo as formas alternativas de sobrevivência que se apresentam nesta sociedade.

Algo muito positivo na Economia Solidária é que ela convida o ser humano a agir pensando em si, nas pessoas que o cercam, e no seu meio de maneira geral. De acordo com Singer (2005, p. 19), a Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Mas, seus valores fundamentais precedem sua prática. Não é preciso pertencer a uma cooperativa ou empreendimento solidário para agir solidariamente. Esse tipo de ação é frequente no campo político e no campo das lutas de classe, sobretudo do lado dos subalternos e desprivilegiados.

Como afirma Singer (2013), não é necessário que alguém pertença a alguma cooperativa ou empreendimento para praticar a solidariedade, este tipo de prática deve ser constante, visto que se refletirmos efetivamente sobre isto perceberemos que é muito difícil que alguém consiga viver sozinho, sem necessitar de outras pessoas em algum momento, e assim como necessitamos de outros podemos também ser úteis aos nossos semelhantes.

2 METODOLOGIA

Para a realização desta investigação foi feita uma pesquisa descritivo-exploratória, em que foram aplicados questionários em uma turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual João de Oliveira Chaves, localizada no município de Monteiro - Paraíba.

Esta turma era composta por 25 (vinte e cinco) alunos, dentre os quais 17 (dezessete) responderam ao questionário aplicado, ou seja, 68% do total de alunos.

Responderam ao questionário 17 (dezessete) estudantes, número equivalente a mais de 50% (cinquenta por cento) do total de alunos que fazia parte da turma. Assim, a pesquisa realizou-se através de um estudo de caso, já que se buscou analisar uma situação real, mediante a investigação de um grupo específico, bem como apresentar o contexto no qual foi feita a pesquisa, buscando formular hipóteses e explicar as causas de algumas situações, através da análise das respostas obtidas através dos questionários, desta forma, a investigação se deu numa perspectiva de abordagem qualitativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Perfil dos Participantes da Pesquisa

Participaram da pesquisa 17 (dezessete) estudantes, sendo 88% do gênero feminino e 12% masculino, conforme visualizado na Figura 1.

Em termos percentuais, cerca de 53% (cinquenta e três por cento) dos participantes tinha de 18 (dezoito) a 30 (trinta) anos de idade, 29% (vinte e nove por cento) estava abaixo de 18 (dezoito) anos, e o restante: 18% (dezoito por cento) tinha mais de 30 (trinta) anos de idade.

Quanto às profissões dos participantes analisa-se que: 29% (vinte e nove por cento) trabalhavam como agricultor (a), 6% (seis por cento) como manicure, 6% (seis por cento) como secretário (a), 6% (seis por cento) como operador (a) de caixa, 6% (seis por cento) como vendedor (a), 29% (vinte e nove por cento) declararam (se) estudante (s) e 18% (dezoito por cento) informaram que não trabalhavam ou não declararam nada, deixaram em branco o campo “profissão”.

Foi investigado o motivo pelo qual estes estudantes resolveram se matricular na EJA. Cerca de 18% (dezoito por cento) destes estudantes não pararam de estudar em nenhum momento, apenas repetiram algum ano no ensino regular e resolveram recuperar o tempo perdido no EJA. Com isso, busca-se matricular-se na EJA, objetivando cursar 2 (duas) séries em um único ano e assim recuperar o tempo perdido. Portanto, foi possível perceber que a maioria dos estudantes que adotaram esta estratégia tem 18 (dezoito) anos de idade ou menos. Corresponde a 23% (vinte e três por cento) o número de estudantes que estava na EJA porque engravidaram no passado e tiveram que parar de estudar para cuidar dos filhos, e retornando à escola com o objetivo de recuperar o tempo em que estiveram fora dela foram inseridas na EJA. O casamento também foi um dos motivos citados para a posterior matrícula na EJA, uma vez que nos anos iniciais do matrimônio muitos preferem dedicar-se mais à família e a casa, abandonando os estudos, sendo que o número de estudantes que retornou à escola através da EJA por este motivo corresponde a 6% (seis por cento) do total. Os que transferiram para a EJA

porque precisavam trabalhar durante o dia tinham entre 16 (dezesesseis) e 19 (dezenove) anos e correspondia a 29% (vinte e nove por cento) do total. Os 24% (vinte e quatro por cento) restantes alegaram outros motivos para estarem na EJA, dentre os quais se podem destacar: falta de força de vontade, preguiça e namoro.

Um elemento fundamental que une a todos os participantes desta pesquisa é o reconhecimento de que continuam estudando ou voltaram a estudar (alguns depois de muitos anos fora da escola) porque entendem que somente através da educação poderão almejar a possibilidade de um futuro melhor, e esta possibilidade está normalmente atrelada a um trabalho melhor.

Como se observa, é o trabalho ou, mais especificamente, a possibilidade de conseguir um trabalho melhor um importante motivo para que muitos jovens e adultos retornem à escola e permaneçam tentando concluir os estudos mesmo com tantas dificuldades. Observa-se que a maioria dos jovens e adultos que estão na EJA trabalha durante o dia e se esforça à noite, pensa em posteriormente melhorar suas condições de vida através do estudo.

Além de poder conhecer o perfil dos estudantes da EJA, o objetivo primordial desta investigação era identificar que tipos de conhecimento estes estudantes tinham a respeito de Economia Solidária. De acordo com os dados analisados, 6% (seis por cento) dos participantes da pesquisa ouviram falar sobre Economia Solidária, mas não saberiam explicar como esta economia ocorre na prática; outros 6% (seis por cento) não responderam nada, e os 88% (oitenta e oito por cento) restantes desconheciam o que era Economia Solidária.

Em virtude desta constatação, considerou-se importante levar até estes estudantes algum tipo de conhecimento sobre esta economia que vem se desenvolvendo tanto em nosso país, como foi apontado no início deste trabalho. Foi feita uma visita à Escola João de Oliveira Chaves, mais especificamente à turma do terceiro ano do ensino médio da EJA para promover uma discussão sobre o tema Economia Solidária.

Para concluir, foi construído um “mural solidário”, com a ajuda de alguns estudantes, que continha os 10 (dez) princípios fundamentais que caracterizam a Economia Solidária, ao fim da discussão foram feitos os agradecimentos à turma, que além de responder aos questionários também participou ativamente da discussão proposta sobre o tema trabalhado. As imagens deste encontro foram disponibilizadas nos apêndices deste trabalho.

4 CONCLUSÕES

Ao longo desta investigação foi possível perceber a importância que a Economia Solidária vem adquirindo no cenário brasileiro e os muitos benefícios que esta economia pode representar para todos como meio alternativo ao sistema capitalista.

Levando em consideração as peculiaridades desta nova economia considerou-se de extrema relevância que cada vez mais pessoas tomassem conhecimento dos princípios da Economia Solidária. O público da EJA, como já foi apresentado ao longo do trabalho, foi escolhido por uma questão de coerência, visto que os jovens da EJA estão sempre buscando inserir-se no mercado de trabalho, nada mais coerente que este público conheça, com urgência, esta alternativa de inserção no mercado que pode ser a Economia Solidária. Inicialmente, objetivou-se conhecer o perfil destes estudantes e identificar o que sabiam sobre Economia Solidária para, em seguida, e após verificar que a grande maioria nem sabe que este tipo de economia existe propor um debate acerca das suas características ligadas aos princípios do cooperativismo, privilegiando a solidariedade e a autogestão.

Identificou-se que a discussão a respeito da Economia Solidária ainda não chegou às escolas no Brasil, uma vez que já no 3º (terceiro) ano do ensino médio, último ano escolar, pois se viu que a grande maioria dos alunos participantes desta pesquisa nunca tinha ouvido falar sobre esta economia. Vale salientar que é muito importante promover principalmente nas

escolas este debate, pois a sociedade modifica-se constantemente e a escola deve acompanhar este ritmo de mudanças, buscando transmitir as novas informações aos seus educandos.

A inquietação que ocasionou a produção deste trabalho foi de fato comprovada, uma vez que a discussão sobre Economia Solidária, apesar de frequente no ensino superior, não ocorre com tanta frequência na educação básica.

Espera-se que cada vez mais pessoas abracem a causa da solidariedade e autogestão (economia solidária) e busquem disseminar nos mais variados espaços possíveis a ideia de que o respeito ao próximo e ao meio ambiente, e a cooperação são ferramentas imprescindíveis para que se possa construir uma sociedade melhor e mais justa, onde todos tenham acesso a uma vida de qualidade, com respeito e dignidade em todos os lugares.

5 REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

IRELAND, V. E. J. da C. **Educação básica na Paraíba contemporânea**. Temas em Educação, João Pessoa, n. 10, p. 147-160, 2001.

IRELAND, T. D. , MACHADO, M. M. , IRELAND, V. E. J. da C. Os desafios da Educação de Jovens e Adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada. *In: Economia solidária e Educação de Jovens e Adultos* / KRUPPA, S. M. P. (org.). Brasília- DF: Inep, 2005. p. 91-100. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 10 mai. 2013.

KRAYCHETE, G. **Seminário Internacional sobre economia solidária: Desafios para um novo tempo**. [Comentários realizados]. Salvador: Fundação Luiz Eduardo Magalhães, 2002.

KRUPPA, S. M. P. (2005). Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano. *In: Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos* / KRUPPA, S. M. P. (org.). Brasília- DF: Inep, 2005. p. 21-30. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 10 mai. 2013.

SILVA, L. A. C. da. **A reestruturação produtiva, transformações no mundo do trabalho e a nova alternativa para o capital: a economia solidária**. Monografia apresentada ao Programa de Pós- Graduação da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da UFCG. Campina Grande, 2010.

Perfil socioeconômico dos agricultores da Associação dos Produtores Agroecológicos do Município de Monteiro-PB

*Augusta Roberta Santa Cruz Carvalho
Lenilde Mérgia Ribeiro Lima*

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual tem passado por um grande processo de transformação nos últimos anos. As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, nas últimas décadas têm fragilizado o modelo tradicional da relação de trabalho capitalista (AS ORIGENS..., 2013). Para garantir a sobrevivência, milhões de trabalhadores têm buscado novas alternativas de trabalho. Neste contexto pode-se destacar a agricultura familiar como destaque tanto no que diz respeito a produtos com qualidade para o consumo (sem agrotóxicos), quanto ao respeito ao meio ambiente.

Associações e cooperativas têm sido fundamentais para promover estes trabalhos voltados para a agricultura familiar. Tais práticas colaboram para a eficácia econômica dos empreendimentos, já que integram nos trabalhadores o sentimento de responsabilidade pelos resultados do empreendimento, pela renda de cada um e pela sobrevivência de todos (GAIGE, 2004). Estes trabalhadores têm como método de gestão a cooperação e a solidariedade entre seus membros.

A agricultura familiar, além de garantir produtos de boa qualidade para o consumo, também busca unir a necessidade de desenvolvimento econômico da sociedade em conjunto com o respeito ao meio ambiente, promovendo assim, um ambiente de sustentabilidade. Neste sentido, Leff (2004) defende que “os conflitos socioambientais emergem de princípios éticos, direitos culturais e lutas pela apropriação da natureza que vão além da internalização dos custos ecológicos para assegurar um crescimento sustentado”.

Levando em conta a importância da inclusão social e financeira de pequenos grupos, este trabalho debruçou-se sobre a temática da agricultura familiar que, de modo geral, é constituída por pequenos e médios produtores que, na maioria das vezes, se organizam por meio de cooperativas ou associações. Em geral, estes agricultores são pessoas com baixo nível de escolaridade e, na sua maioria, diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão de obra.

O foco desta pesquisa foi identificar o perfil dos agricultores familiares da feira agroecológica do município de Monteiro – PB, localizado na região do Cariri Ocidental paraibano. Esta feira representa um espaço de venda de uma diversidade de produtos advindos da agricultura familiar e representa uma alternativa viável para os agricultores, haja vista que elimina os atravessadores e proporciona o contato direto com os consumidores finais.

1.1 Desenvolvimento Sustentável

O conceito de Desenvolvimento Sustentável, embora ainda objeto de estudo, busca agrupar a necessidade do desenvolvimento econômico, com o desenvolvimento social, em comum acordo com o respeito ao meio ambiente. Pensar hoje em desenvolvimento sustentável é pensar em preservar, em uma melhor qualidade de vida, é cuidar da natureza para que futuras gerações não venham a sofrer consequências de nossas irresponsabilidades. “Desenvolvimento sustentável significa qualificar o crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico com a necessidade de se preservar o meio ambiente” (BINSWAHGER, 1997).

Neste sentido, a sustentabilidade surge como uma alternativa para se repensarem as práticas, estabelecendo limites no que diz respeito ao consumo, não apenas individual, mas também coletivo.

1.2 Economia Solidária

Tendo em seus princípios o ideal do socialmente justo, ambientalmente responsável e economicamente viável, eis que surge um “novo modelo econômico” denominado Economia Solidária. A Economia Solidária se desencadeou por meio de práticas voltadas para a solidariedade, companheirismo e colaboração. Tem em sua base influências de valores culturais e busca combater a desigualdade social (MAIA, CANTIN e BRAGA FILHO, 2013).

Singer (2013) costuma destacar em várias de suas obras o seguinte a respeito da Economia solidária: seus princípios básicos são a propriedade coletiva do capital e o direito à liberdade individual. Todos os que produzem são uma única classe de trabalhadores, na qual todos são possuidores do capital através do trabalho cooperativo.

A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários e sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho. É comum hoje encontrarem-se grupos de trabalhadores reunidos em cooperativas e associações em meio às dificuldades, mas em busca de um ideal (SINGER, 2003).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Coelho (2006) destaca que a Economia Solidária vem se solidificando como alternativa de desenvolvimento econômico aos modelos e padrões exploratórios do modus operandi da economia capitalista pelo qual nossa sociedade optou seguir. Ao mesmo tempo, não atua em um campo fora do capitalismo e do mercado formal, mas ao contrário, busca dentro da realidade existente formas alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos, na busca da autonomia dos grupos que a praticam, em práticas sociais e ambientais sustentáveis.

Portanto, a Economia Solidária diverge do capitalismo em diversos fatores, porém nem um nem outro impede o desenvolvimento de qualquer modo de produção (SINGER, 2004).

1.3 Agricultura Familiar

Nos últimas décadas a preocupação com a qualidade de vida tem sido crescente, sobretudo com a alimentação, isso porque o bem estar está diretamente ligado ao que se ingere. A agricultura familiar, por meio das feiras livres, tem desempenhado um papel fundamental no que diz respeito à venda de produtos agroecológicos advindos de uma agricultura que tem como base a sustentabilidade e que tem crescido a cada dia. Estes produtos aparecem como base para a transição dos atuais modelos convencionais de agricultura para uma agricultura mais sustentável, ou seja, contribuem para a baixa dependência de insumos comerciais, uso de recursos renováveis locais e adaptação às condições locais (GODOY e DOS ANJOS, 2007).

As feiras livres têm sido fundamentais na consolidação econômica e social, sobretudo da agricultura familiar, sob o ponto de vista do feirante, representando também um espaço público, socioeconômico e cultural muito dinâmico e diversificado sob o ponto de vista do consumidor. As feiras têm se apresentado como elemento fundamental na consolidação de inclusão social e redução das desigualdades econômicas e políticas reinantes no campo (GODOY e DOS ANJOS, 2007).

Embora em meio às dificuldades enfrentadas, a agricultura familiar tem desempenhado um papel bastante expressivo no meio rural brasileiro e vem, a cada dia, se revelando uma peça chave para o sistema agroalimentar.

A agricultura familiar é a forma mais conveniente de ocupação social do meio rural, onde a promoção dos pequenos produtores de alimentos promove a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior, mais diversificada e mais sustentável oferta de alimentos à população (MALUF, 2004).

1.4 Associações de Agricultores

As associações de agricultores rurais vêm ganhando espaço a cada dia e recebido incentivos por parte dos órgãos públicos, isso porque o excedo rural tem sido crescente nas últimas décadas.

A Associação de Produtores Rurais é, pois, conceituada como um tipo de organização civil, constituída de produtores rurais e suas famílias, com o objetivo de dinamizar o processo produtivo rural, desenvolvendo ações em benefício da comunidade por eles constituída (BRASIL, 2009).

Em se tratando de formação patrimonial, Brasil (2009) destaca que a Associação não terá capital social e, sim, patrimônio social. Ao ser extinta, seus participantes não terão direito às partes do patrimônio constituído pela entidade, visto que todos os bens remanescentes serão, obrigatoriamente, transferidos em forma de doação, para outra instituição com a mesma finalidade, legalmente constituída e em plena atividade. O patrimônio social da associação será constituído por doações das instituições governamentais e não governamentais, por suas disponibilidades financeiras líquidas, pelos bens móveis e imóveis, pelas contribuições dos produtores associados e as demais pessoas físicas e jurídicas preocupadas com a produção, ampliação da renda, melhoria da vida familiar e o êxodo rural. Pode-se notar que a associação tem como finalidade o bem comum social, a geração de emprego e renda, buscando melhorar a qualidade do homem no campo incentivando dessa forma a sua permanência no mesmo para assim, reduzir o êxodo rural.

2 METODOLOGIA

A metodologia usada nesse trabalho foi do tipo quantitativa. Embora tenha-se optado por manter contato com os sujeitos da pesquisa através do questionário, também houve momentos para conversas informais com os associados.

A caracterização do perfil dos agricultores associados foi feita através da aplicação de um questionário e de conversas informais com alguns produtores. Apenas 07 (sete) dos 10 (dez) questionários entregues foram devolvidos respondidos.

2.1 Objeto de estudo

A Associação dos Produtores Agroecológicos de Monteiro encontra-se localizada no Sítio Tingui, cerca de 5 km da referida cidade. Possui sede própria, sendo esta construída com recursos doados pelo Projeto Dom Helder Câmara. Atualmente a associação possui 30 membros, sendo a maioria composta por mulheres. Os associados se reúnem mensalmente para discutir assuntos do interesse de todos.

Segundo alguns sócios, foram realizadas capacitações tais como Juntos Somos Fortes e Curso de Boas Práticas. A associação conta com os parceiros Projeto Dom Helder Câmara, SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), COOPAGEL (Cooperativas dos Profissionais em Atividades Gerais), Banco do Nordeste, PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), dentre outros.

No município de Monteiro – PB, a Prefeitura desenvolve o programa Compra Direta em parceria com o Governo Federal. Os produtos são utilizados na merenda escolar e nos programas sociais do município.

A modalidade Compra Direta da agricultura familiar permite a aquisição de alimentos para distribuição ou para formação de estoques públicos. Dessa forma, cumpre um importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional, na regulamentação de preços de alimentos e na movimentação de safras e estoques, garantindo a venda do seu produto ao pequeno produtor da agricultura familiar.

Dentro da associação, há material, tais como mesas, recipientes plásticos, balança e freezers, os quais servem para auxiliar os agricultores no tratamento de seus produtos agroecológicos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na cidade de Monteiro – PB, a feira agroecológica tem início a partir das 05:00h até, aproximadamente 12:00h, funcionando às quartas-feiras, ocorrendo ao mesmo tempo em que a feira convencional. Foi possível notar uma estreita relação de solidariedade e confiança entre os agricultores desta feira, visto que quando um feirante necessita sair para resolver algo, seu trabalho é assumido por outro fazendo, assim, a venda dos produtos do seu colega.

Com relação à idade dos agricultores, a maioria dos produtores encontra-se com faixa etária entre 40 e 49. Assim sendo, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas de incentivos para que familiares destes produtores venham a se interessar por tal prática de comércio (agricultura familiar) para que futuramente venham assumir o lugar destes.

No que se refere ao grau de escolaridade, 42% dos entrevistados possuem Ensino Fundamental incompleto, sendo 41% com Ensino Médio completo e apenas 17% com Ensino Fundamental completo. O alto índice de associados que não conseguiram terminar a primeira fase de seus estudos pode ser a causa de muitos continuarem trabalhando na agricultura, devido à falta de qualificação em outros setores do mercado.

Observou-se que há divergências quanto à distribuição de renda dos produtores. Enquanto a grande maioria (58%) garante uma renda mensal entre R\$ 550,00 e R\$ 670,00 (abaixo do salário mínimo), apenas 2% alegaram obter de R\$ 900,00 a R\$ 1.000,00 por mês. Dessa forma, pode-se afirmar que os princípios da Economia Solidária não são aplicáveis neste aspecto.

Quando foram questionados a respeito das motivações para a escolha em se trabalhar com produção agroecológica, foi possível perceber que os motivos pela escolha da produção agrológica encontram-se mais concentrados no fato de ser necessário um baixo investimento inicial (40%), o que torna-se um atrativo para estes associados que advêm de uma sociedade de classe baixa. A preocupação com a preservação do meio ambiente segue em segundo lugar (30%), o que é fundamental para a atual sociedade. A questão da obtenção de maior lucro só foi levantada por 10% dos entrevistados.

Com relação aos produtos comercializados pela associação dos agricultores, constatou-se que as hortaliças encontram-se liderando entre os produtos mais comercializados (40%), visto que este produto é um dos mais procurados nas feiras locais.

Os entrevistados revelaram que a venda a órgãos governamentais é o tipo de comércio mais praticado pelos associados (52%), seguido da venda a revendedores e atacadistas (28%) e, posteriormente, a órgãos não governamentais (20%). Porém, é fundamental essa parceria junto aos órgãos governamentais, pois é uma forma de incentivar o homem do campo a permanecer na sua terra e tirar seu sustento dela.

4 CONCLUSÕES

Os Produtores da APAM (Associação dos Produtores Agroecológicos de Monteiro) na sua grande maioria são naturais de Monteiro, inserindo-se na faixa etária de 34 a 60 anos. As famílias apresentam uma média de cinco pessoas morando em cada residência, com baixa escolaridade entre seus constituintes. Apesar destes baixos índices de qualificação e escolaridade, muitos demonstraram interesse em participar de cursos que estão voltados para melhorias de suas atividades.

Um dos fatores fundamentais para a agricultura familiar são as condições de créditos disponíveis para esses produtores para que possam da continuidade ao processo produtivo.

Segundo os entrevistados, eles não possuem tanta dificuldade no que diz respeito ao acesso a crédito, isso porque existe um produtor encarregado na elaboração dos projetos facilitando, assim, o acesso ao crédito.

Se for feita uma análise para avaliar que o êxodo rural é consequência do não incentivo de políticas públicas voltadas para o homem do campo, percebe-se que a agricultura familiar é um caminho para que isso não aconteça, mas isso só é possível por meio de incentivos a este povo sinônimo de luta e perseverança.

Diante do que foi apresentado, percebe-se que a agricultura familiar ainda se encontra em ritmo de construção no município, mas é notável que esta modalidade de produção oferece contribuições significativas para o mercado consumidor, visto que os produtos oferecidos pelos produtores advêm de uma agricultura ecologicamente correta.

Por tudo que foi observado, conclui-se que é fundamental a presença da feira agroecológica no município de Monteiro – PB. No entanto, torna-se necessária a presença de políticas públicas voltadas para a promoção e incentivo desta cultura, além de cursos de capacitação para estes produtores.

Diante disso, pode-se perceber que o caminho ainda é longo, requer uma delicada e conjunta partida de parceiros, mais capacitações e investidores, para que se possa assegurar aos membros da Associação e a toda comunidade formas de geração de renda e melhor qualidade de vida.

5 REFERÊNCIAS

AS ORIGENS RECENTES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, Disponível em: www.portal.mte.gov.br, Acesso: 25 de Setembro de 2013.

BINSWAHGER, H. C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. *In*: Clóvis Cavalcanti. **Meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**, São Paulo: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

BRASIL, **Como criar e administrar associações de produtores rurais**: manual de orientação, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. 6a ed., Brasília: MAPA/ACS, 2009.

COELHO, J. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável**: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS, Grupo de Pesquisa 13: Socioeconomia Solidária e Desenvolvimento Local, XLIV Congresso da SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”, 2006.

GODOY, W. I.; ANJOS, F. S. dos. **A importância das feiras livres ecológicas**: um espaço de trocas e saberes da economia local. *Rev. Bras. Agroecologia*, v.2, n. 1, fev. 2007.

LEEF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**, Petrópolis: Vozes, 2004.

MAIA, D. H. dos S; CANTIN, N. F.; BRAGA FILHO, H. **As Alternativas propostas pela Economia Solidária, para o Desenvolvimento Econômico e Social, com Sustentabilidade e Geração de Renda**, Disponível em: www.base.socioeco.org, Acesso: 20 de Setembro de 2013.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentar e agricultura familiar no Brasil**: agregação de valor, cadeias integrada e circuitos regionais, *Revista Ensaios*, v. 25, no 1, pp. 299-322, 2004.

SINGER, P. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**, 2004.

SINGER, P. **Solidariedade na Economia**: Uma Alternativa à Competição Capitalista, Entrevista Disponível em: www.twiki.im.ufba.br, Acesso: 12 de Julho de 2013.

Perfil socioeconômico dos moradores do Sítio Pitombeira-PB: usuários de água do açude público de Sumé-PB

*Robéria Carmen Melo de Queiroz
Lenilde Mérgia Ribeiro Lima*

1 INTRODUÇÃO

A proliferação de formas associadas de empreendimentos econômicos, no contexto da crise do emprego assalariado estável, repõe com força o tema da associação como vetor de uma sociabilidade democrática. As práticas e discursos que compõem hoje a chamada economia solidária apontam para as possibilidades cívicas contidas no trabalho associado. Ou melhor, para a produção de solidariedades ativas e emancipatórias, que permitam o florescimento e realização individual (PINTO, 2004).

Não se trata, apenas de se alcançar trabalho e renda, por meio de saídas cooperativas. Assiste-se também como possibilidade a emergência, a partir de relações mediadas pelo trabalho associado, de novos significados compartilhados, novas solidariedades, que requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo e das trocas. A realização desses vínculos implica, também, na produção de novas identidades pessoais, modos distintos de autopercepção. Este trabalho associado, via de regra, depara-se com a preocupação constante relativa às questões ambientais.

Desde o começo da década de 1990, os Estados e o Ministério do Meio Ambiente vêm se preocupando com a problemática ambiental, principalmente no que se refere à conservação e revitalização dos recursos hídricos que envolvem as microbacias e zonas rurais. A preocupação dos Estados e do Ministério do Meio Ambiente se concentra em planejar e desenvolver ações para evitar a superexploração e a degradação dos recursos hídricos, estimulando tecnologias que favoreçam o manejo agrícola, pautado no cultivo à base de agricultura orgânica (sem a presença de uso de herbicida) e que não desmatem as margens dos rios. Atualmente, o incentivo do governo estadual aos agricultores que permaneceram na área durante esses anos dá-se através da instalação de sistemas de irrigação pressurizados, os quais são mais eficientes no uso da água (DI BERNARDO, 1995).

No presente trabalho, apresentam-se elementos de contexto que estariam influenciando na origem e desenvolvimento de empreendimentos associados. Partindo desse princípio, desenvolveu-se uma investigação junto aos moradores da bacia do açude público de Sumé, no sítio Pitombeira, município de Sumé – PB, com a perspectiva da utilização dos recursos hídricos deste manancial de forma sustentável e responsável, na busca da melhoria de qualidade de vida dos habitantes desta área rural.

1.1 Água no contexto territorial brasileiro

O Brasil é um dos países privilegiados em relação à quantidade de água, visto que possui a maior reserva de água doce do planeta, contribuindo com 12% do total mundial. Na Amazônia há abundância de águas na superfície e subterrâneas, constituindo 70% das águas nacionais. Esta região possui a maior bacia fluvial do mundo. O volume de água do Rio Amazonas é o maior do globo, sendo considerado um rio essencial para o planeta. A região Centro-oeste conta com 15% das águas, as Regiões Sul e Sudeste com 6% e, na região Nordeste, há escassez com apenas 3% das águas (MARTINS, BIGOTO e VITIELO, 2006).

Nas metrópoles e nas grandes cidades brasileiras, situadas na faixa que vai do litoral até 200 quilômetros interior adentro, vive a maioria da população brasileira. Em grande parte

destes municípios as populações convivem com a escassez de água. Se em algumas regiões tem-se a impressão de viver em um “planeta água”, em outras há quase inexistência de água com, por exemplo, nos desertos.

Nem todos os aquíferos brasileiros possuem características hidrodinâmicas que possibilitem a extração econômica de água subterrânea. Mesmo assim, muitas cidades precisam fazer uso intenso dos aquíferos para suprir suas necessidades. As águas subterrâneas brasileiras são cerca de 100 vezes mais abundantes que as superficiais, mas estas se encontram na matriz porosa dos solos ou nas fissuras das rochas, o que dificulta sua utilização (MARTINS, BIGOTO e VITIELO, 2006).

1.2 Economia Solidária

Para que as origens da economia solidária no Brasil sejam encontradas, pode-se partir do quadro das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas, discutindo os embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural, do terreno onde vão brotar as experiências de economia solidária, ou pode-se fazer o caminho no sentido contrário. Partir do que se tem hoje no campo da economia solidária e voltar para trás para ver em que condições, onde, por que e como os passos foram dados. Os dois procedimentos têm suas vantagens e inconvenientes, o melhor então é mesclá-los (LECHAT, 2002).

Segundo Lechat (2002), no Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico, sendo uma decisão de ordem teórico-político-ideológica.

O que atualmente é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é, em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disso é a polêmica ainda existente a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados de economia popular solidária ou cooperativismo popular (CANDEIAS, 2005).

Mal faz uma década no Brasil que a economia solidária vem sendo objeto de estudo como prática ainda em posição marginal na sociedade e como teoria a construir. Em outros países não faz muito mais tempo que isso vem ocorrendo também. Quando as condições objetivas da economia induzirem a um ambiente mais propício para a expansão da autogestão como modo de produção, com perspectivas mais claras de chegar à superfície da sociedade, tudo que é prática autogestionária nos últimos duzentos anos, mais especialmente nas últimas décadas, será fonte de inspiração para uma nova sociedade a partir de uma nova economia em ascensão (CANDEIAS, 2005).

A referência prática comum é o empreendimento associado. Na verdade, trata-se do reconhecimento e da atuação sobre consequências ou interdependências que seriam derivadas das relações operadas no interior do empreendimento. Ou seja, a resposta sobre as qualidades distintivas está no elogio à associação como espaço da cooperação e participação dos trabalhadores no processo e na gestão do trabalho, gerando benefícios materiais e imateriais compartilhados (PINTO, 2004).

1.3 Potencial hídrico do município de Sumé-PB

O município de Sumé – PB, devido aos fatores naturais, tende a sofrer mudanças climáticas, as quais interferem fortemente na capacidade hídrica disponível da região. Com o período de estiagem, há uma racionalização da exploração dos recursos hídricos e, conforme seja essa racionalização, isto pode trazer muitos problemas para as populações que dependem deste recurso para manter sua fonte de renda, seja através da agricultura de subsistência, da pesca ou outras atividades que demandam a presença de água. Com isso, não se pretende afirmar que os

problemas da escassez sejam apenas em consequência das mudanças climáticas, pois sabe-se que são consequência da relação que o homem mantém com a natureza, ou seja, são problemas construídos socialmente (MOURA, 2005).

Dessa forma, não se pode culpar o clima ou a seca climática por todos os problemas do setor hídrico do município, visto que estes são devidos às ações do próprio homem, da sociedade — que não está preparada para enfrentar as intempéries climáticas □ e do poder público, que ainda não conseguiu desenvolver políticas corretas para o semiárido. Sem um gerenciamento correto dos recursos hídricos, o município tem um desequilíbrio em sua estrutura econômica, já que sua economia tem uma forte sustentabilidade na agricultura e na pecuária, o que faz com que dependam da água para os plantios de subsistência e para manter as espécies de capins para forragens.

A bacia hidráulica do Açude Sumé é de 1.396,58 ha e a hidrografia de 856,25 km², se estendendo pelo vale formado pelo rio Sucuru e seus afluentes. O açude de Sumé foi construído pelo DNOCS no período de 1957 a 1962 para uma capacidade inicial de armazenamento de cerca de 45 milhões de m³ de água. A sua bacia hidráulica é de 1.396,58 ha e a hidrográfica de 856,25 km². No período de 1970 a 1976 foi implantado pelo DNOCS o perímetro irrigado de Sumé, com uma superfície irrigável de 273 há, e em 1975 foi criada a Cooperativa Agrícola Mista dos Irrigantes de Sumé (DNOCS/PDRH-PB, 2013).

No período de 1984 a 1990 foram construídos cerca de 70 açudes de pequeno e médio portes, e um açude de grande porte, o açude São Paulo, com capacidade de 21 milhões de m³, a montante do açude de Sumé (SILVA NETO, 1993). Com isso, houve a diminuição drástica da capacidade do açude em armazenar água o que, mesmo depois de um período chuvoso (até o final do mês de outubro de 2001), acarretou em um índice pluviométrico de 519,8 mm (MOURA, 2005).

2 METODOLOGIA

As ações e discussões deste trabalho foram norteadas a partir de um estudo desenvolvido no município de Sumé – PB, relacionadas ao potencial hídrico do Açude Público, localizado a 2km da cidade, no período de Março a Agosto do ano de 2008. Esta proposta foi baseada na metodologia de pesquisa-ação-participante, a qual trata-se de um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento (ANDER-EGG,1978).

2.1 Universo de estudo

O Açude Sumé foi construído pelo DNOCS no período de 1957 a 1962, para uma capacidade inicial de 45 milhões de m³ de água. Possui uma área relativamente plana, com um total de 757 km². Localizado na microrregião denominada Cariris Velhos, a sudoeste do Estado da Paraíba, situa-se entre os meridianos 37° 12' 20,6" a 36° 53' 3,3" de longitude oeste e os paralelos 7° 49' 24" a 7° 29' 6,7" de latitude sul. Este açude tem como municípios que integram total ou parcialmente sua bacia hidrográfica: Sumé, Prata, Ouro Velho e Amparo. Esta bacia hidrográfica representa o semiárido por excelência (DUQUE et al., 1985). A formação do açude público Sumé ocorre através do represamento das águas do rio Sucuru, próximo à cidade de Sumé.

2.2 Sistematização da pesquisa

A proposta envolveu a comunidade de loteiros da bacia do açude do Sítio Pitombeira, no município de Sumé - PB. Sua execução se deu através das seguintes etapas: levantamentos

descritos em livros, visita ao açude, entrevistas utilizando como suporte um questionário e análise dos dados.

A Associação dos loteiros da bacia do açude do sítio Pitombeira existe desde 21 de Maio de 1991. Atualmente possui sede própria. São associados 120 pessoas, sendo 48 do sítio Pitombeira. Utilizou-se 50% dos associados residentes na região do Sítio Pitombeira para a amostragem, totalizando 24 associados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Não se pode, por exemplo, entender o que é a agricultura familiar sem perceber as relações de gênero em seu interior. E isso é muito concreto: há uma divisão sexual do trabalho. Deve-se enxergar, em primeiro lugar, que a produção é realizada por gente, e que essa gente é composta por homens e mulheres, de diferentes idades e, ainda, que estas pessoas, de diferentes sexos e idades, têm diferentes formas de perceber a vida. Na Associação dos moradores da Pitombeira observou-se que os membros são igualitários com relação ao gênero. Uma das condições para ser membro é que o casal se associe junto e, caso tenha algum filho que apresente interesse e que resida com os pais, este pode se tornar membro.

Com relação à idade, pode-se observar uma predominância nos membros da associação dos moradores da Pitombeira com faixa etária entre 31 a 40 anos, com um percentual de 50%. Pelo fato de não terem tido oportunidade de estudar, os associados entrevistados compõem, em maior frequência, o segmento de trabalhadores de faixa etária com maiores dificuldades para ingresso ou reingresso no mercado de trabalho.

Com um percentual de 79%, a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) prevaleceu entre os associados, sendo 13% de pessoas alfabetizadas pelo ensino formal, 4% com 10 Grau Incompleto e 4% com 30 Grau Incompleto.

Com relação ao estado civil, observou-se que a maioria dos membros associados (83%) é casada, enquanto o restante (17%) vive em união estável. Pode-se deduzir que ainda predominam as relações de casamento. O casamento ingressa na história da humanidade como processo de socialização.

No que se refere à origem da renda familiar dos membros da associação dos moradores da Pitombeira, observou-se que 83% dos membros sobrevivem do Benefício Bolsa Família, bem como da venda de frutas e verduras em comunhão com a associação.

Quando perguntado quais os critérios necessários para a efetivação de um membro da associação dos moradores da Pitombeira, segundo o Presidente da Associação, são estes: em primeiro lugar, ser agricultor da vazante do açude, em segundo lugar, não fazer uso de inseticidas ou agrotóxicos e, em terceiro lugar, é necessário que se associe o casal.

Atualmente, devido do período de estiagem, os associados estão utilizando a água dos poços artesianos, tendo como método o gotejamento.

De acordo com as informações coletadas, 100% dos membros associados conseguem alguma renda advinda dos trabalhos organizados na associação. Segundo a esposa do presidente, que também é membro da associação e professora da Educação de Jovens e Adultos da comunidade, os produtos são vendidos em feiras livres, gerando uma renda que varia, porém ajuda no fortalecimento da economia familiar.

Com relação ao lucro obtido semanalmente em período de chuva, observou-se que 75% dos membros recebem trezentos reais semanalmente, isto em período de chuva, o que provoca um incentivo por parte dos membros em plantar e produzir. Em período de estiagem, os valores diminuem consideravelmente, com 58% dos associados obtendo apenas cem reais, enquanto 42% conseguem lucrar duzentos reais.

A Associação de Moradores da Pitombeira favorece na aquisição de aposentadoria, visto que os associados pagam ao sindicato que lhes assegura o benefício futuro. Segundo o presidente

da associação, existe um acompanhamento do mesmo para com os membros quando se trata de financiamentos rurais, entre outras aquisições. A associação também exerce um papel social na comunidade, facilitando acesso à saúde e proporcionando festas comemorativas na comunidade.

Com relação às parcerias, existem três que contribuem com a associação: a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) dá um apoio maior no sentido de fornecer cursos e palestras de conscientização e socioeducativas.

Estas parcerias são um aspecto muito importante, visto que a união do conhecimento com a capacidade de trabalho amplia o alcance e o impacto das ações, contribuindo para o cumprimento da missão de gerar e disseminar conhecimento para o desenvolvimento integral da associação.

Conforme entrevista com os associados, soube-se que é cobrada uma mensalidade de dois reais aos associados. Esta quantia é utilizada para despesas diversas, tais como pagamento de energia e manutenção da estrutura física do prédio da associação.

Com relação à utilização de agrotóxicos, 100% dos associados afirmaram não utilizá-los nos seus cultivos. Além disso, eles são fiscalizados e fiscalizadores dos outros membros. Como foi citado anteriormente, não fazer uso de agrotóxico também é uma das condições para se tornar membro da associação.

Na entrevista com os membros da associação, informou-se que todo material plástico utilizado pelos associados é trocado por novos recipientes, ou seja, há a reutilização deste material, o que é de extrema importância para o meio ambiente.

Com relação aos rejeitos da produção, os membros da associação afirmaram que são queimados e as cinzas são aproveitadas como adubo na agricultura.

4 CONCLUSÕES

Observou-se com os resultados obtidos que o perfil dos membros da Associação de moradores da bacia do açude do Sítio Pitombeira é bem diversificado e revelador das condições de vida dos trabalhadores rurais.

Revelou-se que no universo pesquisado há uma paridade entre eles com relação ao gênero, sendo uma das condições para ser membro que o casal se associe junto e, caso tenha algum filho que apresente interesse e que resida com os pais, este pode se tornar membro. A faixa etária que predominou foi de 31 a 40 anos, com um percentual de 50%. Pelo fato de não terem tido oportunidade de estudar, os associados entrevistados compõem, em maior frequência, o segmento de trabalhadores de faixa etária com maiores dificuldades para ingresso ou reingresso no mercado de trabalho.

Foi possível constatar, ainda, uma tendência no nível de escolaridade para modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) que prevaleceu entre os associados. Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego), que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização dos jovens e dos adultos.

Predominaram as relações estáveis do tipo casamento, o que revela que o casamento ingressa na história da humanidade como processo de socialização.

Grande parte dos membros é formada por beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal e contam com a associação para que sejam favorecidas as aquisições de aposentadoria, visto que os associados pagam ao sindicato que lhes assegura o benefício futuro. A associação também exerce um papel social na comunidade, facilitando acesso à saúde e proporcionando festas comemorativas na comunidade.

Espera-se que este trabalho contribua no sentido de apontar a necessidade de se avançar na investigação sobre associações como espaço, por excelência, da construção de uma so-

ciabilidade democrática. Ainda mais quando o engajamento associativo atinge as relações econômicas.

5 REFERÊNCIAS

DI BERNARDO, L. **Algas e suas influências na qualidade das águas e nas tecnologias de tratamento**, ABES: Rio de Janeiro, 1995.

CANDEIAS, A. **Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal**, *Análise Social*, vol. XL (176), 477-498, 2005.

LECHAT, N. M. P. **AS Raízes da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil**. Palestra proferida na UNICAMP no II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, 2002.

MARTINS, D.; BIGOTO, F.; VITELLO, M. **Sociedade e Cotidiano**, Espaço Mundial II, GEOGRAFIA, 2006.

MOURA, G. S. S. de; BARBOSA, M. P. Uso de imagens TM/Landsat-5 na avaliação da degradação ambiental e riscos a desastres ENSO, no Município de Sumé PB, *In: Anais do XII Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto, Goiânia-INPE*. Disponível em: www.marte.sid.inpe.br. Acesso: 30 de Setembro de 2013.

PINTO, J. R. L. **Economia Solidária: um elogio à associação em tempos de crise**, Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro: 2004.

Práticas educativas e trabalho associado da Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé-PB (ACCS)

*Damião dos Santos Lopes
Maria Conceição Gomes de Miranda*

1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios no campo da Economia Solidária é promover a educação das pessoas para outro modo de economia que seja oposto a cultura do Capitalismo. Neste sentido, o trabalho associado vem se configurando como um caminho possível na construção da relação educação e trabalho, por se caracterizar como campo de práticas educativas, construção de saberes e formação dos sujeitos.

Neste processo, amplia-se a concepção da educação, tendo em vista que, as pessoas se educam e apreendem em todas as relações humanas, ou seja, as práticas educativas sucedem em diversos e diferentes movimentos, segmentos e espaços da sociedade. Conforme Tiriba e Fisher (2012, p. 3): “[...] no cotidiano dos processos de produção da existência humana, nas diversas instâncias das relações sociais, que os saberes vão se tecendo. Pelas experiências vividas e percebidas é que são construídos os saberes sobre o mundo”.

Tais reflexões apresentadas aqui apontam para a necessidade de reflexão e aprofundamento sobre os processos de construção de saberes e práticas educativas em outros espaços da sociedade, neste caso, no trabalho associado. Por que apesar de existirem estudos e pesquisas que têm preocupação em analisar o novo sentido e cultura do trabalho, no entanto, constatou-se a partir das fontes já consultadas, de modo geral, que no contexto brasileiro ainda são poucos os estudos abordando a temática Trabalho como princípio educativo que tente articular trabalho e educação, havendo uma maior escassez quando observado do ponto de vista de investigação local - regional.

Entretanto, ampliou-se a possibilidade de estudos, pesquisas e reflexões na perspectiva da relação trabalho-educação, articulando estes dois campos de conhecimento em contexto local - regional, no Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano organizado pela Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários (IUEES) em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande. O curso é desenvolvido em todos os sete campi da UFCG, visando à formação de profissionais da Educação com capacidade para atuar como multiplicadores nessa área, melhorar os aspectos educativos nesta temática, promovendo atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias participativas e de autogestão.

Na estreita dessa proposta, necessário se faz problematizar experiências e as práticas sociais, em especial, a relação educação-trabalho em espaços do trabalho associado. Nesse sentido, desenvolvemos um estudo de caso em uma associação de caprinocultores da cidade de Sumé-Paraíba.

Esta investigação sobre práticas educativas e trabalho associado teve como cenário mais específico a análise da Associação de Criadores de Caprino de Sumé-PB (ACCS). A questão que norteou o desenvolvimento da pesquisa foi: Quais as práticas educativas que contribuem para o Trabalho associado na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé-PB (ACCS)?

É uma pesquisa de natureza descritivo-exploratória, sendo que nos estudos exploratórios, segundo Cervo e Brevian (1996 p. 48), “não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo”. Sendo assim, nosso interesse é investigar as práticas educativas que contribuem para o trabalho associado na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé (ACCS).

E, como objetivos específicos, pretendeu-se: descrever o processo de formação, organização e as ações da ACCS, com base no trabalho associado; identificar e caracterizar as práticas educativas dessa associação escolhida, observando a participação e as experiências dos associados; analisar as práticas educativas produzidas pelo trabalho associado da ACCS à luz dos conceitos de Educação, Economia Solidária e Trabalho associado.

Para o desenvolvimento deste trabalho adotamos dois tipos de pesquisa: a pesquisa bibliográfica, que serviu de subsídio teórico, tanto para a construção das informações, quanto para a orientação e sustentabilidade no processo de análise do assunto em estudo; e a pesquisa documental obtida junto ao departamento administrativo da ACCS que foi disponibilizou cópias do Estatuto e Atas de reunião da associação. A abordagem da pesquisa é quali-quantitativa, pois buscamos, a partir de descrições tanto qualitativas quanto quantitativas, o entendimento, a interpretação e a compreensão sobre práticas educativas no trabalho associado de acordo com a perspectiva dos sujeitos/participantes do estudo (FIGUEIREDO e SOUZA, 2011).

Trata-se de uma pesquisa de Campo realizada na associação com base na aplicação questionários, a partir da técnica de observação não participante e visitas in-loco que, segundo Figueiredo e Sousa (2011), proporcionam ao pesquisador a possibilidade de observar os fatos, sem tomar parte deles, mas podendo fazer o registro e a coleta das informações.

A importância deste estudo vincula-se à possibilidade de ampliar as discussões sobre as práticas educativas e trabalho associado, observando-o do ponto de vista das fontes já consultadas sobre Educação e Economia Solidária, pode-se proporcionar a construção de um olhar crítico e reflexivo no que tange ao trabalho associado no Cariri Paraibano, bem com será uma contribuição acadêmica, complementando as inquietações sobre esse tema de pesquisa. É motivado ainda pela vontade em contribuir para a sistematização e problematização dos saberes do trabalho associado da Associação dos Criadores de Caprinos da cidade de Sumé-Paraíba e pela necessidade de expor suas principais dificuldades e fragilidades, além de apontar novas perspectivas para o modo de trabalho dessa associação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Breves reflexões sobre o conceito de educação

De acordo com Frantz (2011), a educação é um fenômeno intrínseco a existência da humanidade, e tem muitas definições, compreensões ou explicações, podendo acontecer em diferentes lugares e de diversos modos. Nesse sentido, a educação compreende “os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 2010, p. 10).

A educação pode ser diferenciada nos seus sentidos amplo e restrito, conforme sintetiza Libâneo (2002): “Em sentido amplo, a educação compreende o conjunto dos processos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não-intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não. [...] Em sentido estrito, a educação diz respeito a formas intencionais de promoção do desenvolvimento individual e de inserção social dos indivíduos, envolvendo especialmente a educação escolar e extraescolar”.

De acordo com Frantz (2011) a educação compreende em sua amplitude os processos educativos da educação formal, que acontece nas instituições de ensino, onde o conhecimento é sistematizado por currículo. Sendo assim, Pinto (2010) afirma que este tipo de educação não é uma ação neutra porque não há educação sem ideia de educação, pois, a mesma se constitui de um processo social, pensado pela consciência humana através de um conjunto de interações e de interconexões da relação com o outrem em sociedade.

Entretanto, Frantz (2011) defende também que as pessoas se educam e apreendem também fora da escola, ou seja, nos outros espaços da sociedade.

2.2 Educação Popular, Educação de Jovens e Adultos como práticas educativas libertadoras

A educação Popular, idealizada por Paulo Freire, é uma proposta pedagógica que integra a produção do saber popular, originado nos processos ou práticas educativas do povo. Conforme observa Silva (2008), a educação popular configura um espaço significativo para o encontro de saberes, pois através dela pode acontecer o diálogo entre as realidades, possibilitando a construção de novos saberes e novas realidades mais humanas.

Assim, a educação popular como prática libertadora promove ao homem a conquista da liberdade. Segundo Freire (1987), os oprimidos não obterão a liberdade por acaso, senão procurando-a em sua práxis e reconhecendo nela que é necessário lutar para consegui-la.

Segundo Brandão (2008), a educação popular deve promover transformações reais, inicialmente, no nível das consciências individuais e de culturas coletivas, por conseguinte, na sociedade, causando rupturas nas estruturas sociais regidas por princípios, valores e motivos capitalistas.

Como destaca Freire (2011), a Educação Jovens e Adultos apresenta aproximações com a Educação Popular, quando atende as expectativas e as exigências do público dessa modalidade de ensino, integrando aos conteúdos curriculares às vivências e as experiências dos educandos.

Desta forma, a educação de jovens e adultos como prática educativa libertadora deve ter o diálogo como possibilidade para o encontro entre os saberes do educador e dos educandos, isto é, a EJA como campo onde os sujeitos se encontram, mediatizados pelo mundo. Dessa maneira, a ação docente precisa promover a autonomia dos jovens e dos adultos, de modo que, eles sejam sujeitos do aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver com os outros (BRASIL, 2000).

Portanto, a EJA consolidará a dimensão de Educação Popular na medida em que seu fazer pedagógico contemplar a prática e a realidade dos educandos como possibilidade do exercício da Educativa Libertadora, envolvendo as questões relativas ao cotidiano dos Jovens e os adultos.

Diante disso, torna-se necessário uma Educação que contemple as mudanças no mundo do trabalho e as novas exigências, a qualificação dos trabalhadores e o outro modo de economia, sem, no entanto, excluir o desenvolvimento de sua autonomia crítica e sua formação integral.

2.3 Perspectivas da Economia Solidária para a relação educação e trabalho

Segundo Singer (2005), a Economia Solidária é uma antítese do capitalismo, porque surgiu como alternativa capaz de superá-lo, retomando a questão do trabalho como prática da vida, interligada a ideia de forma de produção, consumo, distribuição econômica e, sobretudo, valorização do ser humano, o desenvolvimento sustentável.

É outra forma de economia que, segundo Tiriba (1998), representa diferentes experiências econômicas populares, como: economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, associativa, entre outras, iniciativas de base comunitária popular com atividades e programas de geração de trabalho e renda e como possibilidade de superar a exclusão econômica e social.

A sustentabilidade, na perspectiva da Economia solidária, “está relacionada com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana”

(REDE DA SUSTENTABILIDADE, 2013). Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável compreende a amplitude da noção de vida sustentável, ou seja, na qual as pessoas devem ser conscientes e buscar por qualidade de vida. “Fala-se, portanto, em melhorias a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que virão amanhã” (SILVA e COSTA, 2010, p. 4).

2.4 O trabalho associado como campo de ensino-aprendizagem

No campo da Economia Solidária o trabalho associativo, segundo Tiriba (2008), é o modo pelo qual trabalhadores e trabalhadoras pretendem superar o trabalho alienado da forma de produção capitalista. Ele configura a construção autônoma do Trabalho sobre o capitalismo, sendo protagonizado por trabalhadores e trabalhadoras.

Dessa maneira, o trabalho associado tem por finalidade a emancipação do trabalho e a valorização do ser humano, promovendo mudanças significativas em relação ao modo de produção e consumo, porque nega o princípio básico do capitalismo, isto é, a separação entre o capital e a posse dos meios de produção. No trabalho associativo, a propriedade dos meios de produção é daqueles que nela trabalham e proprietários têm o mesmo poder de decisão (ARRUDA, 2005).

O trabalho associado traz outras contribuições, pois pode fomentar e promover formas de organização de um povo, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social, o combate ao desemprego, a redução das desigualdades sociais, etc. Ele deve ser caracterizado por novas práticas de produção, comercialização, finanças, serviços e consumo, baseadas em valores e princípios autogestionários e solidários.

Segundo Singer (2002), a solidariedade no trabalho associado promove a redistribuição solidária do trabalho e renda, a geração de oportunidade para o desenvolvimento de todos e todas e a preocupação com o bem viver das pessoas. A cooperação caracteriza um princípio fundamental das práticas coletivas, podendo ser realizado por pessoas ou grupos, que tendo a propriedade coletiva ou associada, cooperam não apenas em relação ao trabalho desenvolvido em união por elas, mas também, por terem objetivos comuns, partilharem os resultados, as responsabilidades.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dos dados obtidos juntos aos participantes da pesquisa, notou-se que há a necessidade de realizar práticas educativas que favoreçam ao trabalho associado na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé. Haja vista que, nessa associação praticamente não se realiza rotina de atividades como (projeto, reunião, assembléia, entre outras). Embora, no Estatuto da Associação de Criadores de Caprinos de Sumé (2002, p. 2), encontre-se no inciso 2 do Artigo 2º a seguinte declaração: “promoverá, mediante convênio com entidades especializadas, públicas e privadas, o aprimoramento técnico - profissional de seus associados, (...) e empregados, participando de campanhas ecológicas, (...) e meios de produção.”

Apesar de existir algumas iniciativas ligadas aos princípios de Economia Solidária como a agricultura familiar que estimula o agricultor e sua familiar a cuidarem de sua própria produção; o compartilhar das experiências de trabalho, a integração dos sujeitos, a comercialização de produto local. Por sua vez, constatamos que as práticas do trabalho associado apresentam fortes características dos princípios capitalistas, tais como: não promover rotina de atividades e cursos de capacitação, a baixa frequência de participação dos associados nas atividades e na tomada de decisão, entre outras.

Diante disso, vimos que o desafio da ACCS não será apenas fazer com o modo de trabalho associado aconteça de forma efetiva na associação. Mas também deverá promover sujeitos

autônomos, criativos, colaborativos, cooperativos, reflexivos, críticos, emancipados e solidários. Mas afinal, que perfil de associados é capaz de alimentar esse processo nessa associação?

Pensando essa questão em relação aos associados investigados, que são agricultores familiares de baixa renda, tendo idade ente 20-50 anos e a maioria com escolaridade básica incompleta, vê-se a necessidade de educação de base popular, tais como a EJA.

Esta perspectiva de educação é relevante para os sujeitos participantes desta pesquisa, visto que se encontram à margem do processo educacional e, portanto, distantes da condição de usufruir direitos de plena cidadania, etc. Para tanto, as práticas pedagógicas da EJA, que podem ser desenvolvidas com eles, devem visar a superação do (pré)conceito do jovem e adulto trabalhadores como analfabetos ou vazios de conhecimentos.

Como visto, no perfil dos associados participantes desta pesquisa, que apesar de baixo grau de escolaridade, são adultos e têm várias experiências, inclusive, de um modo trabalho. Sendo assim, a ACCS precisa integrar seus associados aos processos educativos que poderão contribuir para a formação integral desses sujeitos, tornando-as conscientes, emancipadas e capazes de problematizar, ressignificar e transformar a realidade.

4 CONCLUSÃO

Em geral, teve-se como propósito investigar as práticas educativas que contribuem para o trabalho associado na Associação dos Criadores de Caprinos de Sumé (ACCS). Vimos, portanto, que o trabalho associado dessa entidade vem proporcionando trabalho, renda e a organização de um povo. Porém outro lado, ações desenvolvidas na Associação de Criadores de Caprino aponta fortes tendências do sistema capitalista, entre elas: constatamos que os sujeitos investigados, mesmo com o fato de estarem integrados à ACCS, ainda pensam e agem com individualismo, pois os resultados obtidos mostram a baixa frequência de participação desses associados nas atividades e na tomada de decisão. Também, verificamos que a ACCS não promover rotina de atividades educativas e cursos de capacitação para os sócios, não estimula a participação dos mesmos.

Diante disso, vimos que o desafio da ACCS não será apenas fazer com o modo de trabalho associado aconteça de forma efetiva na associação, deve-se buscar, de acordo com Silva (2008), por “vivências educativas de ensino e aprendizagem em bases de uma educação popular [...]”. Enfatiza-se assim, a importância de práticas educativas que relacione educação de base popular e trabalho associado para subsidiar mudanças no âmbito da ACCS. Ou seja, que possa propiciar aos associados experiências e aprendizagem dos princípios da Economia Solidária, tais como: a autogestão, a cooperação, a solidariedade, objetivos comuns, ação econômica, democracia participativa, o desenvolvimento comunitário, o cuidado com o meio ambiente, a educação, a preocupação com o bem viver de todos.

5 REFERÊNCIAS

ADAMS, T. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2010, p. 7-190.

ARRUDA, M. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In.: KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2005, p. 31-40. Disponível em: www.publicacoes.inep.gov.br. Acesso em: 04 maio 2013.

BRANDÃO, C. R. A educação popular e a educação de jovens e adultos: antes e agora. In.: MACHADO, M. M. (Org.) **Formação de educadores de jovens a adultos: II Seminário Nacional**. Brasília: MEC/SECAD, Unesco, 2008. p. 17-56. Disponível em: www.forumeja.org.br. Acesso em: 8 fev. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação/Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: 2000, p. 1-58. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 13 fev. 2013.

FRANTZ, W. **Educação e cooperação**: práticas que se relacionam. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez 2001, p. 242-264. Disponível em: www.redalyc.org. Acesso em: 24 jun. 2013.

FIGUEIREDO, A. M.; SOUZA, S. R. G. Métodos e Técnicas de Pesquisa. *In: Como elaborar projetos monografias, dissertações e teses*: da redação científica à apresentação do texto final. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 89-128.

FREIRE, P. Educação de adultos: algumas reflexões. *In: GADOTTI, M.; ROMÃO, José E. [Orgs]. Educação de jovens e adultos*: teoria, prática e proposta. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 21-24.

FREIRE, P.. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987, p. 5-107. Disponível em: www.portal.mda.gov.br. Acesso em: 24 maio 2013.

PINTO, A. . **Sete lições sobre educação de adultos**. 16ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-70.

REDE DA SUSTENTABILIDADE. **O que é sustentabilidade**. Disponível em: www.sustentabilidade.org.br. Acesso em 01 jun 2013.

SILVA, L. A. C. da; COSTA, F. da. **Breve comentários sobre o desenvolvimento local e a economia solidária**: um estudo do projeto Mandalla em Cuité-Paraíba, 2010, p. 4-5.

SILVA, N. B. da S. Educação popular, subjetividade e as perspectivas para uma economia Solidária. *In: LINS, L. T.; OLIVEIRA, V. L. B.. [orgs.]. Educação Popular e Movimentos Sociais*: aspectos multidimensionais na construção do saber. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2008, p. 79-121.

SINGER, P. A Economia Solidária como ato pedagógico. *In: KRUPPA, Sonia M. Portella. (Orgs.). Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2005, p. 13-20. Disponível em: www.publicacoes.inep.gov.br. Acesso em: 04 maio 2013.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. - São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 7-127.

TIRIBA, L. **Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção**: questões de pesquisa. PERSPECTIVA - Revista do Centro de Ciências da Educação / UFSC, Florianópolis, no. 27, Volume 26, n. 1, jan./jun. 2008, P. 69-94. Disponível em: www.tau.org.ar. Acesso: 6 jun. 2013.

TIRIBA, L. Economia popular e produção de uma nova cultura do trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado". *In: FRIGOTTO, G. (org.), Educação e crise do trabalho*: perspectivas de final de século. Petrópolis/RJ: p. 189-216. Acesso em: 04 maio 2013.

Este livro foi diagramado na
fonte Georgia e impresso em
papel Apergaminhado 75 grs.,
na RDS Gráfica e Editora Ltda.,
no mês de agosto de 2015, em
Fortaleza - Ceará - Brasil